A Nova Era e a Revolução Cultural - Fritjof Capra & Antonio Gramsci

Olavo de Carvalho

3ª edição revista e comentada

A Nova Era e a Revolução Cultural -- Fritjof Capra & Antonio Gramsci

por Olavo de Carvalho

3a edição,
revista e aumentada.

The blood-dimmed tide is loosed, and everywhere
The ceremony of innocence is drowned;
The best lack all conviction, while the worst
Are full of passionate intensity.
William Butler YEATS,
The Second Coming.

Índice

INTRODUÇÃO GERAL À TRILOGIA
MANUAL DO USUÁRIO

de O Imbecil Coletivo: Atualidades Inculturais Brasileiras
e dos volumes que o antecederam: A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci e O Jardim das Aflições: De Epicuro à Ressurreição de César - Ensaio sobre o Materialismo e a Religião Civil.
Texto lido no Lançamento de O Imbecil Coletivo. Faculdade da Cidade, Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1996.

O Imbecil Coletivo encerra a trilogia iniciada com A Nova Era e a Revolução Cultural (1994) e prosseguida com O Jardim das Aflições (1995).

Cada um dos três livros pode ser compreendido sem os outros dois. O que não se pode é, por um só deles, captar o fundo do pensamento que orienta a trilogia inteira.

A função de O Imbecil Coletivo na coleção é bastante explícita e foi declarada no Prefácio: descrever, mediante exemplos, a extensão e a gravidade de um estado de coisas - atual e brasileiro - do qual A Nova Era dera o alarma e cuja precisa localização no conjunto da evolução das idéias no mundo fora diagnosticada em O Jardim das Aflições.

O sentido da série é, portanto, nitidamente, o de situar a cultura brasileira de hoje no quadro maior da história das idéias no Ocidente, num período que vai de Epicuro até a "Nova Retórica" de Chaim Perelman. Que eu saiba, ninguém fez antes um esforço de pensar o Brasil nessa escala. Meus únicos antecessores parecem ter sido Darcy Ribeiro, Mário Vieira de Mello e Gilberto Freyre, o primeiro com a tetralogia iniciada com O Processo Civilizatório, o segundo com Desenvolvimento e Cultura, o terceiro com sua obra inteira. Separo-me deles, no entanto, por diferenças essenciais: Ribeiro emprega uma escala muito maior, que começa no Homem de Neanderthal, mas ao mesmo tempo procura abranger esse imenso território desde o prisma de uma determinada ciência empírica, a Antropologia, e fundado numa base filosófica decepcionantemente estreita, que é o marxismo nu e cru. Vieira de Mello, com muito mais envergadura filosófica, não se aventura a remontar além do período da Revolução Francesa, com algumas incursões até o Renascimento e a Reforma. Quanto a Gilberto, o ciclo que lhe interessa é o que se inicia com as grandes navegações. De modo geral, os estudiosos da identidade brasileira deram por pressuposto que, tendo entrado na História no período chamado "moderno", o Brasil não tinha por que tentar enxergar-se num espelho temporal mais amplo.

Estou, portanto, sozinho na jogada, e posso alegar em meu favor o temível mérito da originalidade.
Temível porque originalidade é singularidade, e a mente humana está mal equipada para perceber as singularidades como tais: ou as expele logo do círculo de atenção, para evitar o incômodo de adaptar-se a uma forma desconhecida, ou as apreende somente pelas analogias parciais e de superfície que permitem assimilá-las erroneamente a alguma classe de objetos conhecidos. Entre a rejeição silenciosa e o engano loquaz, minha trilogia não tem muitas chances de ser bem compreendida.
Mas a singularidade, nela, não está só no assunto. Está também nos postulados filosóficos que a fundamentam e na forma literária que escolhi para apresentá-la, ou antes, que sem escolha me foi imposta pela natureza do assunto e pelas circunstâncias do momento.
Quanto à forma, o leitor há de reparar que difere nos três volumes. O primeiro compõe-se de dois ensaios de tamanho médio, colocados entre duas introduções, vários apêndices, um punhado de notas de rodapé e uma conclusão. O todo dá à primeira vista a idéia de textos de origens diversas juntados pela coincidência fortuita de assunto. A um exame mais detalhado, revela a unidade da idéia subjacente, encarnada no símbolo que fiz imprimir na capa: os monstros bíblicos Behemot e Leviatã, na gravura de William Blake, o primeiro imperando pesadamente sobre o mundo, o maciço poder de sua pança firmemente apoiado sobre as quatro patas, o segundo agitando-se no fundo das águas, derrotado e temível no seu rancor impotente. Não usei a gravura de Blake por boniteza, mas para indicar que atribuo a esses símbolos exatamente o sentido que lhes atribuiu Blake. Detalhe importante, porque essa interpretação não é nenhuma alegoria poética, mas, como assinalou Kathleen Raine em Blake and Tradition, a aplicação rigorosa dos princípios do simbolismo cristão. Na Bíblia, Deus, exibe Behemot a Jó, dizendo: "Eis Behemot, que criei contigo" (Jó, 40:10). Aproveitando a ambigüidade do original hebraico, Blake traduz o "contigo" por from thee, "de ti", indicando a unidade de essência entre o homem e o monstro: Behemot é a um tempo um poder macrocósmico e uma força latente na alma humana. Quanto a Leviatã, Deus pergunta: "Porventura poderás puxá-lo com o anzol e atar sua língua com uma corda?" (Jó, 40:21), tornando evidente que a força da revolta está na língua, ao passo que o poder de Behemot, como se diz em 40:11, reside no ventre. Maior clareza não poderia haver no contraste de um poder psíquico e de um poder material: Behemot é o peso maciço da necessidade natural, Leviatã é a infranatureza diabólica, invisível sob as águas - o mundo psíquico - que agita com a língua.

O sentido que Blake registra nessas figuras não é uma "interpretação", na acepção negativa que Susan Sontag dá a esta palavra: é, como deve ser toda boa leitura de texto sacro, a tradução direta de um simbolismo universal. Para Blake, embora Behemot represente o conjunto das forças obedientes a Deus, e Leviatã o espírito de negação e rebelião, ambos são igualmente monstros, forças cósmicas desproporcionalmente superiores ao homem, que movem combate uma à outra no cenário do mundo, mas também dentro da alma humana. No entanto não é ao homem, nem a Behemot, que cabe subjugar o Leviatã. Só o próprio Deus pode fazê-lo. A iconografia cristã mostra Jesus como o pescador que puxa o Leviatã para fora das águas, prendendo sua língua com um anzol. Quando, porém, o homem se furta ao combate interior, renegando a ajuda do Cristo, então se desencadeia a luta destrutiva entre a natureza e as forças rebeldes antinaturais, ou infranaturais. A luta transfere-se da esfera espiritual e interior para o cenário exterior da História. É assim que a gravura de Blake, inspirada na narrativa bíblica, nos sugere com a força sintética de seu simbolismo uma interpretação metafísica quanto à origem das guerras, revoluções e catástrofes: elas refletem a demissão do homem ante o chamamento da vida interior. Furtando-se ao combate espiritual que o amedronta, mas que poderia vencer com a ajuda de Jesus Cristo, o homem se entrega a perigos de ordem material no cenário sangrento da História. Ao fazê-lo, move-se da esfera da Providência e da Graça para o âmbito da fatalidade e do destino, onde o apelo à ajuda divina já não pode surtir efeito, pois aí já não se enfrentam a verdade e o erro, o certo e o errado, mas apenas as forças cegas da necessidade implacável e da rebelião impotente. No plano da História mais recente, isto é, no ciclo que começa mais ou menos na época do Iluminismo, essas duas forças assumem claramente o sentido do rígido conservadorismo e da hübris revolucionária. Ou, mais simples ainda, direita e esquerda.
O drama inteiro aí descrito pode-se resumir iconograficamente no esquema em cruz que coloquei depois em O Jardim das Aflições, mas que já está subentendido em A Nova Era e a Revolução Cultural, pois constitui a estrutura mesma do enfoque analítico pelo qual procuro aí apreender a significação das duas correntes de idéias mencionadas no título: o holismo neocapitalista de Fritjof Capra e o empreendimento gramsciano de devastação cultural.

Nesse primeiro volume, a forma adotada inicialmente não podia ser mais clara e foi imposta pela natureza mesma do assunto: uma introdução, um capítulo para Capra, outro para Gramsci, um retrospecto comparativo e uma conclusão inescapável: as ideologias, quaisquer que fossem, estavam sempre limitadas à dimensão horizontal do tempo e do espaço, opunham

o coletivo ao coletivo, o número ao número; perdida a vertical que unia a alma individual à universalidade do espírito divino, o singular ao Singular, perdia-se junto com ela o sentido de escala, o senso das proporções e das prioridades, de modo que as ideologias tendiam a ocupar totalitariamente o cenário inteiro da vida espiritual e a negar ao mesmo tempo a totalidade metafísica e a unidade do indivíduo humano, reinterpretando e achatando tudo no molde de uma cosmovisão unidimensional.

As notas e apêndices, que aparentemente colocam alguma desordem na forma do conjunto, servem aí a dois propósitos opostos e complementares: de um lado, indicar as bases mais gerais que o argumento conservava implícitas, mostrando ao leitor que a análise de Capra e Gramsci era apenas a ponta visível de uma investigação muito mais ampla que, àquela altura, só meus alunos conheciam através das aulas e apostilas do Seminário de Filosofia, mas que, nas condições de uma vida anormalmente agitada, eu não estava certo de poder redigir por completo algum dia; de outro lado, indicar que minhas análises não pairavam do céu das meras teorias, mas que se aplicavam à compreensão de fatos políticos que se desenrolavam na cena brasileira na hora mesma em que eu ia escrevendo o livro - daí as arestas polêmicas que dão a trechos desse ensaio uma aparência de jornalismo de combate. Se alguns leitores não viram no livro mais que essa superfície - como outros não verão em O Imbecil Coletivo senão a crítica de ocasião a certos figurões do dia e em O Jardim das Aflições um ataque ao establishment uspiano - , não posso dizer que perderam nada, pois o restante e o melhor do que se contém nesses livros não foi feito realmente para esses leitores e é bom mesmo que permaneça invisível aos seus olhos.

Se no primeiro volume permiti que a idéia central fosse apenas esboçada em fragmentos, um tanto à maneira minimalista, para que o leitor, antes pressentindo-a do que percebendo-a, tivesse o trabalho de ir buscá-la no fundo de si mesmo em vez de simplesmente pegá-la na superfície da página, no segundo, O Jardim das Aflições, segui a estratégia inversa: ser o mais explícito possível e dar à exposição o máximo de unidade, obrigando o leitor a seguir uma argumentação cerrada, sem saltos ou interrupções, ao longo de quatrocentas páginas. Mas, para não dar a ilusão de que essa forma completa abrangesse a totalidade do meu pensamento a respeito do tema, espalhei ao longo do texto centenas de notas de rodapé que indicavam os pressupostos teóricos implícitos, as possibilidades de aprofundamentos por realizar (ou já realizados só oralmente em aula), e mil e uma sementes de desenvolvimentos possíveis e interessantes, que eu realizaria se tivesse uma vida sem fim, mas que os leitores inteligentes bem podem ir realizando por sua conta.

A unidade de argumentação de O Jardim das Aflições, que na minha intenção, confirmada por alguns leitores, dá a esse livro não obstante pesadíssimo e complexo a legibilidade de um romance policial, mostra assim não ser a unidade cerrada de um sistema, mas a unidade de um holon, como diria Arthur Koestler: algo que, visto de um lado, é um todo em si, e, de outro lado, é parte de um todo mais vasto. Esta homologia de parte e todo repete-se, por sua vez, na estrutura interna do livro, onde o evento aparentemente insignificante que lhe serve de ponto de partida já contém, na sua escala microcósmica, ou microscópica, as linhas gerais da interpretação global da história do Ocidente, que é apresentada nos capítulos restantes. Aqueles leitores que se queixaram de que um livro tão substancioso começasse pelo comentário polêmico de um acontecimento menor, mostraram não compreender bem uma das mensagens principais do livro, que é a de que, à luz de uma metafísica da História, não há propriamente acontecimentos menores - o grande e o pequeno estão coeridos na unidade orgânica de um Sentido que tudo pervade. Aquilo que nada pesa na ordem causal pode muito revelar na ordem da significação.
E, na verdade, se houvesse acontecimentos perfeitamente insignificantes, que nada merecessem senão o desprezo e o silêncio, o terceiro volume da série, O Imbecil Coletivo, não poderia sequer ter sido escrito: pois o que nele apresento é um mostruário comentado de banalidades culturais que muito significam precisamente na medida em que não valem nada. E, se decidi reuni-las num volume, dando-lhes a dignidade de serem lembradas quando seus autores já nada mais forem senão sombras no Hades, que é o sepulcro do irrelevante, foi precisamente porque entendi que, partindo de cada uma delas, e girando em círculos concêntricos cada vez mais amplos, se poderia chegar a visões de escala universal semelhantes àquela em que, partindo de uma picuinha cultural ocorrida no Museu de Arte de São Paulo em 1990, mostrei aos leitores de O Jardim das Aflições o combate de Leviatã e Behemot no horizonte inteiro da história Ocidental. E, não podendo refazer tamanho esforço hermenêutico a cada nova babaquice cultural que lesse nos jornais, decidi reunir algumas e oferecê-las aos leitores como amostras para fins de exercício. O Imbecil Coletivo é, portanto, o livro de tarefas que acompanha o texto-base trazido em O Jardim das Aflições, ficando A Nova Era como abreviatura para principiantes. Quem leia assim O Imbecil Coletivo, buscando ali as lições de casa para reconstituir, desde três dezenas de exemplos, os lineamentos da visão da História e do método interpretativo exposto nos volumes anteriores, e buscando sempre a unidade orgânica entre a parte e o todo, entre a visão filosófica de uma cultura milenar e as amostras da incultura

momentânea de um país esquecido à margem da História, esse terá conquistado para si a melhor parte do que lhe dei. Pois é assim que se lêem os livros dos filósofos, mesmo quando se trate apenas de um filosofinho como este que lhes fala.

Admito que, se em qualquer dos três livros tivesse adotado uma forma expositiva mais ao gosto acadêmico, eu não precisaria estar agora chamando a atenção para uma unidade de pensamento que transpareceria à primeira vista. Mas essa visibilidade custaria a perda de todas as referências à vida autêntica e o aprisionamento do meu discurso numa redoma lingüística que não combina nem com o meu temperamento nem com a regra que me impus alguns anos atrás, de nunca falar impessoalmente nem em nome de alguma entidade coletiva, mas sempre diretamente em meu próprio nome apenas, sem qualquer retaguarda mais respeitável que a simples honorabilidade de um animal racional, bem como de nunca me dirigir a coletividades abstratas, mas sempre e unicamente a indivíduos de carne e osso, despidos das identidades provisórias que o cargo, a posição social e a filiação ideológica superpõem àquela com que nasceram e com a qual hão de comparecer, um dia, ante o Trono do Altíssimo. Estou profundamente persuadido de que somente nesse nível de discurso se pode filosofar autenticamente.

Ademais, existe algum mérito pedagógico em não ser bem arrumadinho, em poder dispor os dados não na ordem mais costumeira em que os desejaria o espectador preguiçoso, mas em desarrumá-los inteligentemente de modo a obrigar o leitor a tomar parte ativa na investigação. E há um prazer imenso em misturar os gêneros literários quando se é autor de um livreto que antes os distinguiu e catalogou com requintes de rigidez formal[1].

Estou imensamente satisfeito de ter podido concluir esta trilogia e de poder estar aqui hoje, nesta celebração que para mim é menos a do lançamento de um livro que a da conclusão de uma parte, de uma etapa da tarefa que me cabe nesta vida. Tarefa que é, em essência, a de romper o círculo de limitações e constrangimentos que o discurso ideológico tem imposto às inteligências deste país, a de vincular a nossa cultura às correntes milenares e mais altas da vida espiritual no mundo, a fazer em suma com que o Brasil, em vez de se olhar somente no espelho estreito da modernidade, imaginando que quatro séculos são a história inteira do mundo, consiga se enxergar na escala do drama humano ante o universo e a eternidade. Tarefa que é, no seu mais elevado e ambicioso intuito, a de remover os obstáculos mentais que hoje impedem que a cultura brasileira receba uma inspiração mais forte do espírito divino e possa florescer como um dom magnífico a toda a humanidade.

22/08/96

NOTAS

1. V. Os Gêneros Literários: Seus Fundamentos Metafísicos (Rio, Stella Caymmi / IAL, 1993) Voltar

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

DECORRIDOS alguns meses da primeira edição, rapidamente esgotada, os acontecimentos não fizeram senão confirmar com igual rapidez os diagnósticos que apresentei neste livro.

O Brasil vive, de um lado, uma crise profunda da inteligência, de que é reflexo o deslumbramento apalermado com que recebemos e enaltecemos, como altas produções do espírito, as idéias mais sonsas e descabidas que nos chegam do estrangeiro. O sr. Capra não foi o último da série. Depois dele recebemos a visita e as luzes do sr. Richard Rorty, cuja proposta, filosoficamente indecorosa e moralmente repugnante, os pensadores locais não ousaram criticar senão com precauções e desculpas que raiavam o servilismo1.

Esse fenômeno é, em parte, efeito passivo da crise da inteligência norte-americana, como explico num outro livro que deverá sair logo após esta segunda edição2.

Mas, de outro lado, ele é também o resultado de uma política deliberadamente conduzida pelos movimentos de esquerda, interessados em reduzir toda a vida intelectual brasileira a um coro unanimista de reclamações. O rebaixamento das artes, da filosofia e até de algumas ciências à condição de megafones da propaganda revolucionária, que os melhores pensadores marxistas sempre rejeitaram como uma tentação aviltante, tornou-se a praxe estabe lecida, que ninguém ousa contestar, menos pelo temor de um revide explícito do que pela certeza absoluta de que seus ouvintes já não poderão compreendê-lo, tão longe estão de imaginar que a cultura possa ter outros e mais elevados fins. Pois o dogma da cultura militante não se adotou como opção consciente, vencedora no confronto com outras concepções possíveis, mas se infiltrou sorrateiramente, como um pressuposto implícito, aproveitando-se da ignorância das novas gerações, que ao despertarem para o mundo da "cultura" já a encontram identificada à propaganda ideológica como se este fosse o seu estado natural e seu destino eterno. O pior é que essa propaganda já não transmite sequer idéias ou símbolos de uma doutrina revolucionária, mas limita-se a repetir, de maneira rasa, literal e direta,

as reivindicações do dia: fora Collor, morte aos corruptos, viva o Betinho, queremos sexo. Todos os anões do Congresso, reunidos e somados, não fizeram tanto mal a este país quanto essa prostituição completa da inteligência às ambições políticas imediatas e às paixões mais corriqueiras. O dinheiro perdido pode-se ganhar novamente; o espírito, quando se vai, não volta mais. Os templos abandonados - é a experiência universal - tornam-se para sempre covis de feiticeiros e bandidos.

Pelo efeito conjugado da decadência norte-americana e da ação local tendente a amassar e fundir todos os cérebros deste país na fôrma sem rosto do "intelectual coletivo" gramsciano, o fato é que a inteligência nacional está indo ladeira abaixo, ao mesmo tempo que sobe, das ruas e dos campos, o rumor sombrio de uma revolução em marcha.

Sim, o Brasil está inequivocamente entrando numa atmosfera de revolução comunista. A imbecilização não é senão um sintoma: o temporário obscurecimento da luz, mencionado pelo I Ching, no qual se geram, entre as dobras da noite, os monstros que irão povoar as visões de um despertar temível.

Esses monstros já não são tão pequenos para que um olhar atento não consiga enxergá-los e espantar-se com a velocidade com que vão crescendo no ventre da inconsciência nacional.

O próprio unanimismo da intelectualidade é um dos sinais. Mas outro, aparentemente contraditório, é a proliferação das reivindicações gremiais, do espírito de divisão, na hora em que o país mais necessita do sacrifício das partes pelo bem do todo. Em cada classe, em cada região, em cada sindicato, em cada empresa, em cada família, em cada alma, o que se nota é um sentimento agudo e exasperado dos próprios direitos e o completo amortecimento do senso do dever. É o predomínio desastroso do reivindicar e protestar sobre o criar e oferecer. Quanto menos cumpre sua obrigação, mais cada um se crê no direito de acusar o próximo. O governo reprime os aumentos abusivos de preços enquanto protege as elevadas taxas de juros e alimenta a gigantesca tênia petrolífera que pela majoração periódica dos combustíveis vai marcando o compasso para a subida generalizada do custo de vida. O pai de família vocifera contra a corrupção dos políticos enquanto solicita a um contador que "dê uns retoques" na sua declaração de rendimentos para tornar mais verossímil a mentira que o isentará do imposto. As empresas censuram o governo no instante mesmo em que elevam os preços de seus produtos e serviços acima de tudo quanto permite a lei e recomenda a decência. A esquerda clama contra as oligarquias enquanto promove greves de funcionários públicos voltadas diretamente contra os direitos da população. Os intelectuais e artistas clamam contra as injustiças enquanto levam vida

de príncipes às expensas do erário público. A imprensa acusa, delata, aponta homens e instituições ao opróbrio, enquanto discretamente, em congressos de profissionais longe dos olhos da multidão, confessa sua própria falta de decoro, ética e dignidade. Os sem-terra exibem diante das câmeras sua pobreza comovente enquanto gastam fortunas em operações paramilitares que o próprio exército não teria verba para sustentar. O discurso do unanimismo , como o coro entusiástico das torcidas durante a Copa, não é senão um Ersatz, a ostentação de uma unidade postiça que encobre a luta covarde e sem regras de todos contra todos. O egoísmo, a inconsciência, a maldade ganham terreno a cada nova investida da "campanha pela Ética".
Quia bono? A quem aproveita o crime? Quem lucra com a dilaceração da alma nacional num confronto vil de todos os egoismos e de todas as inconsciências? As pesquisas de opinião respondem que, de todos os brasileiros, o único que não tem medo de ser feliz já ganhou quarenta por cento das intenções de voto para a Presidência.
Poderia ser uma coincidência, o efeito acidental de uma conjuntura. Mas, recuando em busca das suas raízes, vemos que esse efeito foi longamente desejado e meticulosamente preparado pela mais hábil e talentosa geração de intelectuais ativistas já nascida neste país. A geração que, derrotada pela ditadura militar, abandonou os sonhos de chegar ao poder pela luta armada e se dedicou, em silêncio, a uma revisão de sua estratégia, à luz dos ensinamentos de Antonio Gramsci. O que Gramsci lhe ensinou foi abdicar do radicalismo ostensivo para ampliar a margem de alianças; foi renunciar à pureza dos esquemas ideológicos aparentes para ganhar eficiência na arte de aliciar e comprometer; foi recuar do combate político direto para a zona mais profunda da sabotagem psicológica. Com Gramsci ela aprendeu que uma revolução da mente deve preceder a revolução política; que é mais importante solapar as bases morais e culturais do adversário do que ganhar votos; que um colaborador inconsciente e sem compromisso, de cujas ações o partido jamais possa ser responsabilizado, vale mais que mil militantes inscritos. Com Gramsci ela aprendeu uma estratégia tão vasta em sua abrangência, tão sutil em seus meios, tão complexa e quase contraditória em sua pluralidade simultânea de canais de ação, que é praticamente impossível o adversário mesmo não acabar colaborando com ela de algum modo, tecendo, como profetizou Lênin, a corda com que será enforcado.
A conversão formal ou informal, consciente ou inconsciente da intelectualidade de esquerda à estratégia de Antonio Gramsci é o fato mais relevante da História nacional dos últimos trinta anos. É nela, bem como em outros fatores concordantes e convergentes, que se deve buscar a origem das mutações psicológicas de alcance incalculável que lançam o

Brasil numa situação claramente pré-revolucionária, que até o momento só dois observadores, além do autor deste livro, souberam assinalar, e aliás mui discretamente[3].
A expectativa, a esperança, o anseio da revolução são tão velhos, tão arraigados na alma da intelligentzia nacional[4] que, mesmo diante do fracasso mundial do socialismo, ela não terá forças para resistir à tentação de fazê-la, agora que a conjuntura local, pela primeira vez na nossa História, lhe oferece os meios de chegar ao poder. O Brasil, de fato, tem um descompasso crônico em relação ao tempo da História universal. O reconhecimento mundial da debacle do comunismo ecoou neste país - paradoxalmente, segundo a lógica humana, mas coerentemente, segundo a linha constante da História nacional - como um toque de esperança: chegou a nossa vez de conquistar aquilo que já ninguém mais quer.
Durante algum tempo, nutri a insensata esperança de que o PT expeliria de si o veneno gramsciano e se transformaria no grande partido socialista, ou trabalhista, de que o Brasil precisa para compensar, na defesa do interesse dos pequenos, o avanço neoliberal aparentemente irreversível no mundo, e propiciar, pelo sadio jogo de forças, o movimento regular e harmônico da rotatividade do poder que é a pulsação normal do organismo democrático. Movido por essa ilusão, votei em Lula para presidente. Hoje não votaria nele nem para vereador em São Bernardo. É que, pela sucessão de acontecimentos desde a campanha do impeachment, o PT mostrou sua vocação, para mim surpreendente, de partido manipulador e golpista, capaz de conduzir o país às vias fraudulentas da "revolução passiva" gramsciana, usando para isso dos meios mais covardes e ilícitos - a espionagem política, a chantagem psicológica, a prostituição da cultura, o boicote a medidas saneadoras, a agitação histérica que apela aos sentimentos mais baixos da população -, e de adornar esse pacote de sujidades com um discurso moralista que recende a sacristia. O partido que, para sabotar um candidato, promove no lançamento da nova moeda algo como uma "greve preventiva" sob a espantosa alegação de uma possibilidade teórica de danos salariais futuros, sabendo que essa greve resultará em aumento do preço dos combustíveis e em retomada do ciclo inflacionário, dando facticiamente confirmação retroativa aos danos anunciados, é que, francamente, decidiu imitar o capeta: produz o mal para no ventre dele gerar o ódio, e no ventre do ódio o discurso de acusação. A greve dos petroleiros não deu certo, mas ela é o mais puro exemplo do que o povo denomina "apelação": o recurso extremo usado para fins levianos.
Se o PT faz isso, é porque perdeu sua confiança no futuro majestoso a que o destinava a nossa democracia em formação, e, excitado por

indícios de um sucesso momentâneo que teme não repetir-se nunca mais, resolveu apostar tudo no jogo voraz e suicida do it's now or never. Não quer mais apenas eleger o presidente, governar bem, submeter seu desempenho ao julgamento popular daqui a cinco anos, fazer História no ritmo lento e natural dos moinhos dos deuses: quer tomar o poder, fazer a Revolução, desmantelar os adversários, expelir da política para sempre os que poderiam derrotá-lo em eleições futuras. Nos termos da poesia de Murillo Mendes, preferiu, às "lentas sandálias do bem, as velozes hélices do mal". A mitologia gramsciana, diagnosticando pomposamente a "transição para um novo bloco histórico", deu uma legitimação verbal a essas pretensões, e eis que o Brasil, mal tendo ingressado no caminho da democracia, já se apressa a abandoná-lo pelo atalho da Revolução. Aonde ele leva, é algo que o mundo sabe, mas que importa o conhecimento do mundo às hordas de menores-de-idade que a lisonja esquerdista consagrada em norma constitucional transformou na parcela decisiva do eleitorado, dando-lhes poder antes de lhes dar educação? O que importa é aproveitar o momento, levar a todo preço o Lulalá, carregado nos ombros de garotos raivosos, insolentes e analfabetos, e, antes que o "consenso passivo" da população tenha tempo de avaliar o que se passa, atrelar irreversivelmente o país ao carro-bomba que se precipita, morro abaixo, no rumo da Revolução.
A geração que atingiu a idade adulta no momento em que a ditadura fechava as portas de acesso à vida política está agora com cinqüenta anos. Ao longo dos últimos trinta ela esperou, sonhou, planejou, desejou, cobiçou entre lágrimas de rancor impotente, e, sobretudo, leu muito Antonio Gramsci. Que a Revolução socialista já tenha mostrado ao mundo sua verdadeira face, que ela já tenha provado cabalmente que não vale a pena, isto pouco interessa. A geração dos guerrilheiros fará o que longamente se preparou para fazer. Pouco importa que, pelo relógio do mundo, tenha passado a hora. O fim da festa é, para o catador de lixo, o sinal de que a sua festa está para começar.
Por essas razões é que este livro, aparentemente constituído de pedaços inconexos, começa a mostrar, pela força dos acontecimentos externos, a unidade que, no plano literário, o autor não teve o tempo ou o engenho de lhe dar. Sob a aparência comprometedora de uma salada histórica que mistura Lênin, o I Ching, Max Weber, Freud e o Comando Vermelho, ele aponta, pela ordem e, segundo creio, com lógica, o sintoma e a causa da doença da intelectualidade brasileira: a origem ao menos parcial da nossa vulnerabilidade à falsa mensagem do sr. Capra está nas idéias de Antonio Gramsci, transformadas em prática pela geração de intelectuais esquerdistas que, na Ilha Grande, fez ofício de parteira do Comando Vermelho, e que agora dá o tom da vida mental neste país. Se, na

primeira edição, não consegui dar desse fenômeno uma exposição seguida e coesa, tendo de adotar, em vez disso, um enfoque prismático e desnivelado, antes sugerindo em fragmentos do que declarando por extenso o sentido do conjunto, não foi por nenhuma intenção profunda: foi por autêntica incapacidade de fazer de outro modo. Mas não creio, por isto, merecer censura: afinal, aqui foi dito aos trancos e pedaços o que ninguém mais disse de maneira alguma. Do primeiro a esboçar a unidade de um quadro confuso, não se exige que seja completo; e do primeiro a anunciar um perigo terrível, não se exige que fale claro e ordenado segundo o bom estilo. Esbaforido e gaguejante, semilouco e abstruso, ele afinal presta um serviço de emergência. Como diz um provérbio árabe: "Não repares em quem sou, mas recebe o que te dou."[5]
Rio de Janeiro, junho de 1994.

NOTA PRÉVIA [DA 1A EDIÇÃO]

A "NOVA ERA" da qual Fritjof Capra se tornou festejado porta-voz e a "Revolução Cultural" de Antonio Gramsci têm algo em comum: ambas pretendem introduzir no espírito humano modificações vastas, profundas e irreversíveis. Ambas convocam à ruptura com o passado, e propõem à humanidade um novo céu e uma nova terra.
A primeira vem alcançando imensa repercussão nos círculos científicos e empresariais brasileiros. A segunda, sem fazer tanto barulho, exerce há três décadas uma influência marcante no curso da vida política e cultural neste país.
Nenhuma das duas foi jamais submetida ao mais breve exame crítico. Aceitas por mera simpatia à primeira vista, penetram, propagam-se, ganham poder sobre as consciências, tornam-se forças decisivas na condução da vida de milhões de pessoas que jamais ouviram falar delas, mas que padecem os efeitos do seu impacto cultural.
Para os adeptos e propagadores conscientes das duas novas propostas, nada mais reconfortante do que a passividade atônita com que o público letrado brasileiro tudo recebe, tudo admite, tudo absorve e copia, com aquele talento para a imitação maquinal que compensa a falta de verdadeira inteligência.
Mas a Revolução Cultural de Gramsci e o movimento da "Nova Era" não são simples modas, que se possam adotar e abandonar à vontade, com a despreocupação de quem troca de cuecas. São propostas de imensa envergadura, que, uma vez aceitas, mesmo implicitamente, mesmo informalmente, mesmo hipoteticamente, levam a conseqüências de

alcance incalculável. Essas conseqüências não pouparão, decerto, aqueles que tiverem aderido às suas causas por mero passatempo, sem uma clara consciência das responsabilidades em jogo. Não pouparão ninguém que esteja dentro do seu raio de ação. E todos estamos.

É, portanto, uma leviandade suicida absorver idéias como essas sem um exame crítico preliminar. É este exame que inauguro no presente livreto, ciente de que, ao fazê-lo, me adianto a uma lerda opinião pública que nem de longe levantou ainda as questões aqui discutidas, mas nem por isto o faço com menor atraso em relação às exigências de minha própria consciência, que me cobra este trabalho desde que pela primeira vez falei em público sobre estes assuntos, em l987. Falador prolífico, sou tardo em escrever, motivo pelo qual meu sentimento de urgência se transforma, às vezes, em sentimento de culpa. A urgência, no caso, era a de esclarecer a ligação entre aquelas duas correntes de pensamento; ligação que, uma vez percebida, revela a inconsistência de ambas, e de ambas nos liberta. Por não percebê-la, a mente brasileira gira hoje em falso em torno do eixo balizado por esses dois pólos. Pelo número de adeptos e pelos postos estratégicos que alguns destes ocupam na sociedade, Capra e Gramsci dominam as duas correntes mentais mais atuantes deste país. O fato de que jamais tenham sido confrontados e de que a idéia mesma de confrontá-los soe estranha mostra apenas que o país não tem clara consciência das alternativas em que se debate, e que a vida mental nele tende a cindir-se em devoções estanques a deuses que se desconhecem mutuamente e que mutuamente se hostilizam nas trevas, como espadachins vendados. Trata-se portanto, aqui, de esclarecer um conflito subconsciente, em que o destino de um país se decide entre as sombras de um sonho. Brasil sonâmbulo: para que sustentas com dinheiro e lisonjas os teus intelectuais, se não é para te revelarem a ti mesmo, para te dizerem o que se passa contigo para além da superfície do noticiário?

Os três capítulos que compõem este livro reproduzem, tanto quanto possível, o conteúdo de aulas e conferências que dei sobre os respectivos temas, seja no Seminário Permanente de Filosofia e Humanidades, que dirijo no Instituto de Artes Liberais, seja fora dele. O capítulo sobre Fritjof Capra foi redigido e distribuído aos meus alunos em setembro de l993, quando se anunciava a próxima vinda ao Brasil do guru da Nova Era, promovida pela Universidade Holística de Brasília. Os outros, seus naturais complementos como se verá, foram escritos agora em fevereiro de l994, especialmente para este livro. Os apêndices ilustram detalhes que importam à compreensão do Cap. II.

Reconheço que, ao menos quanto a Gramsci, o exame que apresento é superficial, que haveria ainda milhares de coisas a dizer que aqui não foram ditas.6 Mas alguém tem de começar, e, na falta de melhores

cérebros que se dispusessem a digerir o assunto, a coisa sobrou para mim. Quanto a Capra, ele está longe de representar a "Nova Era" na sua totalidade; embora alguns vejam nele uma síntese desse movimento, ele constitui apenas um seu sintoma, ainda que agudo e sonante. Que ninguém me censure, portanto, a incompletude destas análises: minhas amostras levam o rótulo de amostras, com altiva modéstia. Também não tem, este trabalho, a menor pretensão de interferir no curso das coisas. Seu único anseio é fornecer, aos que tenham um sincero desejo de compreender os acontecimentos, alguns meios de fazê-lo. Ora, os que têm esse desejo são sempre poucos, no meio do vozerio, entusiástico ou ameaçador, dos que crêem já saber tudo e que não aguardam senão com impaciência que o mundo se curve às suas propostas. Àqueles poucos e silenciosos, portanto, é dedicado este trabalho. Dentre eles, destaco o romancista Herberto Sales, que leu em versão datilográfica o primeiro capítulo e lhe fez referências generosas, que agradeço comovido. Tanto mais comovido porque, se eu tivesse de escolher um guru estilístico, ele não seria outro, na presente fase da nossa literatura, senão Herberto Sales. Destaco ainda o valente grupo de alunos e ouvintes que há anos acompanha meu trabalho com um interesse que me reconforta.
Rio, fevereiro de l994
Olavo de Carvalho

NOTAS
1. V. José Arthur Gianotti, "Conversa com Richard Rorty", Jornal do Brasil, 26 de maio de 1994. É no mínimo estranho que um homem como Gianotti, tão valente ao expor idéias políticas mesmo quando lhe atraiam a ira dos sumos-sacerdotes da esquerda nacional, se cubra de cautelas ao criticar um pensamento tão vulnerável como o de Rorty. Explica-se, talvez, pela crônica timidez uspiana, inibição intelectual que se tornou, em versão fetichizada, a caricatura tupiniquim do "rigor" ensinado pelos primeiros mestres - franceses - fundadores da USP. O "rigor" uspiano é na verdade moleza, tremor da geléia terceiromundana ante a autoridade dos ídolos da moda - compensação junguiana pela petulância ante o legado espiritual do passado. Mesmo em sua versão original européia, herdeira de nobres tradições filosóficas, um rigorismo acadêmico inibitório torna-se muitas vezes o refúgio comunitário onde o intelecto mal dotado vai abrigar-se contra os perigos da investigação solitária - vale dizer, contra o exercício mesmo da filosofia. O verdadeiro rigor filosófico, ao contrário, é pura coragem interior, não se curva senão ante a evidência e não tem nada de temor reverencial adolescente (ou colonial) ante os prestígios acadêmicos do dia. Com a ascensão da intelectualidade paulista ao primeiro plano da vida nacional, a inversão

uspiana do rigor, que devota ao prestígio o culto que nega à verdade, ameaça contaminar o pensamento brasileiro como um todo, selando a morte da inteligência nesta parte do mundo. Nada vai aqui contra Gianotti, homem capaz e correto, que só peca por admirar quem não merece - ou por fingir admirar, talvez, já que o floreio bajulatório involuntariamente irônico é outra marca registrada do estilo uspiano, onde faz as vezes de polidez acadêmica. Voltar

2. O Imbecil Coletivo. Atualidades Inculturais Brasileiras, Rio, IAL & Stella Caymmi Editora, 1994, que forma, com o presente volume e com O Jardim das Ilusões. Epicuro e a Revolução Gnóstica, que também virá a público em breve, uma trilogia dedicada ao estudo da patologia cultural brasileira na presente fase da nossa História. Voltar

3. Um deles foi Fernando Henrique Cardoso (Jornal do Brasil, 11 nov. 93), um homem que conhece as esquerdas muito bem e que, por isto mesmo, sentiu o dever de se opor a elas no momento em que mais poderia ajudá-las. O outro foi Oliveiros da Silva Ferreira, que vem explorando o assunto em vários artigos publicados em O Estado de S. Paulo. Voltar

4. O mito da Revolução Brasileira é um componente ativo do pathos esquerdista desde a década de 30. "Fadado a um grande destino, o Brasil seria a terceira grande revolução neste século. A primeira, a União Soviética, segunda a República Popular da China, e a terceira, a República Democrática Popular do Brasil" (Luís Mir, A Revolução Impossível, São Paulo, Best Seller, 1994, p. 10). Voltar

5. Nada retirei nem alterei do original nesta Segunda Edição, apenas corrigi erros de grafia, acrescentei este Prefácio, uns quantos adendos, e adendos de adendos, e muitas notas de rodapé. O leitor austero achará que são excrescências complicatórias, mas gosto delas justamente por isso, porque eliminam do texto a enganosa linearidade e lhe dão aquele aspecto vivente de rede nervosa, de trama vegetal, que faz com que, precisamente, um texto seja um texto. Voltar

6. Limito-me ao estudo da estratégia e, mais brevemente, de alguns aspectos da gnoseologia, sem tocar por exemplo na sociologia gramsciana, que mereceria - não por seu valor científico, mas pela força persuasiva da sua alucinante falsificação da realidade - um exame mais atento. Prometo fazê-lo no livro O Antropólogo Antropófago. A Miséria das Ciências Sociais, a sair no ano que vem. Também não pude senão mencionar de longe as concepções estéticas e literárias de Gramsci, tão influentes até hoje, mas sobre as quais não pretendo escrever nada nunca, se os deuses me pouparem esse castigo. [Nota da 2a. ed.] Voltar

I
LANA CAPRINA,
OU: A SABEDORIA DO SR. CAPRA

NO COMEÇO de novembro7 estará chegando ao Brasil o sr. Fritjof Capra, chamado pela Universidade Holística de Brasília para falar sobre a Nova Era que ele anuncia no seu livro O Ponto de Mutação.
A voz do sr. Capra não clamará no deserto. A Universidade Holística já reuniu uma congregação de intelectuais locais para dizer-lhe amém. Entre os acólitos contam-se Frei Betto e o ex-reitor da UnB, Christovam Buarque. O sr. Capra, já se vê, não é um escritor como os outros: é um líder, uma autoridade espiritual e, admitamos logo, um profeta.
O conteúdo de suas profecias é bastante conhecido: O Ponto de Mutação anda até nas mãos das crianças, que o debatem nas escolas. Mas, segundo a Universidade Holística, isso não basta. O sr. Capra tem de ser ouvido por todos os amigos da espécie humana. Pois, embora homônimo de um cineasta que se celebrizou pelas fitas de happy end, ele não garante nenhum final feliz para o nosso século a não ser que a humanidade siga os seus conselhos. Passemos portanto a examiná-los, com a urgência requerida pelo caso.
Segundo o sr. Capra, a história do mundo chegou a um turning point, e deve mudar o seu curso. As três principais mudanças em pauta são as seguintes: primeira, a humanidade deixará de consumir combustíveis fósseis (petróleo); segunda, o patriarcado vai acabar; terceira, o paradigma científico vigente será substituído por um outro, de base holística. Estas três coisas já estão acontecendo, mas, assegura o sr. Capra, urge apressar a sua consumação, que marcará o advento da Nova Era.
Ao falar do primeiro item, o sr. Capra é muito breve, como convém aos profetas. Em vez das longas análises que concede aos dois outros temas, ele emite apenas esta profecia: "Esta década será marcada pela transição da era do combustível fóssil para uma nova era solar, acionada por energia renovável oriunda do Sol." Tendo o livro sido publicado em 1981, a década a que o sr. Capra se refere terminou em 1990. Bem, nem todos os profetas dão sorte. Mas, se a mencionada profecia vier a cumprir-se com quatro, cinco ou nove décadas de atraso, o sr. Capra sempre poderá alegar que S. João Evangelista também não foi muito preciso quanto à data do Apocalipse.
Como muitos outros profetas, o sr. Capra pode queixar-se de ser um incompreendido. Eu, por exemplo, não compreendo como é que o mundo

poderia ter saltado direto da era dos combustíveis fósseis para a da energia solar, sem passar pela era atômica, na qual já estávamos na data de emissão da profecia e na qual continuamos a estar após a data do seu vencimento. Mas talvez a intuição profética do sr. Capra opere à velocidade da luz, saltando etapas. Eis aí aliás um bom motivo para saltarmos logo para o item seguinte, já que o primeiro capítulo da mutação não teve um happy end.

O patriarcado consiste, segundo o sr. Capra, num complexo de três elementos: primeiro, o domínio do homem sobre a mulher; segundo, o domínio da espécie humana sobre a natureza; terceiro, o predomínio da razão (faculdade masculina) sobre a intuição (feminina). São três lados de um fenômeno único, que o sr. Capra resume como a supremacia do yang sobre o yin.

É, como se vê, um tipo especial de patriarcado, bem diferente daquele que podemos encontrar nos livros de história e sociologia. Pois estes nos dizem que o aumento do poderio técnico sobre a natureza abalou o regime de propriedade rural no qual se esteava o patriarcado; e que o advento do Império da Razão, trazido no bojo da Revolução Francesa, promoveu logo em seguida a igualdade de direitos para homens e mulheres, desferindo o golpe de misericórdia na autoridade do pater familias. Em suma, que das três coisas que o sr. Capra reúne sob o rótulo comum de "patriarcado", duas são precisamente o contrário. Mas os profetas não ligam para as ciências profanas. Non enim cogitationes meae cogitationes vestrae, já nos tinha advertido a Bíblia. O sr. Capra, com efeito, não pensa como nós.

Mas há algo nele que pelo menos alguns de nós podem compreender perfeitamente bem. Sendo a lógica, no seu entender, uma expressão do abominável patriarcado cujo fim ele deseja, ele não poderia mesmo obedecê-la sem tornar-se, ipso facto, ilógico. É então por uma simples questão de lógica que ele opta por ser ilógico. Qualquer bebê de colo pode compreender isto. O difícil é compreendê-lo quando já não se é um bebê de colo. Para ser admitido nos céus da Nova Era, o leitor deve portanto tornar-se como os pequeninos.

Eis aqui um caso típico. Para livrar-se do odioso patriarcado, diz o nosso profeta, a humanidade deveria inspirar-se no exemplo da civilização chinesa, cuja concepção da natureza humana, expressa sobretudo no I Ching, "está em flagrante contraste com a da nossa cultura patriarcal". Buscando agora munição antipatriarcal nas páginas do I Ching, o leitor encontrará, no hexagrama 37, as seguintes recomendações: "A esposa deve ser sempre guiada pela vontade do senhor da casa, isto é, pelo pai, pelo marido ou pelo filho adulto. O lugar dela é dentro de casa." A vida que Betty Friedan pediu a Deus. Aliás, segundo informa Marcel Granet

no clássico La Civilisation Chinoise8, o feudalismo chinês, período no qual se redigiu o grosso dos comentários do I Ching, "repousa sobre o reconhecimento do predomínio masculino". A China a que o sr. Capra se refere não deve portanto ser a mesma que os geógrafos profanos conhecem por esse nome.
O que o sr. Capra não pode mesmo é ser acusado de facciosismo sinófilo. Pois, se ele rejeita a lógica ocidental, nem por isto se curva às exigências da oriental. Segundo ele, o yang representa a razão analítica, que divide, e o yin a intuição, que unifica. Os chineses, nada entendendo destas sutilezas, representaram o divisivo yang por um traço contínuo, e o unificante yin por um traço dividido ao meio. Na Nova Era, as edições do I Ching virão devidamente retificadas.

Enquanto essas edições não aparecem, o sr. Capra já vai tratando, por conta, de introduzir no pensamento chinês umas modificações mais sérias. Ele diz, por exemplo, que na civilização chinesa o homem não procura dominar a natureza, mas integrar-se nela. Novamente, a sabedoria chinesa do sr. Capra pegou a China desprevenida: um chinês nem mesmo entenderia essa frase, pela razão de que na sua língua não há uma palavra que signifique "natureza" no sentido ocidental, isto é, ao mesmo tempo o mundo visível e a ordem invisível que o governa (ambiguidade que as línguas modernas herdaram do grego physis). O chinês é nisto, com o perdão da palavra, mais "analítico": tem um termo para designar o mundo visível (khien), e um outro (khouen) para a ordem invisível. Para compensar, o mundo visível ou khien abrange, "sinteticamente", tanto a natureza terrestre quanto a sociedade humana. O sr. Capra não diz a qual das duas "naturezas" o homem deveria integrar-se, mas é claro que ninguém poderia integrar-se em ambas simultaneamente e de um mesmo modo. Os antigos chineses já haviam advertido isto, e resolveram a contradição propondo uma dualidade de atitudes para fazer face a esse duplo aspecto da natureza: o sábio, diz o I Ching, deve buscar ativamente integrar-se na ordem invisível ou khouen (chamada por isto "perfeição ativa") e contornar suavemente as exigências da natureza terrestre (khien ou "perfeição passiva"). Dito de outro modo: integrar-se na ordem celeste, integrando em si e superando dialeticamente a ordem terrestre (e portanto absorvendo-a, por sua vez, na ordem celeste). O "celeste" e o "terrestre", nesse sentido, identificam-se respectivamente ao dharma e ao kharma da tradição hindu. O homem não se "integra" no kharma, porém "absorve-o" na medida em que se integra no dharma: livra-se do peso da terra na medida em que atende ao apelo celeste. Exatamente no mesmo sentido diz o cristianismo que o

homem vence a necessidade natural na medida em que segue as vias da Providência. Não é bem o que diz o sr. Capra.
O ideograma Wang ("o Imperador") esclarece isso melhor. Ele constitui, por si, um compêndio de cosmologia chinesa. Compõe-se de três traços horizontais - o Céu em cima, a Terra em baixo, o Homem no meio, formando a tríade Tien-Ti-Jen, "Céu-Terra-Homem" - cortados por um traço vertical, o Tao, que se traduz um tanto convencionalmente por Lei ou Harmonia. A Harmonia consiste em que cada coisa fique no lugar que lhe cabe, de modo que, por trás de todas as mudanças por que passa o mundo, a ordem suprema não seja violada (embora neste mundo de aparências ela o seja necessariamente, pois, como dizia o Evangelho, "é necessário que haja escândalo"; mas no fim todas as desordens parciais são reintegradas na ordem total).
Na Tríade chinesa, o homem é chamado "filho do Céu e da Terra". Sendo o Céu o pai, já se vê, pelo hexagrama 37, quem é que manda. O homem governa portanto o mundo visível, mas não o faz por arbítrio próprio, e sim em nome de uma ordem transcendente. Tien não significa o "céu" no sentido material, mas a "perfeição celeste" ou mais propriamente a "vontade do Céu"; em inglês, que o sr. Capra compreende melhor, não o sky, mas o heaven, morada do Espírito Santo. O sábio ou imperador apreende no invisível a vontade do Céu e a põe em execução na Terra. Na sala central do seu palácio, ele cumpre diariamente ritos de um complexo simbolismo geométrico e numerológico (similar ao do pitagorismo), mediante os quais os arquétipos celestes "descem" (exatamente como na missa "desce" o Espírito Santo) para trazer à Terra a ordem e a harmonia. Se o imperador pára de fazer os ritos, a Terra - sociedade e natureza ao mesmo tempo - entra em convulsão, espalham-se por toda parte a ignorância, o medo, a violência, a fome, a peste.
Não era só a interrupção dos ritos que podia trazer a catástrofe. "O imperador - escreve Max Weber em A Religião da China - tinha de se conduzir segundo os imperativos éticos das escrituras clássicas. O monarca chinês permanecia basicamente um pontífice. Ele tinha de provar que era mesmo 'filho do Céu', o regente aprovado pelos Céus, para que o povo, sob o seu governo, vivesse bem. Se os rios arrebentavam os diques ou a chuva não caía apesar de todos os ritos, isto era prova - acreditava-se expressamente - de que o imperador não tinha as qualidades carismáticas requeridas pelo Céu."
O homem governa a Terra, mas em nome do Céu. Governa como pontifex, "construtor de pontes", que liga a Terra ao Céu através do Reto Caminho, o Tao. Caso se afaste do Reto Caminho, ele perde de vista a Vontade do Céu e já não pode governar senão em nome próprio, como

tirano e usurpador. Aí, num choque de retorno, ele perde seu poder e cai sob o domínio das potências terrestres que antes comandava. Como a Terra designa ao mesmo tempo a natureza física e a sociedade humana, o choque pode significar tanto uma revolução civil ou golpe militar, quanto uma tempestade ou terremoto. O monarca que cai representa, por analogia, qualquer homem que, rompendo com a ordem celeste, perca de vista o seu destino ideal e caia presa das paixões abissais. É a situação descrita no hexagrama 36, O Obscurecimento da Luz: "Primeiro ele subiu ao Céu, depois mergulhou nas profundezas da Terra." O comentário tradicional, resumido por Richard Wilhelm, é o seguinte: "O poder da treva subiu a um posto tão alto que pode trazer dano a quantos estejam do lado do bem e da luz. Mas no fim o poder das trevas perece por sua própria obscuridade."

Já se vê que o conselho do sr. Capra, afetado pela ambiguidade da palavra "natureza", pode ter dois significados opostos: com "integrar-se", pretende ele que obedeçamos à Vontade do Céu ou que mergulhemos nas profundezas da Terra? As falas dos profetas, quando obscuras, merecem interpretação. Interpretemos.

Na versão do sr. Capra, o Céu não é mencionado. A tríade fica reduzida a uma dualidade: de um lado o homem, de outro a natureza visível. O macho e a fêmea. O yang e o yin. A cada um só resta a alternativa de subjugar o outro ou "integrar-se" nele. O homem da civilização industrial optou pela primeira hipótese. O sr. Capra advoga a segunda.

É verdade o que diz o sr. Capra, que a civilização ocidental optou por dominar a natureza. Mas é verdade também que, desde o Renascimento ao menos, ela apagou (exatamente como o sr. Capra) toda referência a uma ordem transcendente (Tien) e deixou o homem sozinho, face a face com a natureza material. Desde então a história das idéias ocidentais tem sido marcada por uma oscilação pendular entre as ideologias da dominação e as ideologias da submissão: classicismo e romantismo, revolução e reação, historicismo e naturalismo, cientificismo e misticismo, ativismo prometéico e evasionismo quietista, marxismo e existencialismo e, last not least, revolução cultural socialista versus ideologia da "Nova Era".

É neste último par de opostos que reside a chave para a compreensão do nosso profeta. O sr. Capra acerta na mosca (nenhum profeta pode realizar o prodígio de errar sempre) ao dizer que sua visão da história cultural é uma alternativa ao marxismo. Para Marx e seus epígonos, a natureza nada mais é que o cenário da história humana. Está aí não como um ser, uma substância ontológica que o homem deva contemplar e respeitar em sua constituição objetiva, mas como matéria-prima a ser apropriada e transformada livremente segundo o arbítrio humano. A

natureza, em Marx, é ancilla industriae. O marxismo prossegue a tradição de prometeanismo revolucionário do Renascimento, potencializando-a mediante a submissão completa e explícita da natureza à história. A isto é que se opõe a ideologia da Nova Era.
Mas ela não se opõe somente ao marxismo em geral, e sim a uma forma específica de marxismo, que também, como ela, quis operar uma "mutação", um giro de cento e oitenta graus na orientação do pensamento humano. O fundador desta corrente marxista foi o ideólogo italiano Antonio Gramsci (1891-1937). O gramscismo propõe uma revolução cultural que subverta todos os critérios admitidos do conhecimento, instaurando em seu lugar um "historicismo absoluto", no qual a função da inteligência e da cultura já não seja captar a verdade objetiva, mas apenas "expressar" a crença coletiva, colocada assim fora e acima da distinção entre verdadeiro e falso. É a total submissão do "objeto" (natureza) ao "sujeito" (humanidade histórica). Neste novo paradigma, a ênfase da atividade científica já não cai no conhecimento objetivo da natureza (descrição exata da sua aparência visível e investigação dos princípios invisíveis que a governam), mas sim na sua transformação pela técnica e pela indústria, a isto correspondendo, na esfera das idéias, uma espécie de "revolução permanente" de todas as categorias de pensamento a suceder-se numa aceleração vertiginosa do devir histórico.
Contra isto levantou-se a ideologia da Nova Era. Ao prometeanismo revolucionário, ela opõe a "integração na natureza"; à aceleração da história, o equilíbrio "ecológico" da Nova Ordem Mundial; e, ao historicismo absoluto, o "fim da História". Capra é inconcebível sem Fukuyama. Capra é a casca da qual Fukuyama é o miolo. Todo o vistoso "esoterismo" da Nova Era, com suas iniciações secretas, seus gurus, seus magos e seus ritos, não constitui senão o exoterismo, o aparato religioso externo e social, cujo interior, cujo "sentido esotérico" é na verdade uma ciência bem moderna, racional e profana: o planejamento estratégico. Fukuyama está para Capra exatamente como o esoterismo está para o exoterismo, como a Igreja de João está para a Igreja de Pedro. Mas ambas, cada qual no seu plano e pelos meios que lhe são próprios, combatem um mesmo adversário.
O gramscismo fez muito sucesso nos anos 60, inspirando a febre passageira do eurocomunismo e revigorando algumas esperanças comunistas. No Brasil, conquistou praticamente a esquerda inteira, e o PT é um partido essencialmente gramsciano, admita-o ou não explicitamente. Mas o intento de renovação foi fraco e tardio: o comunismo acabou sendo derrotado pela ascensão mundial da ideologia da Nova Era. Afinal, a mistura de física quântica e simbolismos

orientais, experiências psíquicas e sexo livre, promessas de paz e miragens de auto-realização, que essa ideologia oferece, é infinitamente mais sedutora do que qualquer "historicismo absoluto". O Brasil, sempre atrasado, é um dos poucos lugares do mundo onde o combate ainda prossegue, com um feroz núcleo de remanescentes gramscianos oferecendo uma quixotesca resistência local aos exércitos triunfantes da Nova Era.

Mas, se o prometeanismo revolucionário representou o máximo da hybris, da avidez dominadora do homem sobre a natureza, a ideologia da Nova Era não é outra coisa senão o choque de retorno anunciado pelo I Ching.

A Nova Era venceu a revolução gramsciana. Mas foi uma teratomaquia: um combate de monstros. Diriam os chineses que foi um combate suicida: que, sem a obediência comum a Tien, a luta entre Ti e Jen só pode terminar pelo "Obscurecimento da Luz". A vitória da Nova Era prenuncia, portanto, o próximo passo do ciclo das mutações: a humanidade vai cair da autoglorificação prometéica na passividade inerme; vai integrar-se, "ecologicamente", no equilíbrio da Nova Ordem Mundial, onde o conformismo coletivo será assegurado mediante a justa repartição dos meios de satisfazer as paixões mais baixas e mediante um arremedo de religiosidade externa que dará a essas paixões uma aura lisonjeira de "profundidade" e "autoconhecimento".

Pode-se interpretar isso psicanaliticamente. Gérard Mendel, no seu livro La Révolte contre le Père, uma das mais importantes contribuições das últimas décadas à psicanálise freudiana, diz que, ao longo da história, o impulso do homem para superar o pai tem sido, como pretendia Freud, um dos mais potentes motores do progresso. Mas este impulso, prossegue ele, pode tomar duas direções: ou o homem supera e vence o pai carnal integrando-se na ordem racional representada pelo pai ideal, ou manda logo às urtigas a ordem ideal para, livre de toda trava moral, matar o pai carnal e tomar posse da mãe. Esta última alternativa é a revolta prometéica, a que se segue, num choque de retorno, a queda no irracional, a regressão uterina, a "integração" do homem nas trevas. Daí, segundo Mendel, a importância antropológica, e também psicoterapêutica, das palavras da mais célebre oração cristã: a "revolta contra o pai" só é saudável e frutífera quando empreendida "em nome do Pai". Trocando em miúdos chineses: o pai carnal é, para o homem adulto (Jen), nada mais que um aspecto de Ti, a Terra. É preciso submetê-lo à ordem celeste, Tien ou pai ideal, para aí então poder assumir, sem usurpação nem violência, o governo justo e harmônico da Terra. Sempre achei que o dr. Freud tinha algo de chinês.

Nos termos de Mendel, a revolução gramsciana é a revolta destrutiva contra o pai, e a ideologia da Nova Era, com seus apelos à fusão das consciências individuais numa sopa de miragens holísticas, é a regressão uterina que se lhe segue. Todas as regressões uterinas anunciam-se pela exacerbação da fantasia, pelo chamamento hipnótico das esperanças insensatas, pela antevisão mediúnica de delícias sem fim. Todas terminam na escravidão abjeta, na passividade inerme ante a agressão das forças abissais, no obscurecimento da luz.
É inevitável que haja escândalo. A Nova Era venceu o prometeanismo gramsciano, e sai de baixo: lá vem o hexagrama 36. There's coming a shitstorm e Fritjof Capra é o seu profeta. Mas, no fim, que por certo não se anuncia breve, o poder das trevas sucumbirá por força da sua própria obscuridade.

Findo o período das trevas, assegura o Apocalipse, a loucura dos novos profetas que arrastaram a humanidade ao erro será exibida à plena luz do dia, e todos a verão.
Como a Nova Era ainda mal começou, não está na hora de fazer o show completo. Por enquanto, tudo o que se pode fazer é dar umas amostras preliminares, que atestem, para as gerações vindouras, a realidade de um passado que lhes parecerá inverossímil. Como disse o sábio Richard Hooker ante o avanço do besteirol puritano no séc. XVI, quando tudo isto tiver passado "a posteridade poderá saber que não deixamos, pelo silêncio negligente, as coisas se passarem como num sonho".
De amostras está cheio o livro do sr. Capra. Porém manda a justiça que as selecionemos segundo a gradação de importância que lhes dá o próprio autor. Devemos portanto agora examinar o terceiro "ponto de mutação": a revolução do paradigma científico.
Neste terreno o sr. Capra não parece estar em desvantagem como no mundo chinês, que só conheceu por fontes de terceira mão. Doutor em física pela Universidade de Viena, ele não pode ignorar a história da ciência ocidental como ignora a civilização chinesa. Mas quem disse que não pode? Aos profetas tudo é possível.
Segundo o sr. Capra, "o paradigma ora em transformação dominou a nossa cultura por muitas centenas de anos"; ele "compreende certo número de idéias" que "incluem a crença de que o método científico é a única abordagem válida do conhecimento; a concepção do universo como um sistema mecânico composto de unidades materiais elementares; a concepção da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência". Essas concepções têm os nomes respectivos de: cientificismo, mecanicismo e social-darwinismo ou darwinismo social. Repito: segundo o sr. Capra, elas dominam a nossa cultura há muitas

centenas de anos. Isto sugere duas perguntas. Primeira: Que é "dominar uma cultura?" Segunda: Quanto é "muitas centenas"?
Dizemos que uma certa idéia domina uma cultura quando: primeiro, ela é acreditada pelos intelectuais mais importantes de todos os setores; segundo, as idéias concorrentes ou já não são férteis, quer dizer, já não se expressam em obras poderosas e significativas, ou então desapareceram completamente de cena. Assim, por exemplo, o cristianismo dominou a Idade Média porque, de um lado, todos os filósofos e os homens cultos em geral eram cristãos e, de outro lado, as correntes de pensamento não-cristãs, ainda que persistindo vivas pelo menos no subconsciente coletivo, não produziram nesse período nenhuma obra digna de atenção. Dizemos que o marxismo dominou a cultura soviética até a década de 60 porque nesse período nenhum intelectual eminente que residisse na URSS produziu nenhuma idéia que saísse dos quadros conceptuais do marxismo e porque as subcorrentes não-marxistas (exceto no exílio e em línguas ocidentais) nada criaram de significativo.
Nesse sentido estrito, nenhuma das três idéias que compõem o "paradigma dominante" jamais foi dominante em parte alguma do Ocidente. Desde que surgiram, as três foram incessantemente contestadas, combatidas, refutadas, rejeitadas no todo ou em parte por intelectuais importantes. De outro lado, correntes abertamente hostis a essas idéias continuaram férteis o bastante para produzir algumas das obras mais significativas de seus respectivos campos.
Vejamos o mecanicismo. Como pode ser "dominante" uma corrente que, desde seu nascimento, é rejeitada por gigantes como Leibniz, Schelling, Vico, Schopenhauer, Driesch, Fechner, Boutroux, Nietzsche, Weber, Kierkegaard e muitos outros, até ser derrubada no século XX pela teoria de Planck?
A rigor, o mecanicismo só foi dominante, e mesmo assim com reservas, numa certa parte do mundo, que para o sr. Capra é "o" mundo: os círculos universitários anglo-saxônicos. Que esse mundinho tradicionalmente presunçoso e seguro de si se abra hoje para novas idéias, que se disponha até a ouvir os orientais sem a tradicional incompreensão colonialista, é sem dúvida uma novidade auspiciosa. Mas uma novidade local. Não há meio mais seguro de tornar provinciano um povo do que persuadi-lo de que ele é o centro do mundo. Desde esse momento ele declara inexistente ou irrelevante tudo o que saia do seu campo de visão, e quando finalmente descobre algo que todo o resto do mundo já sabia dá a esta descoberta uns ares de revolução mundial.
Quanto ao cientificismo, tanto se escreveu contra ele, que é perfeitamente errado considerá-lo dominante mesmo num sentido atenuado do termo. Para isto seria preciso excluir do primeiro plano da

cultura o marxismo, a psicanálise, a fenomenologia, o neotomismo e o existencialismo, pelo menos. Aqui, novamente, o sr. Capra toma como mundialmente dominante a opinião de um grupo restrito.
O darwinismo social, por sua vez, só chegou a ser dominante, como crença pública, num único país do mundo: nos Estados Unidos. Nunca entrou, por exemplo, nos países comunistas e no mundo islâmico, que, somados, completam quase dois terços da humanidade. Nos países católicos, foi recebido desde logo como perversa anomalia, suscitando reações de escândalo de que dão testemunho as encíclicas sociais dos papas desde pelo menos Leão XIII.
Mas, além de afirmar que essas três crenças "dominam o mundo", o sr. Capra ainda assegura que o fazem "há muitas centenas de anos". Contemos a história.
A mais velha das três é o mecanicismo. Prenunciado por Descartes, foi formulado plenamente por Isaac Newton (Princípios Matemáticos da Filosofia Natural, 1687), mas só se tornou conhecido da intelectualidade européia em geral a partir de 1738, quando Voltaire divulgou em linguagem compreensível aos leigos os Elementos da Filosofia de Newton.
Não foi só fazendo divulgação científica que Voltaire promoveu a vitória de Newton. Ele tanto difamou com ironias grosseiras o principal opositor de Newton, G.-W. von Leibniz, que os contemporâneos cessaram de prestar atenção ao que este dizia. Leibniz caiu em quase descrédito até o século XX, quando a redescoberta de suas idéias ocasionou avanços prodigiosos nas matemáticas, na lógica e nas ciências da natureza. A nova física de Planck e Heisenberg veio a dar razão a Leibniz contra Newton, substituindo o mecanicismo pelo probabilismo. Esta substituição poderia ter ocorrido dois séculos antes, se Voltaire, imperador da opinião pública no século XVIII, não tivesse tecido em torno de Leibniz uma teia de preconceitos duradouros. Por ironia, Voltaire entrou para a História como o inimigo de todo atraso e de todo preconceito.
Mas, de qualquer modo, a opinião de Voltaire não se propagou com a velocidade do raio. Demorou duas ou três décadas, pelo menos, para tornar-se crença dominante na Europa inteira. Por volta de l780, o mecanicismo gozava de um prestígio invejável, e pode ser dito, desde então, dominante, se dominante não quer dizer unanimemente aceito, ou aceito sem reservas. Não se pode esquecer a oposição que lhe moveram o vitalismo de Goethe e Driesch, o contingencialismo de Boutroux e muitas outras correntes, até o golpe de misericórdia desferido por Planck e Heisenberg.

No momento em que o sr. Capra redigia O Ponto de Mutação, o mecanicismo estava completando portanto dois séculos de glória incessantemente contestada e de periclitante reinado sobre as facções majoritárias do mundo acadêmico. Isto é bem diferente de um domínio de muitos séculos sobre todo o mundo.
Quanto ao darwinismo social, é um filhote do darwinismo biológico e não poderia ter nascido antes do pai. O princípio da "subsistência do mais apto" surgiu como uma teoria biológica e só depois, aos poucos, foi se transformando num argumento ideológico para a legitimação retroativa da concorrência capitalista.
A Origem das Espécies é de 1859. Herbert Spencer, nos seus Primeiros Princípios, publicados em 1862, amplia o alcance das idéias evolucionistas, fazendo delas um princípio sociológico. Paralelamente, ocultistas como Allan Kardec e Madame Blavatski pegam no ar o termo "evolução" e lhe dão um sentido místico, ou misticóide: já não são somente os anfíbios que evoluem em répteis, e estes em mamíferos; são as almas desencarnadas que, no outro mundo, evoluem em "seres de luz", subindo na escala cósmica enquanto os macacos descem das árvores. Revestida de mil e um sentidos, a palavra "evolução" se dissemina, e surgem os debates públicos, que atraem a atenção dos intelectuais para o potencial político-ideológico do evolucionismo. Os debates alcançam um auge de sucesso com a conferência de Thomas Henry Huxley, "Evolução e ética", em 1892. Aí está aberto o caminho para a legitimação do capitalismo liberal pela "sobrevivência do mais apto". O resto vem com os livros de Gustav Ratzenhofer (Natureza e Finalidade da Política, 1893) e William G. Sumner (Folkways, 1906), que fundamentam explicitamente a noção de "evolução social", dando aos ideólogos capitalistas o precioso slogan de que necessitavam. O darwinismo social tem, portanto, pouco mais ou pouco menos do que um século. Tinha menos no momento em que o sr. Capra redigia o seu livro.
Finalmente, o cientificismo. A rejeição formal e completa, em nome da ciência, de qualquer explicação filosófica ou teológica da realidade, foi proposta, pela primeira vez, por Augusto Comte (Discurso sobre o Espírito Positivo, 1844). Mas Comte ainda reservava para a filosofia a tarefa de síntese e ordenação do conhecimento científico, e Comte só foi aceito sem contestação num único lugar deste planeta: no Brasil! (Em 1914, o positivista Alain atribuía a guerra mundial ao fato de nenhum outro país do globo haver seguido o exemplo do Brasil, que adotara na bandeira republicana o positivismo como doutrina oficial do Estado: Ordem e Progresso é, com efeito, o resumo da filosofia comtiana.) Uma declaração formal e taxativa de cientificismo, com a completa demissão de todas as demais formas de conhecimento como vazias ou

insignificantes, só veio mesmo em 1934, com Rudolf Carnap, em Sintaxe Lógica da Linguagem. Mas Carnap não era nenhum Voltaire, para contar com a imediata aprovação de um vasto público. A maioria dos filósofos do século XX rejeitou categoricamente o cientificismo, que só exerceu domínio sobre grupos determinados, principalmente no mundo anglo-saxão. Contemporaneamente à declaração de Carnap, o matemático e filósofo Edmund Husserl, fundador da fenomenologia - escola que iria gerar Heidegger, Scheler, Hartmann, Sartre e Merleau-Ponty, entre outros -, fazia na Universidade de Praga as célebres conferências depois reunidas no livro A Crise das Ciências Européias, em que negava o cientificismo pela base e desde dentro: as ciências físicas, dizia ele, haviam perdido o seu essencial fundamento científico e já não serviam como modelo de conhecimento da realidade. Husserl era e é pelo menos tão influente quanto Carnap, embora não tanto no mundo anglo-saxônico que é o limite do horizonte mental do sr. Capra.
Em suma, o cientificismo, que "domina a nossa cultura desde há séculos", está completando sessenta primaveras neste ano de 1994. Mas, para cúmulo, sua primeira manifestação ostensiva já foi posterior, de três décadas, à publicação dos primeiros trabalhos de Max Planck, cujo indeterminismo viria a ser uma das bases do "novo paradigma" cujo advento o sr. Capra veio agora nos anunciar. O novo paradigma é um tanto anterior ao velho.

O sr. Capra, como se vê, pouco entende dos assuntos em que exerce, para um público multitudinário, uma autoridade profética. Ele prima pela carência de informação elementar sobre a cosmologia chinesa, na qual diz basear sua visão da história cultural, bem como sobre a história cultural mesma, que ele procura, mediante generalizações grosseiras, e escandalosas alterações da cronologia, encaixar à força num modelo preconcebido.
Não questiono, aqui, a validade da proposta holística em geral. Reservo-me o direito de fazê-lo num outro trabalho. Apenas creio que ela deve ter defensores um pouco mais qualificados do que o sr. Capra.
Meu propósito foi dar um testemunho sobre um fato de relevância mundial, que acontece bem diante das nossas barbas, e de cuja realidade as gerações vindouras terão o direito de duvidar. Pois, para a razão e o bom-senso, não é verossímil que milhares de intelectuais de prestígio, em seu juízo perfeito, possam aceitar e aplaudir como um marco da história do pensamento uma obra como O Ponto de Mutação, que não atende sequer aos requisitos mínimos de informação fidedigna, de autenticidade das fontes e de rigor conceptual que se exigem de uma tese de mestrado. Dentre tantos outros defeitos que um livro pode ter, este

padece do único que não se pode tolerar em hipótese alguma: a ignoratio elenchi, a ignorância completa do assunto. O sr. Capra define o seu livro, pretensiosamente, como um novo modelo de história cultural baseado nas concepções chinesas do homem e do universo. Mas ele não estudou o suficiente nem a história cultural nem as concepções chinesas para que sua opinião a respeito possa ter qualquer importância objetiva, fora do seu círculo de convivência pessoal. O conteúdo de sua propalada sabedoria do assunto é pura lana caprina.

O sucesso deste livro só pode ser explicado por um único fator, inteiramente alheio ao seu valor intrínseco: sua oportunidade. Ele diz o que as pessoas desejam ouvir, no momento em que o desejam. Ele oferece uma perspectiva sedutora a um público que pede para ser seduzido.

Que esse público não inclua somente populares incultos, mas intelectuais de projeção, e que estes se prontifiquem a aceitar as promessas do autor sem pedir-lhe sequer as credenciais científicas que se exigem de um estudante de faculdade, é realmente um acontecimento inverossímil.

Mas, dizia Aristóteles, não é mesmo verossímil que tudo sempre se passe de maneira verossímil. O inverossímil aconteceu. Ele atesta que, após séculos de fúria iconoclástica voltada contra todas as crenças do passado e os valores de outras civilizações, a opinião letrada do Ocidente enfim se cansou de ser arrogante; mas, em vez de um arrependimento sincero, está encenando diante de nós um arremedo de conversão, que deixa à mostra todas as marcas do fingimento histeriforme. Estonteada pela visão súbita de suas próprias culpas, ela abjurou de toda precaução crítica como quem repele um vício do passado; e entregou-se, inerme e crédula, ao culto do primeiro ídolo que lhe ofereceu uma promessa de alívio. Ela pensa ou finge pensar que esse ídolo é o seu salvador. Na verdade é a sua Nêmesis.

Mas não é só ela que está enganada. O profeta do engano também se engana: ele imagina trazer ao mundo a sabedoria, quando traz o obscurecimento e a confusão. Imagina trazer uma nova profecia, quando traz o cumprimento de uma velha maldição.

Mas não posso encerrar estas considerações sobre o profeta da Nova Era sem fazer, também eu, uma profecia: nos séculos vindouros, quando puderem encarar o nosso tempo com alguma objetividade, o fenômeno da Nova Era será considerado um escândalo que depõe contra a inteligência humana.

É forçoso que venha o escândalo. Nada se pode fazer para evitá-lo. Nem mesmo vou sugerir, como Jesus, que se amarre ao seu portador uma pesada pedra, para jogá-lo ao fundo do mar. Pois, como diria o

hexagrama 36, ele já está no fundo. Tudo o que posso fazer é deixar à posteridade, se vier a ter notícia destas páginas, um testemunho pessoal destes tempos obscuros: Nem todos, nem todos acreditaram no falso profeta9.

Adendo

Há no livro do sr. Capra uma infinidade de erros e contra-sensos, além dos mencionados. Apontá-los e corrigi-los todos requereria um volumoso comentário: uma lei constitutiva da mente humana concede ao erro o privilégio de poder ser mais breve do que a sua retificação.

Mas vale a pena dar mais algumas amostras, para que o leitor veja quanto um erro nas premissas pode ser fértil em consequências:

l. O sr. Capra combate o uso da energia nuclear, mesmo para fins pacíficos, mas, ao mesmo tempo, faz da física moderna um dos fundamentos do "novo paradigma" que propõe. Ele separa a física enquanto modalidade de conhecimento teórico e a natureza das suas aplicações práticas, como se uma não decorresse da outra necessariamente.

O sr. Capra é, nisto, perfeitamente inconsequente com o método holístico que advoga. Para o holismo, toda separação estanque entre uma idéia e suas manifestações práticas é nada mais que um abstratismo. Holisticamente falando, o efeito benéfico ou destrutivo dos engenhos nucleares tem de estar arraigado no próprio modus cognoscendi que os produziu. Se o sr. Capra enxerga ligações até mesmo entre o mecanicismo e a estrutura da família patriarcal, como pode ser cego para as relações, muito mais próximas, entre o conteúdo teorético de uma ciência e suas aplicações práticas?

2. Em nossa sociedade, afirma o sr. Capra, o trabalho entrópico (trabalho repetitivo que não deixa efeitos duradouros, como por exemplo cozinhar um jantar que será consumido imediatamente) é desvalorizado, e por isto é atribuído às mulheres e aos grupos minoritários. Esta desvalorização, diz ele, é típica da sociedade industrial.

Nesse caso, deveríamos considerar sociedades industriais as tribos do Alto Xingu, as cidades-Estado da antiga Grécia, a sociedade européia da Idade Média. Não existiu jamais uma sociedade em que os serviços entrópicos fossem mais valorizados que os outros.

Mas, segundo o sr. Capra, existiu. Ele dá como exemplos os mosteiros de monges budistas e cristãos, onde cozinhar é uma honra e limpar as privadas um mérito invejável. Será preciso explicar ao sr. Capra que uma ordem monástica não constitui uma "sociedade", mas uma comunidade minoritária que pressupõe em torno a existência de uma sociedade a cujos valores possa se opor? Se, dentro de um mosteiro, o trabalho

entrópico tem valor, é justamente porque não o tem na sociedade maior em torno. Os trabalhos humildes adquirem ali dentro um valor espiritual e disciplinar justamente na medida em que no "mundo" têm pouco prestígio social ou valor econômico. A desvalorização social do trabalho entrópico não é característica da sociedade industrial, mas da sociedade humana em geral; inversamente, a sua valorização espiritual é um traço distintivo das minorias espiritualizadas envolvidas em alguma forma de rejeição religiosa do "mundo".

3. "Tradições como o vedanta, a ioga, o budismo e o taoismo assemelham-se muito mais a psicoterapias do que a filosofias ou religiões", diz o sr. Capra. Bem, se há um traço característico do Ocidente moderno, que o distingue radicalmente das tradições orientais, é justamente o desenvolvimento, nele, de uma psicologia como ciência independente de qualquer referência mística ou religiosa; e, em decorrência, o esforço para dar uma explicação "psicológica" de todos os fenômenos espirituais. Ao englobar as tradições espirituais do Oriente no conceito de "psicoterapia", o sr. Capra mostra a típica incapacidade do cientificista moderno para apreender tudo quanto há nelas de puramente metafísico e não-psicológico.

Dizer, ademais, que essas tradições "se baseiam no conhecimento empírico e, assim, apresentam mais afinidades com a ciência moderna" é pretender enquadrar à força as idéias orientais numa moldura ocidental e moderna, para torná-las aceitáveis ao provincianismo acadêmico. Acontece que, nessa operação, tudo que há nelas de essencialmente oriental se perde por completo. O vedanta, por exemplo, afirma categoricamente que a experiência não pode trazer conhecimento espiritual de espécie alguma, e esta afirmação é mesmo um dos pontos basilares da doutrina, que o sr. Capra parece desconhecer completamente: toda experiência é ação, e a ação, não sendo o contrário da ignorância, não pode destruí-la (cf. Brihadaranyaka Upanishad, livro 10).

Por esse exemplo, vê-se que o sr. Capra está muito mais preso a esquemas mentais de acadêmico ocidental médio do que desejaria deixar transparecer. Alguém mais próximo da perspectiva oriental jamais procuraria explicar as doutrinas sapienciais da Índia ou da China à luz da moderna psicologia ocidental, mas, ao contrário, emitiria sobre esta, em nome delas, um julgamento bastante severo (v., por exemplo, Wolfgang Smith, Cosmos and Transcendence, New York, 1970, ou Titus Burckhardt, Scienza Moderna e Sagezza Tradizionale, Torino, 1968).

4. Após realçar o sentido holístico das concepções fisiológicas de Hipócrates, o sr. Capra insinua que esse sentido desapareceu completamente da medicina ocidental e agora temos de ir buscá-lo na

tradição chinesa: "A noção chinesa do corpo como um sistema indivisível de componentes inter-relacionados está muito mais próxima da moderna abordagem sistêmica do que do modelo cartesiano clássico." Se o sr. Capra não seguisse o hábito ocidental moderno de saltar direto do pensamento grego para o Renascimento, teria reparado que a mesma concepção holística domina todo o pensamento médico e biológico do Ocidente medieval, com destaque para Sto. Alberto Magno e Roger Bacon. Na verdade, as concepções chinesas são muito mais parecidas com as da Idade Média que com a "moderna abordagem sistêmica".
5. Ao explicar a psicoterapia de Arthur Janov, o sr. Capra diz que, segundo este eminente psiquiatra, as neuroses são tipos simbólicos de comportamento que "representam as defesas da pessoa contra a excessiva dor associada a traumas de infância". Quem quer que tenha lido Janov sabe que, na teoria deste, a etiologia das neuroses não é de ordem traumática, mas reside na frustração constante e habitual de necessidades básicas, frustração que às vezes não é sequer percebida no nível consciente. Um trauma, na psicopatologia de Janov, nada mais é que um fator superveniente. A minimização da importância etiológica dos traumas é justamente o que singulariza o sistema de Janov. Embora conhecendo o assunto de orelhada, o sr. Capra não se inibe de opinar a respeito com ar professoral: "O sistema conceitual de Janov não é suficientemente amplo para explicar experiências transpessoais..." O que certamente não é amplo é o conhecimento que o sr. Capra tem do sistema de Janov.

Sugestões de Leitura

Além das obras citadas no texto, o leitor poderá consultar com proveito as seguintes:
l. Quem aprecie o holismo e deseje ter uma informação séria a respeito, sem aberrações caprinas e com mais ensinamento valioso, leia o livro de Joël de Rosnay, Le Macroscope. Vers une Vision Globale (Paris, Le Seuil, l975). O prof. de Rosnay ensinou no MIT e trabalha no Instituto Pasteur de Paris. É interessante ler também as obras de Edgar Morin, que foi aliás quem lançou a expressão "novo paradigma". V. especialmente La Méthode, em dois tomos (I, La Nature de la Nature, Paris, Le Seuil, l977; II, La Vie de la Vie, id., 1980).
2. O I Ching tem três traduções ocidentais famosas: a de James Legge (versão brasileira de E. Peixoto de Souza e Maria Judith Martins, São Paulo, Hemus, l972), a de Richard Wilhelm (versão inglesa de Cary F. Baynes, London, Routledge and Kegan Paul, l95l, várias reedições; versão brasileira de Lya Luft e Alayde Mutzembecher, São Paulo, Nova Acrópole), e a de P.-L. F. Philastre: Le Yi:King. Livre des Changements

de la Dynastie des Tsheou. Annales du Musée Guimet, t. huitième, 2 vols. (Paris, Adrien Maisonneuve, l975). Um estudo sério do assunto requer o exame das três. A de Wilhelm é mais didática e fácil de consultar. Legge enfatiza muito as ligações estruturais entre as partes e abre para um estudo mais aprofundado. Das três a de Philastre é de longe a mais interessante, pois é a única que transcreve integralmente e pela ordem as glosas das dez "gerações" de comentaristas chineses.
3. Sobre os símbolos da tradição chinesa, v. o livro clássico de René Guénon, La Grande Triade (Paris, Gallimard, 1957). Convém recorrer ainda, quanto aos ideogramas, à obra monumental do Pe. L. Wieger, Chinese Characters. Their Origin, Etimology, History, Classification and Signification. A Thorough Study from Chinese Documents, transl. by L. Davrout, s. j. (New York, Dover, 1965; a primeira edição é de 1915).
4. Sobre o pensamento chinês é ainda indispensável, a quem deseje aprofundar o assunto, estudar: quanto às concepções cosmológicas, Marcel Granet, La Pensée Chinoise (Paris, Albin Michel, l968) e La Réligion des Chinois (Paris, Payot, 1980). Quanto às instituições e ao governo, Granet, La Civilisation Chinoise (Paris, La Renaissance du Livre, 1929). Sobre a moral, o direito e as classes sociais, Max Weber, The Religion of China, transl. by H. H. Gerth and C. Wright Mills (New York, The Free Press, 195l).
5. Um "novo modelo de história cultural" baseado em concepções orientais é algo que já estava realizado pelo menos desde l945, em Le Règne de la Quantité et les Signes des Temps, de René Guénon (Paris, Gallimard). Um monumento de sabedoria.
6. Sobre a disputa Leibniz-Newton pode-se ler: José Ortega y Gasset, La Idea de Principio en Leibniz y la Evolución de la Teoría Deductiva (em Obras Completas, t. 8, Madrid, Alianza, 1983); Paul Hazard, La Crise de la Conscience Européenne 1660-1715 (Paris, Gallimard, 1961); Edwin A. Burtt, As Bases Metafísicas da Ciência Moderna, trad. José Viegas Filho e Orlando Araújo Henriques (Brasília, UnB, 1983).

NOTAS
7. Escrito em setembro de 1993. Voltar
8. Livro I, Cap. III. Voltar
9. Tendo enviado a Frei Betto uma cópia deste capítulo antes de sua publicação em livro, recebi dele uma resposta em duas linhas, que é um singular documento psicológico. Ela diz: "Apesar das suas reservas, o evento [NB: recepção ao sr. Capra] foi bom para quem lá esteve." Deve ter sido mesmo um barato, imagino eu. Mas o ilustre frade não me compreendeu. Longe de mim depreciar o evento em si - a organização do

programa, o serviço de som ou o tempero dos salgadinhos. O que eu disse que não presta é a filosofia do sr. Capra, subentendendo que celebrá-la num congresso de intelectuais é jogar dinheiro fora; e quanto melhor o evento, mais lamentável o desperdício. Caso, porém, o missivista tenha pretendido alegar a qualidade do evento como um argumento em favor do sr. Capra, isto seria o mesmo que dizer que o preço da vela prova a qualidade do defunto. Além disso, que opinião se poderia ter de um pensador que argumentasse em favor de uma filosofia mediante a alegação de que ela lhe dá a oportunidade de freqüentar lugares agradáveis? [N. da 2ª ed.] Voltar

II
STO. ANTONIO GRAMSCI
E A SALVAÇÃO DO BRASIL

QUEM DESEJE reduzir a um quadro coerente o aglomerado caótico de elementos que se agitam na cena brasileira, tem de começar a desenhá-lo tomando como centro um personagem que nunca esteve aqui, do qual a maioria dos brasileiros nunca ouviu falar, e que ademais está morto há mais de meio século, mas que, desde o reino das sombras, dirige em segredo os acontecimentos nesta parte do mundo.
Refiro-me ao ideólogo italiano Antonio Gramsci. Tendo-se tornado praxe entre as esquerdas jamais pronunciar o nome de Gramsci sem acrescentar-lhe a menção de que se trata de um mártir, apresso-me a declarar que o referido passou onze anos numa prisão fascista, de onde remeteu ao mundo, mediante não sei que artifício, os trinta e três cadernos de notas que hoje constituem, para os fiéis remanescentes do comunismo brasileiro, a bíblia da estratégia revolucionária. Mas não está só nisso a razão da aura beatífica que envolve o personagem. Da estratégia, tal como vista por ele, constituía um capítulo importante a criação de um novo calendário dos santos, que pudesse desbancar, na imaginação popular, o prestígio do hagiológio católico (uma vez que a Igreja, na visão dele, era o maior obstáculo ao avanço do comunismo). O novo panteão seria inteiramente constituído de líderes comunistas célebres, e baseado no critério segundo o qual "Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht são maiores do que os maiores santos de Cristo" - palavras textuais de Gramsci. Os seguidores do novo culto, com inteira lógica, puseram ainda mais alto na escala celeste o instituidor do calendário, motivo pelo qual não se pode falar dele sem a correspondente unção. E eu, temeroso como o sou de todas as coisas do além, não poderia iniciar

esta breve exposição do gramscismo brasileiro sem a preliminar invocação ao seu patrono, em quem se depositam, neste momento, muitas esperanças de salvação do Brasil. Digo, pois: Sancte Antonie Gramsci, ora pro nobis.
Atendida esta devota formalidade, retorno aos fatos. Gramsci ficou, dizia eu, meditando na cadeia. Mussolini, que o mandara prender, acreditava estar prestando um serviço ao mundo com o silêncio que impunha àquele cérebro que ele julgava temível. Aconteceu que no silêncio do cárcere o referido cérebro não parou de funcionar; apenas começou a germinar idéias que dificilmente lhe teriam ocorrido na agitação das ruas. Homens solitários voltam-se para dentro, tornam-se subjetivistas e profundos. Gramsci transformou a estratégia comunista, de um grosso amálgama de retórica e força bruta, numa delicada orquestração de influências sutis, penetrante como a Programação Neurolinguística e mais perigosa, a longo prazo, do que toda a artilharia do Exército Vermelho. Se Lênin foi o teórico do golpe de Estado, ele foi o estrategista da revolução psicológica que deve preceder e aplainar o caminho para o golpe de Estado.
Gramsci estava particularmente impressionado com a violência das guerras que o governo revolucionário da Rússia tivera de empreender para submeter ao comunismo as massas recalcitrantes, apegadas aos valores e praxes de uma velha cultura. A resistência de um povo arraigadamente religioso e conservador a um regime que se afirmava destinado a beneficiá-lo colocou em risco a estabilidade do governo soviético durante quase uma década, fazendo com que, em reação, a ditadura do proletariado - na intenção de Marx uma breve transição para o paraíso da democracia comunista - ameaçasse eternizar-se, barrando o caminho a toda evolução futura do comunismo, como de fato veio a acontecer.
Para contornar a dificuldade, Gramsci concebeu uma dessas idéias engenhosas, que só ocorrem aos homens de ação quando a impossibilidade de agir os compele a meditações profundas: amestrar o povo para o socialismo antes de fazer a revolução. Fazer com que todos pensassem, sentissem e agissem como membros de um Estado comunista enquanto ainda vivendo num quadro externo capitalista. Assim, quando viesse o comunismo, as resistências possíveis já estariam neutralizadas de antemão e todo mundo aceitaria o novo regime com a maior naturalidade.
A estratégia de Gramsci virava de cabeça para baixo a fórmula leninista, na qual uma vanguarda organizadíssima e armada tomava o poder pela força, autonomeando-se representante do proletariado e somente depois tratando de persuadir os apatetados proletários de que eles, sem ter disto

a menor suspeita, haviam sido os autores da revolução. A revolução gramsciana está para a revolução leninista assim como a sedução está para o estupro.

Para operar essa virada, Gramsci estabeleceu uma distinção, das mais importantes, entre "poder" (ou, como ele prefere chamá-lo, "controle") e "hegemonia". O poder é o domínio sobre o aparelho de Estado, sobre a administração, o exército e a polícia. A hegemonia é o domínio psicológico sobre a multidão. A revolução leninista tomava o poder para estabelecer a hegemonia. O gramscismo conquista a hegemonia para ser levado ao poder suavemente, imperceptivelmente. Não é preciso dizer que o poder, fundado numa hegemonia prévia, é poder absoluto e incontestável: domina ao mesmo tempo pela força bruta e pelo consentimento popular - aquela forma profunda e irrevogável de consentimento que se assenta na força do hábito, principalmente dos automatismos mentais adquiridos que uma longa repetição torna inconscientes e coloca fora do alcance da discussão e da crítica. O governo revolucionário leninista reprime pela violência as idéias adversas. O gramscismo espera chegar ao poder quando já não houver mais idéias adversas no repertório mental do povo.

Que esse negócio é tremendamente maquiavélico, o próprio Gramsci o reconhecia, mas fazendo disto um título de glória, já que Maquiavel era um dos seus gurus. Apenas, ele adaptou Maquiavel às demandas da ideologia socialista, coletivizando o "Príncipe". Em lugar do condottiere individual que para chegar ao poder utiliza os expedientes mais repugnantes com a consciência tranquila de quem está salvando a pátria, Gramsci coloca uma entidade coletiva: a vanguarda revolucionária. O Partido, em suma, é o novo Príncipe. Como o sangue-frio dos homens fica mais frio na medida em que eles se sentem apoiados por uma coletividade, o Novo Príncipe tem uma consciência ainda mais tranquila que a do antigo. O condottiere da Renascença não tinha apoio senão de si mesmo, e nas noites frias do palácio tinha de suportar sozinho os conflitos entre consciência moral e ambição política, encontrando no patriotismo uma solução de compromisso. No Novo Príncipe, a produção de analgésicos da consciência é trabalho de equipe, e nas fileiras de militantes há sempre uma imensa reserva de talentos teóricos que podem ser convocados para produzir justificações do que quer que seja.

Os intelectuais desempenham por isso, na estratégia gramsciana, um papel de relevo. Mas isto não quer dizer que suas idéias sejam importantes em si mesmas, pois, para Gramsci, a única importância de uma idéia reside no reforço que ela dá, ou tira, à marcha da revolução. Gramsci divide os intelectuais em dois tipos: "orgânicos" e "inorgânicos"

(ou, como ele prefere chamá-los, "tradicionais"). Estes últimos são uns esquisitões que, baseados em critérios e valores oriundos de outras épocas, e sem uma definida ideologia de classe, emitem idéias que, ignoradas pelas massas, não exercem qualquer influência no processo histórico: acabam indo parar na lata de lixo do esquecimento, a não ser que tenham a esperteza de aderir logo a uma das correntes "orgânicas". Intelectuais orgânicos são aqueles que, com ou sem vinculação formal a movimentos políticos, estão conscientes de sua posição de classe e não gastam uma palavra sequer que não seja para elaborar, esclarecer e defender sua ideologia de classe. Naturalmente, há intelectuais orgânicos "burgueses" e "proletários". Estes são a nata e o cérebro do Novo Príncipe, mas aqueles também têm alguma utilidade para a revolução, pois é através deles que os revolucionários vêm a conhecer a ideologia do inimigo. Gramsci mencionava como protótipos de intelectuais orgânicos burgueses Benedetto Croce e Giovanni Gentile: o liberal antifascista e o ministro de Mussolini.

O conceito gramsciano de intelectual funda-se exclusivamente na sociologia das profissões e, por isto, é bem elástico: há lugar nele para os contadores, os meirinhos, os funcionários dos Correios, os locutores esportivos e o pessoal do show business. Toda essa gente ajuda a elaborar e difundir a ideologia de classe, e, como elaborar e difundir a ideologia de classe é a única tarefa intelectual que existe, uma vedette que sacuda as banhas num espetáculo de protesto pode ser bem mais intelectual do que um filósofo, caso se trate de um "inorgânico" como por exemplo o autor destas linhas.

Os intelectuais no sentido elástico são o verdadeiro exército da revolução gramsciana, incumbido de realizar a primeira e mais decisiva etapa da estratégia, que é a conquista da hegemonia, um processo longo, complexo e sutil de mutações psicológicas graduais e crescentes, que a tomada do poder apenas coroa como uma espécie de orgasmo político.

A luta pela hegemonia não se resume apenas ao confronto formal das ideologias, mas penetra num terreno mais profundo, que é o daquilo que Gramsci denomina - dando ao termo uma acepção peculiar - "senso comum". O senso comum é um aglomerado de hábitos e expectativas, inconscientes ou semiconscientes na maior parte, que governam o dia-a-dia das pessoas. Ele se expressa, por exemplo, em frases feitas, em giros verbais típicos, em gestos automáticos, em modos mais ou menos padronizados de reagir às situações. O conjunto dos conteúdos do senso comum identifica-se, para o seu portador humano, com a realidade mesma, embora não constitua de fato senão um recorte bastante parcial e frequentemente imaginoso. O senso comum não "apreende" a realidade, mas opera nela ao mesmo tempo uma filtragem e uma montagem,

segundo padrões que, herdados de culturas ancestrais, permanecem ocultos e inconscientes.
Como o que interessa não é tanto a convicção política expressa, mas o fundo inconsciente do "senso comum", Gramsci está menos interessado em persuasão racional do que em influência psicológica, em agir sobre a imaginação e o sentimento. Daí sua ênfase na educação primária. Seja para formar os futuros "intelectuais orgânicos", seja simplesmente para predispor o povo aos sentimentos desejados, é muito importante que a influência comunista atinja sua clientela quando seus cérebros ainda estão tenros e incapazes de resistência crítica.
O senso comum não coincide com a ideologia de classe, e é precisamente aí que está o problema. Na maior parte das pessoas, o senso comum se compõe de uma sopa de elementos heteróclitos colhidos nas ideologias de várias classes. É por isto que, movido pelo senso comum, um homem pode agir de maneiras que, objetivamente, contrariam o seu interesse de classe, como por exemplo quando um proletário vai à missa. Nesta simples rotina dominical oculta-se uma mistura das mais surpreendentes, onde um valor típico da cultura feudal-aristocrática, reelaborado e posto a serviço da ideologia burguesa, aparece transfundido em hábito proletário, graças ao qual um pobre coitado, acreditando salvar a alma, comete, na realidade, apenas uma grossa sacanagem contra seus companheiros de classe e contra si mesmo.
Aí é que entra a missão providencial dos intelectuais. Sua função é precisamente por um fim a essa suruba ideológica, reformando o senso comum, organizando-o para que se torne coerente com o interesse de classe respectivo, esclarecendo-o e difundindo-o para que fique cada vez mais consciente, para que, cada vez mais, o proletário viva, sinta e pense de acordo com os interesses objetivos da classe proletária e o burguês com os da classe burguesa. A este estado de perfeita coincidência entre idéias e interesses de classe, quando realizado numa dada sociedade e cristalizado em leis que distribuem a cada classe seus direitos e deveres segundo uma clara delimitação dos respectivos campos ideológicos, Gramsci denomina Estado Ético. É a escalação final dos dois times, antes de começar o prélio decisivo que levará o Partido ao poder. O público brasileiro tem ouvido este termo, proferido num contexto de combate à corrupção e de restauração da moralidade. Mas ele é um termo técnico da estratégia gramsciana, que designa apenas uma determinada etapa na luta revolucionária - uma etapa, aliás, bastante avançada, na qual a radicalização do conflito de interesses de classe prepara o início da etapa orgástica: a conquista do poder. Que, no caótico senso comum brasileiro, o termo Estado Ético tenha ressonâncias moralizadoras inteiramente alheias ao seu verdadeiro intuito, mostra apenas que o

público nacional ignora a inspiração diretamente gramsciana do Movimento pela Ética na Política e nem de longe suspeita que seu único objetivo é politizar a ética, canalizando as aspirações morais mais ou menos confusas da população de modo a que sirvam a objetivos que nada têm a ver com o que um cidadão comum entende por moral. O Estado Ético, na verdade, não apenas é compatível com a total imoralidade, como na verdade a requer, pois consolida e legitima duas morais antagônicas e inconciliáveis, onde a luta de classes é colocada acima do bem e do mal e se torna ela mesma o critério moral supremo. Daí por diante, a mentira, a fraude ou mesmo o homicídio podem se tornar louváveis, quando cometidos em defesa da "nossa" classe, ao passo que a decência, a honestidade, a compaixão podem ter algo de criminoso, caso favoreçam a classe adversária10. Que o tradicional discurso moralista da burguesia brasileira tenha podido ser assim usado como arma para desferir um golpe mortal na hegemonia burguesa, mostra menos a esperteza da esquerda gramsciana do que a estupidez paquidérmica da nossa classe dominante. Que, por outro lado, os próprios agentes do gramscismo finjam acreditar no caráter apolítico e puramente higiênico da campanha moralizante - apaziguando assim os temores daqueles que serão suas primeiras vítimas - é nada mais que uma expressão da linguagem dupla, inerente a uma estratégia na qual a camuflagem é tudo. São lições de Antonio Só-a-Cabecinha Gramsci.
É quase impossível que, a esta altura, a expressão "inversão de valores" não ocorra ao leitor. Essa inversão é, de fato, um dos objetivos prioritários da revolução gramsciana, na fase da luta pela hegemonia. Mas Gramsci é, neste ponto, bastante exigente: não basta derrotar a ideologia expressa da burguesia; é preciso extirpar, junto com ela, todos os valores e princípios herdados de civilizações anteriores, que ela de algum modo incorporou e que se encontram hoje no fundo do senso comum. Trata-se enfim de uma gigantesca operação de lavagem cerebral, que deve apagar da mentalidade popular, e sobretudo do fundo inconsciente do senso comum, toda a herança moral e cultural da humanidade, para substituí-la por princípios radicalmente novos, fundados no primado da revolução e no que Gramsci denomina "historicismo absoluto" (mais adiante explico).
Uma operação dessa envergadura transcende infinitamente o plano da mera pregação revolucionária, e abrange mutações psicológicas de imensa profundidade, que não poderiam ser realizadas de improviso nem à plena luz do dia. O combate pela hegemonia requer uma pluralidade de canais de atuação informais e aparentemente desligados de toda política, através dos quais se possa ir injetando imperceptivelmente na mentalidade popular toda uma gama de novos sentimentos, de novas

reações, de novas palavras, de novos hábitos, que aos poucos vá mudando de direção o eixo da conduta.
Daí que Gramsci dê relativamente pouca importância à pregação revolucionária aberta, mas enfatize muito o valor da penetração camuflada e sutil. Para a revolução gramsciana vale menos um orador, um agitador notório, do que um jornalista discreto que, sem tomar posição explícita, vá delicadamente mudando o teor do noticiário, ou do que um cineasta cujos filmes, sem qualquer mensagem política ostensiva, afeiçoem o público a um novo imaginário, gerador de um novo senso comum. Jornalistas, cineastas, músicos, psicólogos, pedagogos infantis e conselheiros familiares representam uma tropa de elite do exército gramsciano. Sua atuação informal penetra fundo nas consciências, sem nenhum intuito político declarado, e deixa nelas as marcas de novos sentimentos, de novas reações, de novas atitudes morais que, no momento propício, se integrarão harmoniosamente na hegemonia comunista11.
Milhões de pequenas alterações vão assim sendo introduzidas no senso comum, até que o efeito cumulativo se condense numa repentina mutação global (uma aplicação da teoria marxista do "salto qualitativo" que sobrevem ao fim de uma acumulação de mudanças quantitativas). Ao esforço sistemático de produzir esse efeito cumulativo Gramsci denomina, significativamente, "agressão molecular": a ideologia burguesa não deve ser combatida no campo aberto dos confrontos ideológicos, mas no terreno discreto do senso comum; não pelo avanço maciço, mas pela penetração sutil, milímetro a milímetro, cérebro por cérebro, idéia por idéia, hábito por hábito, reflexo por reflexo.
É claro que a mutação almejada não abrange somente o terreno das convicções políticas, mas visa principalmente às reações espontâneas, aos sentimentos de base, às cadeias de reflexos que determinam inconscientemente a conduta. Condutas sedimentadas no inconsciente humano há séculos ou milênios devem ser desarraigadas, para ceder lugar a uma nova constelação de reações. É importante, por exemplo, varrer do imaginário popular figuras tradicionais de heróis e de santos que expressem determinados ideais, pois essas figuras estão imantadas de uma força motivadora que dirige a conduta dos homens num sentido hostil à proposta gramsciana. Elas devem ser substituídas por um novo panteão de ídolos, no qual, como se viu acima, Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo, Lênin, Stálin e obviamente o próprio Gramsci ocupam os lugares de S. Francisco de Assis, Santa Terezinha do Menino Jesus e tutti quanti. Gramsci copiou nisto uma idéia de Augusto Comte, de trocar o calendário dos santos da Igreja por um panteão de heróis

revolucionários. Apenas, os ídolos de Comte eram os da Revolução Francesa: Gramsci atualizou a folhinha.
Uma lavagem cerebral de tão vasta escala não poderia, certamente, limitar-se a extirpar da cabeça humana crenças religiosas, imagens, mitos e sentimentos tradicionais: ela deveria também estender-se às grandes concepções filosóficas e científicas. A estas, Gramsci queria destruir pela base, todas de uma vez, para substituí-las por uma nova cosmovisão inspirada no marxismo, ou antes, numa caricatura hipertrófica de marxismo que o próprio Marx rejeitaria com desprezo. Pois Marx considerava-se, sobretudo, o herdeiro de grandes tradições filosóficas como o aristotelismo, e construiu sua filosofia no intuito de torná-la uma ciência, uma descrição objetivamente válida das bases do processo histórico. Para Gramsci, as tradições filosóficas devem ser todas varridas de uma vez, e junto com elas a distinção entre "verdade" e "falsidade". Pois Gramsci não é um marxista puro-sangue. Através de seu mestre Antonio Labriola, ele recebeu uma poderosa influência do pragmatismo, escola para a qual o conceito tradicional da verdade como uma correspondência entre o conteúdo do pensamento e um estado de coisas deve ser abandonado em proveito de uma noção utilitária e meramente operacional. Nesta, "verdade" não é o que corresponde a um estado objetivo, mas o que pode ter aplicação útil e eficaz numa situação dada. Enxertando o pragmatismo no marxismo, Labriola e Gramsci propunham que se jogasse no lixo o conceito de verdade: na nova cosmovisão, toda atividade intelectual não deveria buscar mais o conhecimento objetivo, mas sim a mera "adequação" das idéias a um determinado estado da luta social. A isto Gramsci denominava "historicismo absoluto". Nesta nova cosmovisão, não haveria lugar para a distinção - burguesa, segundo Gramsci - entre verdade e mentira. Uma teoria, por exemplo, não se aceitaria por ser verdadeira, nem se rejeitaria por falsa, mas dela só se exigiria uma única e decisiva coisa: que fosse "expressiva" do seu momento histórico, e principalmente das aspirações da massa revolucionária. Dito de modo mais claro: Gramsci exige que toda atividade cultural e científica se reduza à mera propaganda política, mais ou menos disfarçada.
A "filosofia" de Gramsci resolve-se assim num ceticismo teorético que completa a negação da inteligência pela sua submissão integral a um apelo de ação prática; ação que, realizada, resultará em varrer a inteligência da face da Terra, por supressão das condições que possibilitam o seu exercício: a autonomia da inteligência individual e a fé na busca da verdade. Substituída a primeira pela arregimentação de "intelectuais orgânicos" de carteirinha, e a segunda pela concentração de todas as energias intelectuais no nobre mister da propaganda

revolucionária, quê sobrará da aptidão humana para discernir entre verdade e mentira?
Gramsci é, em suma, o profeta da imbecilidade, o guia de hordas de imbecis para quem a verdade é a mentira e a mentira a verdade. Somente um outro imbecil como Mussolini podia considerá-lo "uma inteligência perigosa". O perigo que há nela é o da malícia que obscurece, não o da inteligência que clareia; e a malícia é a contrafação simiesca da inteligência. Mas a reação de Mussolini é significativa. Há nela a típica inveja mórbida do brutamontes de direita pelo intelectual esquerdista, sua sombra junguiana que ele não compreende e que por isto mesmo lhe parece, por suas habilidades vistosas, o protótipo mesmo da inteligência. A atração é mútua, como se vê pelo culto de Nelson Rodrigues entre os esquerdistas que ele achincalhou como ninguém. Entre a grossura direitista e a pseudo-intelectualidade esquerdista, a relação é o amor-ódio de um casamento sadomasoquista. Casamento entre le genti dolorose / C'hanno perduto il ben dello intelletto... Non ragioniam di lor, ma guarda e passa.
Para quem quer que pense com a própria cabeça, as teorias de Gramsci não apresentam o menor interesse, tanto quanto não o apresentam as velhas escolas céticas gregas, das quais o gramscismo é uma reedição mal atualizada. A refutação do ceticismo é, como se sabe, o primeiro teste do aprendiz de filósofo. Tal como se refuta o ceticismo - a negação de toda certeza - pela simples afirmação de que a negação também é incerta, o gramscismo igualmente não resiste a um confronto consigo mesmo: tendo negado a veracidade objetiva, ele se reduz a uma "expressão de aspirações". Tendo reduzido toda a cultura à propaganda, ele próprio se desmascara como mera propaganda. Não tem sequer a pretensão de ser verdadeiro: nada pretende provar nem demonstrar; quer apenas seduzir, induzir, conduzir. O tipo de mentalidade que se interessa por pensamentos desse gênero é certamente imune a qualquer preocupação de veracidade, mas é movido por uma ambição insaciável que o faz revolver sem descanso as trevas, numa "ação" estéril, nervosa, destrutiva, da qual promete em vão fazer nascer um mundo. Por uma inevitável e trágica compensação, quanto menos um homem é apto a enxergar o mundo, mais assanhado fica de transformá-lo - de transformá-lo à imagem e semelhança da sua própria escuridão interior[12].

Se nos perguntamos, agora, como foi possível que uma filosofia assim grosseira alcançasse no Brasil tão vasta audiência a ponto de inspirar o programa de um partido político, a resposta deve levar em consideração três aspectos: primeiro, a predisposição da intelectualidade brasileira;

segundo, as condições do momento; terceiro, a natureza mesma dessa filosofia.

Ao longo da nossa história intelectual, somente três correntes de pensamento lograram exercer uma influência duradoura e profunda sobre as camadas intelectuais brasileiras: o positivismo de Augusto Comte, o neotomismo de Leão XIII, o marxismo. O que há de comum entre elas é que não são propriamente filosofias, mas programas de ação coletiva, destinados a moldar ou remoldar o mundo segundo as aspirações de suas épocas e de seus mentores. O positivismo parte da constatação de que a Revolução Francesa, derrubando as concepções cristãs, deixou sua obra pela metade, na medida em que não pôs no lugar delas uma nova religião; o positivismo constitui esta nova religião, com templo, calendário dos santos, ritual e tudo o mais; e as teorias filosóficas não são senão a sustentação do novo Estado teocrático que Comte pretende fundar. O neotomismo é a reação que, ao novo Estado teocrático, opõe um apelo ao retorno do antigo, devidamente revisto e atualizado. Finalmente, o marxismo é o programa de ação do movimento socialista. Nos três, as idéias, as teorias, não têm um valor intrínseco mas servem apenas como retaguardas psicológicas da ação prática. Os três não querem interpretar o mundo, mas transformá-lo. (Cabe uma ressalva com relação ao neotomismo: não confundi-lo com o tomismo, se por esta palavra se entende a filosofia de Sto. Tomás de Aquino. O tomismo é filosofia no sentido pleno; o neotomismo é, ao contrário, um movimento cultural e político - ideológico, em suma - votado à difusão dessa filosofia, tomada como solução pronta de todos os problemas e, portanto, esvaziada de boa parte de sua substância filosófica. Afinal, tudo o que é neo-alguma-coisa é, por definição, apenas uma nova casca da qual essa coisa é o miolo. Observações semelhantes poderiam fazer-se, com reservas, também do positivismo e do marxismo: em ambos há na raiz algo de filosofia autêntica, sufocada pelo desenvolvimento hipertrófico de um programa de ação prática, dela deduzido aos trambolhões.)

Filosofias que recuam da especulação teorética para a proposição de ações práticas são filosofias da decadência; marcam as épocas em que os homens já não conseguem compreender o mundo e passam a agitar-se para escapar de um mundo incompreensível. A sofística nasce, na Grécia, do fracasso das primeiras especulações cosmológicas de Tales, Anaximandro, Anaximenes, Parmênides e Heráclito; incapaz de resolver as contradições entre as teorias, ela transfere o eixo das preocupações humanas para a vida prática imediata: para a política do dia. Os sofistas são professores de retórica, que ensinam aos jovens políticos os meios de agir sobre as consciências. À sofística opõe Sócrates a dialética e o ideal

da demonstração apodíctica que orientará os esforços gregos em direção ao saber científico. Cinco séculos mais tarde, após o esquecimento das grandes sínteses teoréticas de Platão e Aristóteles, tornam-se novamente dominantes as escolas praticistas: os cínicos, os cirenaicos, os megáricos e, em parte, os estóicos. E assim prossegue a história do pensamento Ocidental, numa pulsação entre o empenho da compreensão teorética e a queda no ceticismo praticista. O fundo comum de onde emergem o positivismo, o marxismo e o neotomismo é a dissolução do racionalismo clássico, levado a um beco sem saída pela crítica kantiana e que tem no idealismo alemão o seu canto de cisne. Positivismo, marxismo e neotomismo são as filosofias de uma época que não tem filosofia nenhuma; de uma época que anseia por transformar o mundo na medida mesma em que é incapaz de desempenhar o esforço teorético necessário para compreendê-lo.
Num texto clássico - Crise da Filosofia Ocidental (1874) -, o filósofo russo Vladimir Soloviev previu que a filosofia, como atividade intelectual essencialmente individual, oposta ao pensamento coletivo da religião e da ciência, estava em vias de acabar, para ceder lugar a algo de totalmente diferente. Ele esperava o advento de uma grande síntese, mas o que se viu foi o advento do "século das ideologias". Ora, o Brasil entra no curso espiritual do mundo justamente no momento em que Soloviev faz esse diagnóstico: recebemos maciçamente o impacto das novas ideologias, antes de termos podido vivenciar a tradição filosófica que as antecedeu. Nosso contato com as fontes filosóficas da civilização do Ocidente continuou superficial, ao passo que nos entregávamos de corpo e alma às retóricas coletivistas. Passado mais de um século, ainda não temos uma boa tradução de Aristóteles, mas publicamos, já na década de 60, as obras completas de Antonio Gramsci.
De outro lado, toda tentativa nossa de penetrar mais fundamente no campo da filosofia mesma ficou limitada pela timidez, pela insegurança, que nos fazia apegar-nos como crianças à proteção de algum superego estrangeiro da moda. Cinco décadas de atividade filosofante na USP foram resumidas no título acachapante do livro recém-publicado de Paulo Arantes: Um Departamento Francês de Ultramar. Escritórios de importação, representantes autorizados, imitação, pedantismo, oscilação entre a falsa consciência e a consciência de culpa marcam todos os nossos esforços filosóficos universitários no sentido de um pensamento independente. No fim, o intelectual com pretensões filosóficas só encontra alívio quando desiste delas e recai no pensamento coletivo; quando, abdicando de interpretar o mundo, se alinha, contrito e obediente, numa das correntes que professam transformá-lo: as conversões ao catolicismo, ao comunismo e às ideologias cientificistas

originadas do positivismo constituem - independentemente dos motivos pessoais em cada caso - um melancólico ritornello na história dos fracassos das nossas ambições filosóficas. A queda no pensamento coletivo é vivenciada como um retorno da ovelha desgarrada, como uma libertação das culpas, como um reencontro com a infância perdida. Ao reintegrar-se numa comunidade ideológica o ex-filósofo arrependido encontra ainda um alívio para o isolamento que cerca o intelectual no meio subdesenvolvido, e o ingresso no grupo solidário arremeda a descoberta de um "sentido da vida".
A intelectualidade brasileira estava, por todos esses fatores, fundamente predisposta ao apelo gramsciano, onde a vida intelectual deixa de ser o esforço solitário de quem cherche en gémissant, para tornar-se a participação num "sentido da vida" amparado pela solidariedade coletiva. O Partido é às vezes chamado por Gramsci "intelectual coletivo". É o abrigo dos fracos. Aí a ascensão ao estatuto de intelectual é barateada: já não custa a penosa aquisição de conhecimentos, a investigação pessoal, a luta direta com as incertezas. Obtém-se pelo contágio passivo de crenças, de um vocabulário comum, de cacoetes distintivos13. A sociedade em torno legitima a paródia: diante dessas marcas exteriores, o brutamontes de direita acredita piamente estar na presença de um intelectual. A mídia faz o resto.

O segundo fator, a situação do momento, pode-se descrever mais ou menos assim: desde a derrota da luta armada, a esquerda andava em busca de uma estratégia pela qual se orientar. Não sendo capaz de criar uma nova e não encontrando no repertório mundial uma outra à sua disposição, ela aderiu a Gramsci quase por automatismo, sonambulicamente, levada pela carência de opções.
De fato, o comunismo internacional só teve, ao longo de sua história, um número pequeno de propostas estratégicas. Marx não apresentou nenhuma. A primeira que fez sucesso foi a de Lênin. Consistia na formação de uma elite autonomeada, na tomada do poder por um golpe súbito, na posterior conversão forçada do proletariado a uma causa vencedora que se apresentava como sua. A proposta de Lênin veio a predominar sobre o socialismo evolucionário de Edward Bernstein, o que provocou o racha entre os partidos comunistas e a social-democracia, que pregava a tomada do poder por via pacífica, eleitoral e gradualista. Hoje em dia a social-democracia é a grande vencedora, dominando toda a Europa; mas, no tempo de Lênin, sua rejeição pelos comunistas parecia prenunciar o seu fracasso, o que a queda de governos social-democratas ante o avanço do nazismo aparentemente confirmou. A terceira grande estratégia foi a de Mao Tsé-tung. Nas condições da China, não havia um

proletariado urbano suficiente sequer para dar apoio moral à guerra revolucionária, e como, por outro lado, o exército revolucionário, banido dos grandes centros, acabasse iniciando uma "grande marcha" pelos campos, o apoio das populações camponesas tornou-se fundamental, e Mao teorizou a coisa a posteriori, transformando a revolução proletária em "guerra revolucionária operário-camponesa" - o que teria provocado engulhos em Karl Marx, que via nos camponeses uma horda de reacionários incuráveis. Paralelamente, a submissão do movimento comunista internacional aos interesses da política exterior soviética deu nascimento a uma quarta estratégia, que encontrou sua mais clara expressão no Front Popular, e que consistia fundamentalmente numa aliança dos comunistas com os "elementos progressistas" de todas as outras correntes, direitistas inclusive. Aí, a pretexto de antifascismo, até Benedetto Croce ficou simpático. Finalmente, a quinta estratégia do movimento comunista surgiu da revolução cubana e da guerra do Vietnã. Sem um autor definido, resultando de enxertos e mixagens de várias proveniências, ela fundia, num vasto plano de guerrilhas, o combate rural e o urbano. Uma de suas versões foi a "teoria foquista" difundida por um doidão de nome Régis Débray, que obteve ampla audiência na América Latina e propunha, para fazer face ao poder maciço do imperialismo norte-americano, a formação de variados e simultâneos "focos" de guerrilhas. A teoria resumia-se no slogan então pixado nos muros de todas as universidades: "Um, dois, três, muitos Vietnãs". Deu no que deu. Dentre as muitas mixagens, uma particularmente interessante foi a que fundiu a estratégia comunista - até aí fundamentalmente proletária e camponesa, ao menos no nome - com as heresias de Herbert Marcuse, segundo o qual proletários e camponeses tinham-se integrado ao "sistema" e a revolução não tinha outros representantes autorizados senão os estudantes e intelectuais, de um lado, e, de outro, a massa dos miseráveis e marginalizados, o vasto Lumpenproletariat, do qual o velho Karl Marx aconselhava que os militantes comunistas fugissem como se foge de um assaltante à mão armada. Um dos resultados locais deste enxerto foi que, após a derrota da luta armada, os militantes brasileiros presos passaram a alimentar uma vaga esperança no potencial revolucionário do Lumpen, e, para adiantar o expediente, trataram de ir ensinando táticas de guerrilha aos bandidos com quem conviviam no presídio da Ilha Grande. (Mais tarde ainda, a fusão do gramscismo com resíduos do marcusismo transformaria num dos pratos de resistência do cardápio esquerdista a defesa da legitimidade do banditismo como "protesto social", que, formando polaridade com a onda de combate moralista aos "colarinhos brancos", estabeleceria uma dupla moral para o julgamento dos crimes:

brando para com o Lumpen, mesmo quando este mata ou estupra, rigoroso para com os ricos e a classe-média, quando cometem delitos contra o patrimônio - a mais curiosa inversão já observada na história da moralidade.)

Nessa resenha das estratégias comunistas, onde entra o gramscismo? Não entra. Ele ficou de fora, restrito a círculos locais italianos, e só alcançou maior difusão, mesmo na Itália, após a década de 50, com a edição das obras completas de Gramsci por Einaudi. A partir de l964, a facção comunista brasileira ainda fiel à orientação moscovita de aliança com a burguesia acreditou ver em Gramsci um potencial renovador desta estratégia, com a qual ele coincide ao menos no que diz respeito ao caráter eminentemente não-sangrento da luta revolucionária e na cuidadosa exclusão de quaisquer radicalismos que pudessem estreitar a base das colaborações possíveis. Porta-voz dessa corrente, o editor Ênio Silveira empreendeu então a publicação ao menos das principais obras de Gramsci: A Concepção Dialética da História; Maquiavel, a Política e o Estado Moderno; Os Intelectuais e a Organização da Cultura; Literatura e Vida Nacional e Cartas do Cárcere.

Estas obras foram muito lidas, mas, numa atmosfera dominada pela obsessão da luta armada, não exerceram influência prática imediata. Seu potencial ficou retido até a derrota da luta armada, que provocou, como não poderia deixar de ser, um retorno generalizado às teses do combate pacífico e aliancista defendidas pelo PC pró-Moscou. O reatamento do romance entre a esquerda armada e a desarmada deu-se, naturalmente, sobre um fundo musical orquestrado pelo maestro Antonio Gramsci. Simplesmente não havia outro capaz de musicar esta cena. A esquerda tornou-se gramsciana meio às tontas, jogada pelo entrechoque dos acontecimentos, como bolas de bilhar que, impelindo umas às outras, vão dar todas enfim na caçapa.

Agora, a imprensa brasileira acaba de descobrir, com um atraso de dez anos, que o programa do PT é gramsciano. Mas, além de tardia, esta descoberta é inexata: não é só o PT que segue Gramsci: todos os homens de esquerda neste país o fazem há uma década, sem se dar conta. O gramscismo domina a atmosfera por simples ausência de outras propostas e também por uma razão especial: atuando menos no campo do combate ideológico expresso do que no da conquista do subconsciente, ele se propaga por mero contágio de modas e cacoetes mentais, de maneira que põe a seu serviço informal uma legião de pessoas que nunca ouviram falar em Antonio Gramsci. O gramscismo conta menos com a adesão formal de militantes do que com a propagação epidêmica de um novo "senso comum". Sua facilidade de arregimentar colaboradores mais ou menos inconscientes é, por isto, simplesmente prodigiosa.

Eis ai o terceiro fator a que me referi. O gramscismo é menos uma filosofia do que uma estratégia de ação psicológica, destinada a predispor o fundo do "senso comum" a aceitar a nova tábua de critérios proposta pelos comunistas, abandonando, como "burgueses", valores e princípios milenares.
Que essa "filosofia", para se propagar, não conte tanto com a persuasão racional como com a eficácia da penetração sutil no inconsciente das massas, é o que se vê claramente pela sua ênfase na conquista das mentes infantis - um terreno onde o avanço da esquerda vem causando um dano incalculável a milhões de crianças brasileiras, usadas como cobaias de uma desastrosa experiência gramsciana. Que, enfim, essa corrente haja alcançado sucesso no Brasil, é algo que testemunha a miséria intelectual de um meio onde os letrados, incapazes de suportar o isolamento, buscam menos a verdade e o conhecimento do que uma carteirinha de intelectual orgânico, que lhes garanta o apoio psicológico de um vasto grupo solidário e os aureole de um ambíguo prestígio aos olhos dos brutamontes de direita, sua mal disfarçada paixão.
Isso não poderia acontecer senão aqui.

Adendos

1

O número dos adeptos conscientes e declarados do gramscismo é pequeno, mas isto não impede que ele seja dominante. O gramscismo não é um partido político, que necessite de militantes inscritos e eleitores fiéis. É um conjunto de atitudes mentais, que pode estar presente em quem jamais ouviu falar de Antonio Gramsci, e que coloca o indivíduo numa posição tal perante o mundo que ele passa a colaborar com a estratégia gramsciana mesmo sem ter disto a menor consciência. Ninguém entenderá o gramscismo se não perceber que o seu nível de atuação é muito mais profundo que o de qualquer estratégia esquerdista concorrente. Nas demais estratégias, há objetivos políticos determinados, a serviço dos quais se colocam vários instrumentos, entre eles a propaganda. A propaganda permanece, em todas elas, um meio perfeitamente distinto dos fins. Por isto mesmo a atuação do leninismo, ou do maoismo, é sempre delineada e visível, mesmo quando na clandestinidade. No gramscismo, ao contrário, a propaganda não é um meio de realizar uma política: ela é a política mesma, a essência da política, e, mais ainda, a essência de toda atividade mental humana. O gramscismo transforma em propaganda tudo o que toca, contamina de objetivos propagandísticos todas as atividades culturais, inclusive as

mais inócuas em aparência. Nele, até simples giros de frase, estilos de vestir ou de gesticular podem ter valor propagandístico. É esta onipresença da propaganda que o singulariza e lhe dá uma força que seus adversários, acostumados a medir a envergadura dos movimentos políticos pelo número de adeptos formalmente comprometidos, nem de longe podem avaliar.

Um detalhe que assinala bem as diferenças é a atitude do gramscismo perante a arte engajada. Outras estratégias exigem do artista que ele imprima às suas obras um sentido político determinado, ou que, pelo menos, sua visão do mundo, expressa em cada obra, seja coerente com a interpretação marxista. A literatura engajada do leninismo, do stalinismo ou do maoismo, é portanto uma coleção de obras das quais cada uma, por si, é uma peça de propaganda, com valor autônomo. Já no gramscismo o que interessa é apenas o efeito de conjunto da massa de obras literárias em circulação. Esse efeito de conjunto deve tender à mudança do senso comum desejada pelo Partido, pouco importando que cada obra, tomada isoladamente, nada tenha de marxista ou seja mesmo destituída de qualquer valor propagandístico.

Graças a isto, o julgamento gramsciano de cada obra é muito menos rígido e dogmático que o de outras correntes marxistas - o que muito contribuiu para elevar o seu prestígio entre intelectuais ansiosos por conciliar seus ideais marxistas com seu desejo pessoal de liberdade.

No gramscismo, qualquer obra literária pode contribuir para a propaganda marxista, dependendo apenas do contexto em que é divulgada - tal como num jornal o teor das notícias tomadas individualmente interessa menos do que sua localização na página, ao lado de outras notícias cujo efeito de conjunto imprime um novo sentido a cada uma delas.

O objetivo primeiro do gramscismo é muito amplo e geral em seu escopo: nada de política, nada de pregação revolucionária, apenas operar um giro de cento e oitenta graus na cosmovisão do senso comum, mudar os sentimentos morais, as reações de base e o senso das proporções, sem o confronto ideológico direto que só faria excitar prematuramente antagonismos indesejáveis.

As mudanças aí operadas podem ser, no entanto, muito mais profundas e decisivas do que a mera adesão consciente de um eleitorado às teses comunistas. Mudanças de critério moral, por exemplo, têm efeitos explosivos. Essas mudanças podem ser induzidas através da imprensa, sem qualquer ataque frontal e explícito aos critérios admitidos. Um caso que ilustra isto perfeitamente bem, e que demonstra o alcance da estratégia gramsciana no Brasil, é o do noticiário sobre corrupção. A campanha pela Ética na Política não surgiu com um intuito moralizador,

mas como uma proposta política antiliberal. Numa entrevista ao Jornal do Brasil, um dos fundadores da campanha, Herbert de Souza, o Betinho, deixou isso perfeitamente claro. A campanha surgiu numa reunião de intelectuais de esquerda em busca de uma fórmula contra Collor, muito antes de que houvesse qualquer denúncia de corrupção no governo. Mais tarde, estas denúncias vieram a dar à campanha uma força inesperada, trazendo para ela a adesão de massas de classe-média moralista que, politicamente, teriam tudo para se opor a qualquer proposta explicitamente esquerdista. Ora, a campanha exerceu uma influência decisiva na direção do noticiário nos jornais e na TV. Essa influência foi tal que introduziu nos julgamentos morais uma mudança profunda. Impressionado pelo conteúdo escandaloso das notícias, o público nem de longe reparou que a edição delas subentendia essa mudança, que, conscientemente, ele não aprovaria. Ela consistiu em fazer com que os crimes contra o patrimônio público parecessem infinitamente mais graves e revoltantes do que os crimes contra a pessoa humana. P. C. Farias, um trêmulo estelionatário incapaz de dar um pontapé num cachorro, era apresentado como um Al Capone, ao mesmo tempo que se minimizava a gravidade do banditismo armado. Se de um lado jornalistas de esquerda promovem um ataque maciço aos criminosos de colarinho branco e de outro lado intelectuais de esquerda lutam para que os chefes de bandos de assassinos armados sejam reconhecidos como "lideranças populares" legítimas, o efeito conjugado dessas duas operações é bem nítido: atenuar a gravidade dos crimes contra a pessoa, quando cometidos pela classe baixa e aproveitáveis politicamente pelas esquerdas, e enfatizar a dos crimes contra o patrimônio, quando cometidos por membros da classe dominante. Eis aí a luta de classes transformada em supremo critério da moral, desbancando o preceito milenar, arraigado no senso comum, de que a vida é um bem mais sagrado do que o patrimônio.

Para que essas duas operações ocorram simultaneamente, produzindo um resultado unificado, não é preciso que emanem de um comando central organizado. Basta que os intelectuais envolvidos numa e noutra comunguem ainda que vagamente de um espírito revolucionário gramsciano, para que, numa espécie de cumplicidade implícita, cada qual realize sua tarefa e todos os resultados venham a convergir na direção dos fins gramscianos. Isto não exclui, é claro, a hipótese de um comando unificado, mas, para o sucesso da estratégia gramsciana, a unidade de comando, ao menos ostensiva, é bastante dispensável na fase da luta pela hegemonia.

É interessante saber que, na Constituição do Estado soviético, o homicídio doloso era punido com apenas dez anos de cadeia e os crimes

contra a administração pública sujeitavam o culpado à pena de morte. Nem poderia ser de outro modo, dado o pouco valor que, na perspectiva marxista, tem a vida individual quando não posta a serviço da revolução. Ora, o noticiário sobre corrupção conseguiu introduzir na mente brasileira o hábito de julgar as coisas segundo uma escala moral soviética; e o fez com muito mais eficiência do que lograria em anos e anos de debates explícitos. Uma vez explicitada, essa mudança seria rejeitada com horror por um povo em que ainda são vivos, no fundo, os sentimentos cristãos. Introduzida por baixo, como critério subjacente, ela penetra às ocultas no senso comum e o perverte até a raiz, preparando-o para aceitar passivamente, no futuro, aberrações maiores ainda, que venham a ser impostas por um Estado socialista14.
A atuação espontânea, aparentemente inconexa, de milhares de intelectuais - no sentido gramsciano - em setores distintos da vida pública, pode ser facilmente dirigida para onde o deseja a revolução gramsciana, não sendo necessário para isto nem mesmo um oculto Comitê Central de super-cérebros a comandar o conjunto da operação. Basta que uma cumplicidade inicial se estabeleça entre certos grupos, para que, sobretudo na ausência de qualquer confronto crítico com outras correntes, o gramscismo avance como sobre trilhos azeitados, na estrada que leva à conquista da hegemonia. Ele já penetrou fundo, por esse caminho, na mentalidade brasileira. Quando um partido político assume publicamente sua identidade gramsciana, é que a fase do combate informal - a decisiva - já está para terminar, pois seus resultados foram atingidos. Vai começar a luta pelo poder. O que marca esta nova fase é que todos os adversários ideológicos já foram vencidos ou estão moribundos; nenhum outro discurso ideológico se opõe ao gramscismo, e os adversários políticos que restam lhe dão ainda maior reforço, na medida em que, não possuindo alternativa mental, pensam dentro dos quadros conceituais e valorativos demarcados por ele e só podem combatê-lo em nome dele mesmo. Isto é hegemonia.

2

Gramsci jura que é leninista, mas como ele atribui a Lênin algumas idéias de sua própria invenção das quais Lênin nunca ouviu falar, as relações entre gramscismo e leninismo são um abacaxi que os estudiosos buscam descascar revirando os textos com uma paciência de exegetas católicos. Uma dessas idéias é a de "hegemonia", central no gramscismo. Gramsci diz que ela foi a "maior contribuição de Lênin" à estratégia marxista, mas o conceito de hegemonia não aparece em parte alguma dos escritos de Lênin. Alguns exegetas procuraram resolver o enigma identificando a hegemonia com a ditadura do proletariado, mas isto não

dá muito certo porque Gramsci diz que uma classe só implanta uma ditadura quando não tem a hegemonia. As relações entre Gramsci e Marx também são embrulhadas, como se vê no uso do termo "sociedade civil": para Marx, sociedade civil é o termo oposto e complementar do "Estado", e, logo, se identifica com o reino das relações econômicas, ou infra-estrutura. Em Gramsci, a sociedade civil, somada à sociedade política ou Estado, compõe a superestrutura que se assenta sobre a base econômica.
Essas e outras dificuldades de interpretação do pensamento de Gramsci decorrem, em parte, do caráter fragmentário e disperso dos seus escritos. Talvez elas possam ser resolvidas, mas o que é realmente espantoso é que, alguns anos após revelada ao mundo a maçaroca dos textos gramscianos, e antes mesmo que algum sério exame produzisse uma interpretação aceitável do seu sentido, ela já fosse adotada como norma diretiva por várias organizações, começando a produzir efeitos práticos sobre os quais ninguém, nessas condições, poderia ter o mínimo controle. Essa adesão apressada a uma idéia que mal se compreendeu assinala uma tremenda irresponsabilidade política, um desejo ávido de atuar sobre a sociedade humana sem medir as consequências. É claro que ninguém adere a Gramsci com outro propósito que não o de implantar o comunismo em alguma parte do mundo. Mas, sendo o gramscismo um pensamento obscuro e às vezes incompreensível, não há nenhum motivo para crer que sua aplicação deva produzir nem mesmo esse resultado, lamentável o quanto seja. Pode acontecer, por exemplo, que a estratégia gramsciana não gere outro efeito além de tornar os burgueses ateus, retirando os freios que a religião impunha à sua cobiça e ao seu maquiavelismo. Algo muito parecido aconteceu na própria terra de Gramsci: é impossível não haver conexão entre a decadência da fé católica e a transformação da Itália numa Sodoma capitalista. A nova cultura materialista e gramsciana que dominou a atmosfera intelectual italiana desde a década de 60 muito contribuiu para esse resultado; apenas, não se vê que vantagem os comunistas puderam tirar disso. Os esquerdistas brasileiros deveriam pensar na experiência italiana antes de atirar-se a aventuras gramscianas que, na educação como na política, podem levar a resultados tão confusos quanto as idéias que as inspiram.

3
O termo "Estado ético" é ele mesmo um dos primores de ambiguidade que se encontram na mixórdia gramsciana. Ora ele designa o Estado comunista, ora o Estado capitalista avançado, ora qualquer Estado. De modo mais geral, Gramsci denomina "ético" todo Estado que procure elevar a psique e a moral de seus cidadãos ao nível atingido pelo

"desenvolvimento das forças produtivas", subentendendo-se que o Estado comunista faz isto melhor do que ninguém. A idéia é intrinsecamente imoral: consiste em submeter a moral às exigências da economia. Se, por exemplo, um determinado estágio do "desenvolvimento das forças produtivas" requer que todos os habitantes de uma região sejam removidos para o outro extremo do país, como aconteceu muitas vezes na União Soviética, torna-se "ética" a conduta de um garoto que denuncie o pai às autoridades por tentar fugir para uma cidade próxima. A asquerosa admiração que os brasileiros vêm demonstrando nos últimos tempos pelos irmãos que delatam irmãos, pelas esposas que delatam maridos, é índice de uma nova moralidade, inspirada em valores gramscianos. Não há dúvida de que o novo critério é "ético" no sentido gramsciano, isto é, economicamente útil, já que a delação generalizada de pais, irmãos, maridos e amantes pode ressarcir alguns prejuízos sofridos pelo Estado. Mas isto não atenua sua imoralidade intrínseca.

415
Em cursos e conferências, venho falando do gramscismo petista desde 1987 pelo menos, para platéias em que não faltaram jornalistas. Mas a imprensa brasileira, refratária a tudo quanto seja novo, só em 1994 informou ao público a inspiração gramsciana do petismo, quando ela não era mais uma tendência latente e já se havia externalizado no programa oficial do partido. O primeiro a dar o alarma foi Gilberto Dimenstein, na Folha de S. Paulo, logo após a publicação deste livro que aliás nem sei se ele leu; mas limitava-se a mencionar o nome do ideólogo italiano, sem nada dizer do conteúdo de suas idéias. Não teve a menor repercussão. Mais tarde li duas ou três frases alusivas a Gramsci, em outros jornais e em Veja. Tudo muito sumário, num tom de quem contasse com a compreensão de uma platéia versadíssima em gramscismo. É o velho jogo-de-cena do histrionismo brasileiro: dar por pressuposto que o ouvinte sabe do que estamos falando é um modo de induzi-lo a crer que sabemos do que falamos. Na verdade, fora dos círculos do petismo letrado, só sabem de Gramsci uns quantos acadêmicos, entre os quais Oliveiros da Silva Ferreira, que defendeu uma tese sobre o assunto numa USP carregada de odores gramscianos, na década de 60. Gramsci continua esotérico, lido só em família, a salvo de qualquer crítica exceto amigável - uma crítica dos meios, conivente com os fins, numa atmosfera de culto e devoção que raia a pura e simples babaquice. Mas pelo mundo civilizado circulam críticas devastadoras, que provavelmente jamais chegarão ao conhecimento do público brasileiro. Assinalo as de Roger Scruton16 e Alfredo Sáenz17, que tomam o assunto

por lados bem diferentes daquele que abordo neste livro, mas chegam a conclusões não menos reprobatórias.
Devo apontar como exceção notável, ainda que tardia, um artigo de Márcio Moreira Alves18. Ele resgata parcialmente a honra da imprensa brasileira, mostrando que há nela pelo menos um cérebro capaz de saber de Gramsci algo mais do que o nome e pelo menos um repórter que não foge da notícia. Ele explica em linhas gerais a estratégia gramsciana e o estado presente de sua aplicação pela liderança petista, levando à conclusão de que, em vez de criar uma democracia como o partido promete, ela vai produzir aqui a ditadura de uma capelinha de intelectuais. É lamentável, apenas, que no reduzido espaço de sua coluna o sempre surpreendente Moreira Alves não pudesse abranger assunto tão vasto senão em abreviatura pesadamente técnica, de difícil assimilação pelo público. O Globo deveria dar-lhe duas páginas inteiras para trocar em miúdos os ensinamentos ali contidos, talvez os mais importantes e urgentes que a imprensa brasileira transmitiu ao público nos últimos anos.
Particularmente oportuna é ali a observação de que o programa mesmo do PT reconhece - oficialmente, por assim dizer - a hegemonia da esquerda, principalmente no campo cultural mas também na política, na medida em que proclama o ingresso atual do Brasil num novo "bloco histórico" (sistema cerrado de relações entre a economia e a superestrutura cultural, moral e jurídica). É digna da maior atenção, no programa do PT, a parte referente à "revolução passiva". A passagem ao novo "bloco histórico" será feita pela elite ativista com base no "consenso passivo" da população. Isto quer dizer, sumariamente, que o povo não precisará manifestar seu apoio ao programa do PT para que este se sinta autorizado a promover a transformação revolucionária da sociedade. A simples ausência de reação hostil, para não dizer de rebelião, será interpretada como aprovação popular: quem cala consente, em suma. A proposta é de um cinismo descarado. Ela investe o PT do direito divino de agir em nome do povo sem precisar ouvi-lo, já que o silêncio se tornará aplauso. Durante sete décadas o silêncio de um povo oprimido foi interpretado como "aprovação passiva" pelo governo da URSS. Em linguagem técnica mas incisiva, Márcio Moreira Alves mostra que por esse caminho não se pode chegar a uma democracia. Discordo dele só num ponto: ele acha que a estratégia petista é uma traição aos ideais de Gramsci, e eu estou seguro de que ela é a mais pura encarnação do gramscismo universal19.
O mais lamentável em toda essa história é que a massa dos militantes do PT não tem a menor condição intelectual de compreender as sutilezas da estratégia gramsciana, e vai se deixando conduzir sonambulicamente

pelos guias iluminados, sem fazer perguntas quanto à verdadeira meta da jornada.

NOTAS

10. Para Karl Marx, aqueles que captam o sentido do movimento da História e representam as "forças progressistas" ficam ipso facto liberados de qualquer dever com a "moral abstrata" da burguesia; seu único dever é acelerar o devir histórico em direção ao socialismo, pouco importando os meios. Baseado nesse princípio, Lênin codificou a moral partidária, onde o único dever é servir ao partido. Esta moral, por sua vez, deu origem ao Direito soviético, que colocava acima dos direitos humanos elementares os deveres para com o Estado revolucionário. A delação de corruptos ou traidores, por exemplo, era na União Soviética uma obrigação básica do cidadão. Mas não é só na teoria que o comunismo é imoral. No Estado socialista, todos são funcionários públicos, e basta isto para que a corrupção se torne institucional. Na União Soviética ninguém conseguia tirar um documento ou consertar uma linha telefônica sem soltar propinas: ao socializar a economia, socializa-se a corrupção. A desonestidade desce das camadas dominantes para corromper todo o povo. O mesmo aconteceu na China, país que ademais se notabilizou por ser o maior distribuidor de tóxicos deste planeta. A justificativa, na época, era que os tóxicos enfraqueceriam a "juventude burguesa" e facilitariam o avanço do socialismo, sendo, portanto, benéficos ao progresso humano. As drogas só se tornaram um problema de escala mundial graças ao comunismo chinês, que, com isto, se tornou culpado de um crime de genocídio pelo qual, até hoje, ninguém teve coragem de acusá-lo.

Ainda segundo a moral comunista, as pessoas profundamente apegadas aos ideais burgueses são doentes incorrigíveis, devendo por isto ser isoladas ou exterminadas. Sessenta milhões de pessoas foram mortas, na União Soviética, em nome da reedificação da cultura e da personalidade. No Camboja, o genocídio foi adotado como procedimento normal e legítimo.

Foram os comunistas que, com base nas descobertas de Pavlov, desenvolveram o sistema de lavagem cerebral, para despersonalizar os prisioneiros e levá-los a confessar crimes que não haviam cometido.

Foi também o comunismo que instituiu o sistema de romper sem aviso prévio acordos internacionais, tratados de paz e compromissos comerciais, institucionalizando no mundo o do gangsterismo como

norma de conduta diplomática, depois copiado por Hitler. Campos de concentração e de extermínio são também uma invenção comunista imitada pelo nazismo.

O governo comunista da URSS criou o maior sistema de espionagem interna de que se teve notícia na história humana, a KGB, e por meio dela tornou-se o primeiro governo essencialmente policial do mundo.

O comunismo foi ainda o primeiro regime a instituir em escala continental a mentira sistemática como padrão de ensino público, e a falsificação da ciência como meio de controle da opinião.

Que tudo isso possa ser um enorme tecido de coincidências, que não haja nenhuma conexão intrínseca entre todos esses horrores e a ideologia socialista, é somente mais uma mentira propagada por intelectuais ativistas cuja formação marxista os tornou para sempre cínicos, hipócritas e incapazes de qualquer sentimento moral.

A participação intensa de intelectuais marxistas na campanha pela "Ética na Política" é um sinal seguro de que essa campanha não moralizará a política, mas apenas politizará a ética, tornando-a uma serva de objetivos intrinsecamente imorais. Quem viver, verá. [N. da 2ª ed..] Voltar
11. Exemplo característico da mutação da escala moral é a campanha contra a Aids. É mais do que evidente que a liberação sexual favorece a disseminação dessa doença. No entanto, jornalistas e agitadores culturais do mundo todo estão levando as pessoas a crer que o conservadorismo moral, particularmente católico, é o culpado pela difusão da Aids, na medida em que se opõe à distribuição de camisinhas. Fazer de um efeito desastroso da liberação sexual um argumento contra a moral conservadora é um truque sofístico que só ocorreria a mentalidades inteiramente perversas. Os liberacionistas dão com isso um exemplo horrendo de insensibilidade moral, de hipocrisia cínica. Ocultar suas próprias culpas por trás da acusação lançada a um inocente é um dos comportamentos mais baixos que se podem conceber. Por outro lado, do ponto de vista meramente prático, a esperança no poder das camisinhas é uma insensatez, para dizer o mínimo. Junto com ela vem a recusa de enxergar a parcela de razão que têm os religiosos nessa questão. Qual a taxa de Aids entre católicos praticantes, evangélicos, monges budistas, judeus ortodoxos, mussulmanos devotos? É praticamente nula. Uma bela campanha moralista, por desagradável que fosse (e para mim também o seria, pois pessoalmente sou mais pela liberação), faria mais para conter o avanço da Aids do que a distribuição de trilhões de camisinhas. Neste

momento da história, qualquer campanha moralista, por boboca que nos pareça, é um empreendimento digno de louvor, uma contribuição à salvação da espécie humana. Se amanhã ou depois a população do Brasil aderir em peso aos Pentecostais, ao Bispo Macedo ou à Renovação Carismática, a Aids estará vencida entre nós. Isto é uma obviedade que só os intelectuais não enxergam. [N. da 2ª ed.] Voltar
12. Querem um retrato moral de Antonio Gramsci? Podem encontrá-lo numa das fábulas que, da prisão, ele remetia para que fossem lidas à sua filha:

"Enquanto um menino dormia, um rato bebeu o leite que a mãe lhe havia preparado. Quando o menino acordou, pôs-se a chorar porque não encontrou o leite; a mãe, por seu lado, também chora. O rato tem remorsos, bate a cabeça contra a parede, mas finalmente percebe que aquilo de nada serve. Então, corre à cabra para conseguir mais leite. Mas a cabra diz ao rato que só lhe dará leite se tiver capim para comer. Então, o rato vai até o campo, mas o campo é árido e não pode dar capim se não for molhado antes. O rato vai à fonte, mas esta foi destruída pela guerra e a água se perde; é preciso que o pedreiro conserte a fonte. O pedreiro precisa das pedras, que o rato vai buscar numa montanha, mas a montanha está toda desmatada pelos especuladores. O rato conta toda a história e promete que o menino, quando crescer, plantará novas árvores na montanha. E assim a montanha dará as pedras, o pedreiro refará a fonte, a fonte dará a água, o campo dará o capim, a cabra fornecerá o leite e, finalmente, o menino poderá comer e não chorará mais." (Laurana Lajolo, Antonio Gramsci. Uma Vida, trad. Carlos Nelson Coutinho, São Paulo, Brasiliense, 1982.)

As fábulas sempre foram, ao longo dos tempos, um depósito de símbolos portadores de um ensinamento espiritual. Por meio delas, a criança tinha o acesso ao conhecimento das possibilidades humanas mais elevadas, e este conhecimento, tanto mais potente porque cristalizado numa linguagem mágica e alusiva, bastava para defender sua alma da total imersão na banalidade esterilizante do meio adulto. Elas representavam, assim, o fio de continuidade do núcleo mais puro da alma humana no meio da agitação alienante da "História".

Gramsci consegue aqui inverter a função da fábula, transformando-a num meio de ensinar à criança, com realismo literal, o processo de produção capitalista - da matéria-prima à comercialização - e para lhe inocular, de um só golpe, o ódio aos malditos especuladores e a esperança na futura utopia socialista, onde "tudo será mais belo".

O que Gramsci fez com sua própria filha, por que não o faria com os filhos dos outros? É preciso que a pregação comunista atinja os cérebros enquanto ainda estão tenros e indefesos, e, fechando-lhes o acesso a toda concepção de ordem espiritual, os encerre para sempre no círculo de ferro da mundanidade "histórica" (v. adiante, Cap. III).

Gramsci revela aqui toda a mesquinhez da sua concepção do mundo, onde a economia é não só o motor da História, mas o limite final do horizonte humano.

Que um tipo desses possa ser objeto de culto sentimentalista entre os militantes, isto mostra que a ideologia comunista traz em seu bojo uma perversão dos sentimentos, uma mutilação da alma humana. É preciso muito agitprop para fazer de Gramsci um personagem digno de admiração. Mas entre militantes esquerdistas já vi sujeitos capazes de proferir toda sorte de blasfêmias contra a religião alheia terem tremeliques de emoção religiosa ante o santo nome de Antônio Gramsci. Essa sentimentalidade pseudo-religiosa não é um excesso de zelo: é a essência mesma do gramscismo, que beatifica o mundano para abafar e perverter o impulso religioso e transformá-lo em devoção partidária. Querem ver no que dá? Narrando a morte de Gramsci, a hagiógrafa Laurana Lajolo (op. cit., p. 148) termina falando dos cadernos "nos quais Antônio Gramsci havia depositado, em sentido laico e historicista, a imortalidade da sua alma, a possibilidade de sobrevivência intelectual na história". Só um gramsciano roxo é incapaz de enxergar o ridículo que há em teologizar a esse ponto a fama literária. Se a idéia valesse, os imortais da Academia já não seriam imortais figuradamente, mas literalmente - e nossas preces pela vida eterna não deveriam dirigir-se a Jesus Cristo, e sim à pessoa do sr. Josué Montello. [N. da 2ª ed.] Voltar
13. O fenômeno da pseudo-intelectualidade é um dos traços mais marcantes do chamado Terceiro Mundo, e é ela, não o proletariado ou as massas famintas, a base social dos movimentos revolucionários. Eric Hoffer, que examinou o assunto com mais seriedade do que ninguém, explica esse fenômeno pelas condições peculiares em que, nessa parte do globo, se deu, com a reforma modernizadora empreendida pelas potências Ocidentais, a quebra do modo de vida comunitário-patriarcal. Escrevendo no começo da década de 50, e mencionando nomeadamente a Ásia, ele fala em termos que se aplicam com precisão ao Brasil de hoje: "Em toda a Ásia, antes do advento da influência Ocidental, o indivíduo estava integrado num grupo mais ou menos compacto - a família patriarcal, o clã ou a tribo. Do nascimento à morte, sentia-se parte de um

todo eterno e contínuo. Jamais se sentia sozinho, jamais se sentia perdido, jamais se via como um pedaço de vida flutuando numa eternidade de nada. A influência Ocidental [...] destruiu e corroeu a maneira tradicional de vida. O resultado não foi a emancipação, e sim o isolamento e o desamparo. Um indivíduo imaturo foi arrancado do calor e segurança de uma existência coletiva e deixado órfão num mundo frio.

"O indivíduo recém-surgido pode atingir algum grau de estabilidade [...] somente quanto lhe oferecem abundantes oportunidades de auto-afirmação ou auto-realização. Somente assim ele poderá adquirir a autoconfiança e auto-estima [...]. Quando a autoconfiança e a auto-estima parecem inatingíveis, o indivíduo em formação torna-se uma entidade altamente explosiva. Tenta obter uma impressão de confiança e de valor abraçando alguma verdade absoluta e identificando-se com os atos espetaculares de um líder ou de algum corpo coletivo - seja uma nação, uma congregação, um partido ou um movimento de massa.

"É necessário uma rara constelação de circunstâncias para que a transição de uma existência comunitária para a individual siga o seu curso sem ser desviada ou invertida por complicações catastróficas. [...] O indivíduo em surgimento na Europa, no fim da Idade Média, enxergou panoramas deslumbrantes de novos continentes, de novas rotas de comércio, de novos conhecimentos. O ar estava carregado de novas expectativas e havia a sensação de que o indivíduo por si só era capaz de qualquer empreendimento. A mudança [...] produziu uma explosão de vitalidade [...].

"Essa excepcional combinação de circunstâncias não estava presente na Ásia. Ali, ao invés de ser estimulado por perspectivas deslumbrantes e oportunidades jamais sonhadas, [o indivíduo] se viu enfrentando uma vida estagnada, debilitada, e extraordinariamente pobre. É um mundo onde a vida humana é a coisa mais abundante e barata. É, além disso, um mundo analfabeto. [...]

"A minoria letrada é, assim, impedida de adquirir um senso de utilidade e de valor tomando parte no mundo do trabalho, e é condenada a uma vida de pseudo-intelectuais tagarelas e cheios de pose.

"O extremista da Ásia é hoje geralmente um homem de certa instrução que tem horror ao trabalho manual e um ódio mortal pela ordem social que lhe nega uma posição de comando. Todo estudante, todo escriturário e funcionário menos graduado se sente como um escolhido. É essa gente

palavrosa e fútil que dá o tom na Ásia. Vivendo vidas estéreis e inúteis, não possuem autoconfiança e auto-respeito, e anseiam pela ilusão de peso e importância.

"É principalmente a esses pseudo-intelectuais que a Rússia comunista dirige seu apelo. Traz-lhes a promessa de tornarem-se membros de uma elite governante, a perspectiva de terem ação no processo histórico e, com seu falatório doutrinário, proporciona-lhes uma sensação de peso e profundidade." (Eric Hoffer, The Ordeal of Change, London, Sidgwick & Jackson, 1952; trad. brasileira de Sylvia Jatobá, O Intelectual e as Massas, Rio, Lidador, 1969, pp. 16 ss..) É a descrição exata da liderança petista. [N. da 2a. ed..] Voltar

14. A proposta do PT, de dar prêmios aos cidadãos que delatem casos de corrupção, seria repelida com horror se apresentada uns anos atrás, quando a corrupção não era menor mas os sentimentos morais da população brasileira conservavam uns vestígios de normalidade porque ainda não tinham sido corrompidos pela "campanha da Ética". Hoje, é aceita com aplausos dos que não percebem nela aquilo que ela verdadeiramente é: a instauração do Estado policial em nome da moralidade, a corrupção de todas as relações humanas pela universalização da suspeita, o incentivo à espionagem de todos contra todos. Para que o Estado não perca dinheiro, será preciso que todos os brasileiros percam a dignidade e o respeito próprio, transformando-se em alcagüetes premiados. [N. da 2ª ed.] Voltar

15. Escrito para a 2a. edição. Voltar

16. Roger Scruton, Thinkers of the New Left, Harlow (Essex), Longman, 1985. [N. da 2a. ed.] Voltar

17. Alfredo Sáenz, s. J., "La estratégia ateísta de Antonio Gramsci", em Ateísmo y Vigencia del Pensamiento Católico. Actas del Cuarto Congreso Catolico Argentino de Filosofía, Córdoba, Asociación Católica Interamericana de Filosofía, 1988, pp. 355-366. [N. da 2a. ed..] Voltar

18. "A revolução passiva", O Globo, 28 de junho de 1994. Voltar

19. Há pensadores de quem a gente diverge com o maior respeito. Entre os marxistas, esse é para mim o caso de um Adorno, de um Horkheimer, de um Marcuse, ou mesmo de um Lukács. Mas por Gramsci, como o leitor já deve ter percebido, não consigo sentir o menor respeito, porque ele não respeita nada e se porta ante dois milênios de civilização com a petulância dos ignorantes. Acho uma babaquice ter ante um escritor qualquer uma reverência maior do que a que ele tem ante Moisés, Jesus Cristo ou a Virgem Maria. Mas a atmosfera de culto em torno do nome de Antonio Gramsci é tão carregada de zelo, que acaba inibindo por contágio inconsciente até os melhores cérebros, impedindo-os de chegar

a uma visão objetiva e crítica do pensamento de Gramsci. [N. da 2a. ed.] Voltar

III
A NOVA ERA E A REVOLUÇÃO CULTURAL

AS IDÉIAS de Capra e de Gramsci são puras ficções, mas nem por isto as semelhanças entre elas são mera coincidência. A simples listagem basta para por à mostra uma raiz comum:

1 - Ambas essas correntes são radicalmente "historicistas" - quer dizer: para elas, toda "verdade" é apenas a expressão do sentimento coletivo de um determinado momento histórico. O que importa não é se esse sentimento coletivo capta uma verdade objetivamente válida, mas, ao contrário, ele vale por si como único critério do pensamento correto.

2 - Em ambas, o sujeito ativo do conhecimento não é a consciência individual, mas a coletividade. Elas divergem somente, na superfície, quanto à delimitação desse místico "sujeito coletivo": para Capra, é "a humanidade", ou, mais vagamente ainda, "nós" (é característico dos doutrinários da Nova Era, como Capra ou Marilyn Ferguson, dirigir-se a um auditório universal na primeira pessoa do plural, de modo que não sabemos se quem fala é um Autor divino ocultando sua supra-personalidade num plural majestático, ou se é a autoconsciência coletiva da humanidade). Para Gramsci, o sujeito coletivo é o "proletariado", ou, mais propriamente, o conjunto dos intelectuais orgânicos que o "representam", isto é, o Partido.

3 - Ambas insistem menos em provar alguma tese do que em induzir uma "mudança de percepção", uma virada repentina que faça as pessoas sentirem as coisas de um modo diferente. Com Capra e Gramsci ninguém pode discutir, tese por tese, demonstração por demonstração: a conversão tem de ser integral e súbita, ou não se realiza jamais: capristas e gramscistas são "convertidos" ou "renascidos", que num determinado instante de suas vidas "viram a luz" mediante uma rotação instantânea do eixo de sua cosmovisão. O decisivo, em ambos os casos, não é a argumentação racional, mas uma adesão prévia, volitiva ou sentimental: o sujeito "sente-se" de repente, como um todo, identificado com a Nova Era ou com a causa do proletariado, e em seguida passa a ver os detalhes de acordo com o novo quadro de referência.

4 - Ambas são "revoluções culturais". Pretendem inaugurar um novo cenário mental para a humanidade, no qual todas as visões e opiniões anteriores serão implicitamente invalidadas como meras expressões subjetivas de um tempo que passou. Como, de outro lado, a nova

cosmovisão também não se apresenta como verdade objetivamente válida e sim apenas como expressão de um "novo tempo", já não se pode confrontar as idéias de hoje com as de antigamente para saber quem tem razão: o critério de veracidade foi substituído pelo da "atualidade", e como toda época é atual para si mesma, cada qual constitui uma unidade cerrada, com suas idéias que só são válidas subjetivamente para ela. Platão tinha as idéias do "seu tempo"; nós temos a do "nosso tempo" - cada um na sua.

5 - A dimensão "tempo" é assim absolutizada, reinando sozinha num mundo de onde foi extirpado todo senso de permanência e de eternidade. Em Gramsci, a amputação é explícita; em Capra e na Nova Era em geral, implícita e disfarçada pela verborréia mística. Após essa cirurgia, a mente humana torna-se incapaz de captar o que quer que seja das relações ideais que, para além do real empírico, apontam para a esfera do possível, da infinitude, do universal. O empírico, o fato consumado, o horizonte imediato das preocupações práticas - pessoais ou coletivas - torna-se o extremo limite da visão humana. O "cosmos" de Capra e a "História" de Gramsci são campânulas de chumbo que prendem a imaginação humana num mundo pequeno, artificialmente engrandecido pela retórica.

6 - Com o senso da eternidade e da universalidade, vai embora também o senso da verdade, a capacidade humana de distinguir o verdadeiro do falso, substituída por um sentimento coletivo de "adequação" ao "nosso tempo". A "supra-consciência" da Nova Era e o "intelectual coletivo" de Gramsci têm em comum a mais absoluta falta de inteligência. Para ambos vale o que o jornalista Russel Chandler disse de um deles:

"A maior capacidade da mente humana é a sua habilidade de discriminar entre o que é verdadeiro e o que é falso, distinguir o que é real do que é ilusório ou aparente. Mas a 'supraconsciência' da Nova Era está programada para ignorar essas distinções."

7 - Dissolve-se também a autoconsciência reflexiva e crítica, pela qual o indivíduo humano é capaz de sobrepor-se às ilusões coletivas e julgar o seu tempo. Fechado na redoma do momento histórico, é vedado ao indivíduo enxergar para além dele, exercer os privilégios de uma inteligência autônoma, ter razão contra a opinião majoritária - seja ela a opinião conservadora do establishment ou o anseio coletivo dos ambiciosos insatisfeitos.

8 - A depreciação da consciência individual vem com a negação do critério da evidência intuitiva como base para julgar a verdade. Reduzida a seu aspecto psicológico, imanente, a intuição torna-se apenas uma experiência interna como qualquer outra, incapaz de evidência apodíctica. Confunde-se com o sentimento, com o pressentimento, com

a vaga impressão e com a fantasia. Daí a necessidade de um novo critério, que será, na Nova Era, a fantasia mesma, adornada com o título de intuição mística, e na Revolução Cultural de Gramsci o sentimento coletivo do Partido, detentor profético do sentido da História.

As semelhanças são tão substanciais que, perto delas, as diferenças se tornam meramente adjetivas. A filiação comum remonta, no mínimo, ao mito mais querido da ilusão moderna: o mito da Revolução, do "apocalipse terreno", que, num giro súbito de todas as aparências, transfigurará o mundo, inaugurando um Céu na Terra. O mito da Revolução é a cenoura-de-burro que há séculos mantém a humanidade no encalço do comboio da História disparado em direção a uma miragem, sem poder atingir outro resultado senão a aceleração do devir, que, não chegando a parte alguma, acaba sendo entronizado ele mesmo como supremo objetivo da vida: o acontecer pelo acontecer, a eternização do fluxo das impressões, a redução do homem ao ser empírico preso a uma girândola sem fim de "experiências" e "momentos" atomísticos. Em termos orientais, que o linguajar da Nova Era repete sem compreender-lhes o sentido, é a absolutização da Maya, a prisão eterna no círculo do samsara.
Nem as idéias de Capra nem as de Gramsci necessitam de refutação. Sua interpretação ordenada e clara já vale como refutação. O simples desejo de compreendê-las basta para exorcizá-las. São idéias que só podem prosperar sob a proteção de uma névoa de ambiguidades, e só encontram terreno fértil nas almas que anseiam por ilusões lisonjeiras, em cujo colo macio possam esquecer sua própria miséria, a miséria de toda vaidade.

Apêndice I.
As esquerdas e o crime organizado

Comando Vermelho. A História Secreta do Crime Organizado, de Carlos Amorim, é um trabalho de valor excepcional, cuja leitura se recomenda a todos os brasileiros que se preocupem com o futuro deste país. Futuro do qual se pode ter um vislumbre pelas palavras de William Lima da Silva, o "Professor", fundador e guru do Comando Vermelho, citadas à p. 255:
"Conseguimos aquilo que a guerrilha não conseguiu: o apoio da população carente. Vou aos morros e vejo crianças com disposição, fumando e vendendo baseado. Futuramente, elas serão três milhões de adolescentes, que matarão vocês [a polícia] nas esquinas. Já pensou o

que serão três milhões de adolescentes e dez milhões de desempregados em armas?"

A quem entenda isso como mera expressão de um delírio megalômano, o livro de Carlos Amorim mostra que a sinistra profecia já está em curso de realização: o Comando Vermelho não apenas domina dois quintos do território do Grande Rio, desfrutando aí o monopólio dos sequestros, do comércio de carros roubados, do tráfico de drogas, mas exerce também nessa área funções de governo, por meio do terror alternado com lisonjas paternalistas, e tem ainda a liderança no contrabando de armas pesadas, sendo hoje uma organização mais equipada do que a polícia ou mesmo do que as guarnições locais do Exército. As autoridades reconhecem que o poder da máfia dos morros é absolutamente incontrolável, e ela prossegue, de vitória em vitória, atordoando a polícia, humilhando os governantes, e atribuindo às suas operações criminosas, para cúmulo de descaramento, o sentido épico de uma luta pela libertação dos oprimidos.

Não vou aqui resumir o livro, pois pretendo que o leiam. Nas páginas que se seguem, concentrarei minhas observações antes no que me parece o seu único ponto fraco. Não farei isto para depreciar os méritos da obra, que são elevados, mas justamente para os realçar; pois essa lacuna, que está no diagnóstico das causas e origens profundas do crime organizado, só poderia ser preenchida por uma investigação que iria muito além do seu escopo. O autor, de fato, alude a algumas causas prováveis, mas centraliza sua atenção no fenômeno do Comando Vermelho como tal, sem estender seu exame ao conjunto dos fatores históricos que cercaram, propiciaram e finalmente determinaram o seu surgimento. Não se trata portanto de assinalar aqui algum defeito do livro, mas de sugerir investigações suplementares que dariam matéria para outro livro, ou vários.

Uma certeza o livro de Amorim parece deixar definitivamente assentada: o Comando Vermelho nasceu da convivência entre criminosos comuns e ativistas políticos dentro do presídio da Ilha Grande, entre os anos de 1969 a 1978. Ali os militantes esquerdistas ensinaram aos bandidos as técnicas de guerrilha que eles viriam a usar em suas operações criminosas e os princípios de organização político-militar sobre os quais viria a estruturar-se o Comando Vermelho, bem como a fraseologia revolucionária com que o bando hoje glamuriza suas façanhas.

O que não fica claro de maneira alguma é o grau e a natureza da participação das organizações de esquerda na criação do Comando Vermelho, a sua responsabilidade histórica pela eclosão do fenômeno

que hoje aterroriza a população carioca e põe em risco a sobrevivência da jovem e frágil democracia brasileira.
Quanto a esse ponto, o autor se contradiz: sua narrativa dos fatos aponta num sentido, suas opiniões no sentido contrário. Eis uma dessas opiniões:
"Os revolucionários nunca pretenderam ensinar criminosos a fazer guerrilhas. Em mais de uma década de pesquisas, nunca encontrei o menor indício de que houvesse uma intenção - menos ainda uma estratégia - para envolver o crime na luta de classes."
Logo, na interpretação do autor, os ensinamentos de guerrilha teriam sido passados aos bandidos de uma maneira natural, espontânea, impremeditada, ao sabor de contatos fortuitos entre indivíduos, e sem qualquer responsabilidade das organizações esquerdistas.
Mas os fatos narrados pelo próprio Amorim desmentem frontalmente essa interpretação. Sem chegarem a dar respaldo à tese policial que vê no Comando Vermelho uma extensão ou um recrudescimento da velha guerrilha revolucionária, eles indicam, no entanto, que o que se passou na Ilha Grande foi algo de bem mais comprometedor do que simples conversas casuais. Poderosos interesses vetam, hoje, uma investigação mais profunda desses episódios. Os prisioneiros políticos de então tornaram-se gente importante, deputados, ministros, procuradores, com poderes suficientes para dissuadir qualquer olhar curioso que se lance sobre um passado que eles preferem manter protegido entre névoas. Não duvido que a ambiguidade do próprio Amorim tenha brotado do prudente desejo de evitar um confronto com essa gente, cujos partidários e simpatizantes exercem uma completa hegemonia sobre o seu ambiente de trabalho: as redações de jornais. Da minha parte, porém, nada espero deles. No tempo em que eram perseguidos políticos, ajudei-os o quanto pude, escondendo foragidos e armas, redigindo e distribuindo propaganda contra a ditadura, porque via em seus rostos o emblema da verdade, hostilizada pela mentira oficial. Hoje, que estão a um passo do poder, já enxergo em seu semblante a máscara da hipocrisia, que anuncia para breve, neste país, um novo império da falsidade. Todo sacerdócio converte-se, mais cedo ou mais tarde, num culto de si mesmo: tendo outrora servido à verdade, eles hoje tomam o lugar dela no altar de um culto degenerado
Investigar o sentido dos episódios da Ilha Grande é romper um tabu, é violar o preceito consagrado segundo o qual a maldade, a baixeza, a hipocrisia são monopólio da direita.

A convivência entre presos políticos e bandidos comuns é antiga no Brasil, reconhece Amorim. Vem desde 1917, com as primeiras prisões de

agitadores sindicalistas e anarquistas. Intensificou-se durante e após a rebelião comunista de 1935. Desde então foi constante e sistemático o esforço dos comunistas para doutrinar criminosos e enquadrá-los na luta política. Um dos líderes de 35, Gregório Bezerra, conta em suas memórias como "transformou guardas penitenciários e bandidos em militantes comunistas". Durante os anos do Estado Novo, conta Amorim, "o contato com intelectuais, militares radicais, políticos e sindicalistas fez a cabeça de punguistas e escroques. A partir dessa convivência, muitos homens deixaram para trás as carreiras no crime e optaram pela militância revolucionária".

Nada disso no entanto provocou a menor alteração de conjunto no mundo do crime: "Nas ruas, o crime continuava o mesmo: avulso, violento, desorganizado. O fenômeno da conscientização e o surgimento do chamado crime organizado só vão aparecer na década de 70."

Houve portanto aí a introdução de um fator novo, de uma diferença específica no tipo de influência exercido pelos militantes sobre os bandidos. Essa diferença residiu essencialmente no conteúdo das informações transmitidas: em vez de simples doutrinação ideológica, os bandidos receberam ensinamentos práticos, que puderam por em ação tão logo saíram da cadeia. Que ensinamentos foram esses?

Primeiro, princípios de organização, que incluíam desde a estrutura hierárquica e disciplinar do grupo armado até sistemas de comunicação em código.

Em seguida, técnicas de propaganda ou agitprop, que lhes permitiram transformar assaltos e sequestros em espetáculos de protesto - "propaganda armada", no jargão esquerdista -, que ganham a simpatia ao menos parcial da população e da intelligentzia.

Terceiro, táticas de ação armada. Aqui a lista é grande. Dentre os procedimentos usados pela guerrilha e copiados pelo Comando Vermelho, pode-se destacar os seguintes:

1 - Realização de assaltos simultâneos em vários bancos, para desorientar a polícia.

2 - Com o mesmo objetivo, bombardear os postos policiais com dezenas de alarmes falsos, no dia dos assaltos planejados.

3 - Não sair para uma operação armada sem deixar montado um "posto médico" para atender os feridos (que antes os bandidos deixavam à sua própria sorte, expondo-se à delação por vingança).

4 - Em caso de emergência, invadir pequenas clínicas particulares selecionadas de antemão, obrigando os médicos a dar atendimento aos feridos.

5 - Planejamento e organização de sequestros.

6 - Designar para cada operação um "crítico", que não participa da ação mas apenas observa e assinala os erros para aperfeiçoar a ação seguinte.
7 - Planejar as ações armadas com exatidão, de modo a obter no mínimo de tempo o máximo de rendimento com o mínimo derramamento de sangue. (Hoje o Comando Vermelho consuma em quatro ou cinco minutos um assalto a banco.)
8 - Técnicas para o bando retirar-se do local da ação em tempo record, aproveitando-se da conformação das ruas, do congestionamento, etc., ou provocando deliberadamente acidentes de trânsito.
9 - Planejamento cuidadoso de todas as ações, segundo o princípio de Carlos Marighela: "Somos fortes onde o inimigo é fraco. Ou seja: onde não somos esperados."
10 - Informação e contra-informação como base do planejamento.
11 - Sistema de "aparelhos" - casas compradas em pontos estratégicos da cidade, para ocultar fugitivos após as operações, guardar material bélico etc.
O quarto e último grupo de ensinamentos dizia respeito à seleção das melhores armas para cada tipo de operação, e ainda à fabricação de explosivos apropriados para o uso na guerrilha urbana, como coquetéis-molotov com uma fórmula especial preparada por estudantes de Química e "bombas de fragmentação com pregos acondicionados junto à pólvora e enxofre num tubo de PVC ou numa lata do tamanho de uma cerveja".
O conjunto forma um curso completo de guerrilha urbana, apoiado ainda numa bibliografia especializada, que incluía O Pequeno Manual do Guerrilheiro Urbano, de Carlos Marighela, Guerra de Guerrilhas, de Ché Guevara, e A Revolução na Revolução, de Régis Débray, além de A Guerrilha Vista por Dentro, de Wilfred Burchett. Este último é apenas uma reportagem feita no Vietnã por um correspondente de guerra inglês; mas entre os militantes era tão prezado quanto as obras de guerrilheiros profissionais, e sua circulação chegou a ser proibida no Brasil durante os governos militares, porque "mostra como o vietcongue fabricava munição, inclusive com uma fórmula para se produzir pólvora caseira. Explica também como funcionava o sistema de túneis para a fuga dos comandos guerrilheiros, com iluminação a partir de geradores movidos a roda de bicicleta. O livro fala ainda dos códigos, do correio baseado em bilhetes entregues de mão em mão, de aldeia em aldeia. Um manual de guerra revolucionária que contém longas explanações de tática e estratégia. Enfim, dinamite pura". Rematavam a bibliografia clássicos da literatura marxista - Marx, Lênin - e obras menores de doutrinação.
Todos esses ensinamentos foram depois levados à prática pelo Comando Vermelho, que demonstrou possuir até mesmo um domínio mais extenso deles do que as próprias organizações guerrilheiras: "O crime

organizado foi muito além do que a luta armada tinha conseguido nos anos 70, tanto em matéria de infra-estrutura quanto na disciplina e organização internas". Como bem resumiu o assaltante de bancos Vadinho (Oswaldo da Silva Calil), que viu tudo de perto na Ilha Grande, "os alunos passaram a professores".

Amorim opina enfaticamente que "não houve intenção" de ensinar guerrilha aos bandidos, que a transmissão desses ensinamentos se deu de maneira "involuntária", em resultado espontâneo do "convívio eventual nas cadeias". Diante dos fatos narrados, é difícil acreditar nessa opinião, é difícil mesmo admitir que o próprio Amorim acredite nela. Mais sensato é vê-la como uma concessão verbal: tendo ousado divulgar fatos que são profundamente comprometedores para as esquerdas, Amorim preferiu deixar que a narrativa falasse por si, sem endossar pessoalmente a conclusão que ela impõe. Manha de repórter, que com muita prudência teme mais as línguas de seus colegas de ofício do que as balas do Comando Vermelho.

O que me faz interpretar as coisas desse modo é a desproporção entre a força da narrativa e a timidez dos argumentos em que Amorim sustenta sua opinião. Qualquer principiante do jornalismo sabe que a exposição dos fatos exerce sobre o leitor uma influência mais profunda do que a opinião expressa. A verdadeira intenção de um jornal está na sua maneira de selecionar e ordenar as notícias, e não no que ele afirma nos editoriais. As cabeças dos repórteres funcionam de modo análogo: inteligências antes narrativas do que analíticas, expressam-se mais plenamente contando os fatos do que alinhando argumentos.

O principal argumento que Amorim apresenta em defesa de sua tese é que, ao longo de doze anos, não encontrou indícios ou provas "de uma intenção, menos ainda de uma estratégia" no sentido de os militantes ensinarem guerrilha aos bandidos.

O argumento destrói-se a si mesmo. Em primeiro lugar, não existe prova de intenção, a não ser a lógica mesma do ato, pela qual das consequências podemos remontar às causas. Todo ato humano que não possa ser explicado pela mera acidentalidade pressupõe uma intenção, e todo acidente é, por definição, momentâneo: não existem acidentes continuados; a mera casualidade não se prolonga, inalterada e uniforme, ao longo dos anos, como um par de dados não prossegue dando seis e seis incansavelmente ao longo das rodadas. Qualquer ato reiterado é, por si mesmo, prova da sua intenção. Se um homem fica bêbado uma vez, duas vezes, pode ser sem intenção e por mero efeito acumulado dos tragos mal medidos; mas se quatro ou cinco vezes por semana o encontramos virando novamente o copo até trocar as pernas, será preciso alguma outra

"prova" para certificar que ele teve intenção de se embriagar? Ora, a transmissão de ensinamentos de guerrilha prosseguiu, na Ilha Grande, por nada menos que nove anos. Que mais será necessário para comprovar uma intenção?

Pode-se ver a coisa por um segundo ângulo. Uma intenção nada mais é do que a previsão de uma consequência, somada ao desejo de provocar essa consequência. Só podemos, portanto, supor ausência de intenção quando um homem não está em condições de prever as consequências de seu ato. Se um marido furioso desfere um tabefe na esposa e a manda para o hospital, podemos admitir que o brutamontes não mediu sua força; mas depois de uma longa série de internações da infeliz, devemos supor que ele ainda não avaliou corretamente a proporção entre o empuxe da porrada e suas consequências hospitalares, ou que ele teve a intenção de desencadear precisamente essas consequências? Quanto aos nossos guerrilheiros, a hipótese da ausência de intenção pressupõe que fossem incapazes de atinar com o uso que os discípulos fariam de seus ensinamentos. Se um deles, uma vez ou outra, desse com a língua nos dentes, poderia ser coincidência. Mas vários deles transmitindo informações seguidamente ao longo dos anos, sem jamais atinar com as consequências do que faziam, é mais do que a credulidade humana pode admitir.

Provas externas só são necessárias quando a lógica dos fatos não fala por si, quando nos fatos há algo de ambíguo que admite interpretações variantes, o que não é o caso. Mas Amorim absolve os guerrilheiros justamente com base na ausência desse tipo de provas. E acontece que mesmo estas não estão realmente ausentes. Querem ver?

Só existem no mundo três tipos de provas: materiais, documentais e testemunhais.

A prova material está lá: a presença dos livros, dos manuais de guerrilha nas mãos dos bandidos é prova de que alguém os entregou a eles. Entregar um livro comprova, manifestamente, o intuito de transmitir informações, e de fazê-lo de maneira mais completa do que se poderia em meras conversas de ocasião.

Os livros citados por Amorim eram obras raras, de tiragem limitada e circulação proibida, que só se encontravam, quando se encontravam, nas mãos de militantes diretamente envolvidos nas organizações da esquerda armada. O de Régis Débray circulou num volume impresso clandestinamente pela ala marighelista do PC, e o de Guevara era uma apostila mimeografada, de pouquíssimos exemplares. Mesmo o de Burchett (Amorim escreve "Bulcher", mas a grafia certa é Burchett), que saiu por uma editora comercial (Civilização Brasileira), teve tiragem reduzida e logo foi apreendido, sobrando em circulação uns

poucos exemplares que os militantes de esquerda disputavam a tapa. Não eram, enfim, livros de interesse geral, que se dessem a alguém para ler por mero passatempo, mas manuais de ensino técnico, dirigidos a um público especializado. Transmitir esses livros aos bandidos é algo mais do que manifestar uma intenção de ensinar guerrilha: é realizar essa intenção.

Quanto a provas documentais que atestassem uma decisão das organizações de esquerda de promover o ensino de guerrilhas, só poderiam consistir em atas de reuniões dos comitês de presos políticos, que declarassem formalmente essa intenção. Mas os prisioneiros políticos teriam de ser doidos ou suicidas para registrar uma decisão desse teor em atas que certamente iriam parar nas mãos da direção do presídio mais dia menos dia. Aliás eles nunca fizeram ata de decisão nenhuma, pela mesmíssima razão. Se o historiador fosse hoje depender de atas para estudar esse período, não teria sequer uma prova de que os comitês de presos políticos chegaram a existir. Uma prova documental, no caso, não é exigível. Presos políticos não fazem atas, tal como não se fazem atas de uma reunião de meliantes para planejar um assalto a banco. O argumento da falta de provas não vale, portanto, para provas documentais.

Restam, ainda, as provas testemunhais. Estas são ambíguas. Amorim aliás só cita duas. Vadinho afirma que houve ensinamento. O então prisioneiro político e depois (no governo Brizola) diretor do mesmo presídio da Ilha Grande, José Carlos Tórtima (hoje procurador do Estado), proclama que não:

"- É uma mentira essa história de que os presos comuns aprenderam como se organizar e noções de guerrilha urbana com os presos políticos. O conteúdo ideológico deles é de tal forma individualista que de maneira nenhuma poderiam absorver a proposta de apoio coletivo... Repudio claramente qualquer insinuação de que os presos comuns foram formados pelos políticos. Isso é um mito veiculado pela direita."

O dr. Tórtima é, pelo visto, um desses devotos esquerdistas, para quem a sentença "É de direita!" constitui, em si e por si, uma prova fulminante contra qualquer argumento. Algo assim como o Roma locuta, causa finita, um rótulo fatal que, colado a uma idéia, basta para invalidá-la para todo o sempre.

Se ele não pensasse assim, teria procurado calçar melhor seu testemunho, citando fatos em vez de dispensar-se de fazê-lo, confiado na força exorcizante da frase mágica.

Pois, na verdade, o seu não é um testemunho; é um parecer, uma opinião, que opõe à abominável tese direitista um argumento de probabilidade lógica: individualistas ferrenhos não podem, em princípio, absorver uma

proposta de ação coletiva, ou pelo menos é muito pouco provável que o façam.

De um ponto de vista hipotético e abstrato, devemos dar razão ao dr. Tórtima: a lei das probabilidades está com ele. Mas, em primeiro lugar, é estranho que uma testemunha, chamada a mostrar a falsidade de uma alegação, se limite a demonstrar sua improbabilidade. Raciocinamos por probabilidades quando não temos acesso aos fatos, quando, não sabendo o certo, só nos resta conjeturar sensatamente. Testemunhas não conjeturam: testemunhas narram.

Se passamos da conjetura para os fatos, a conversa muda. Hipoteticamente, a absorção da proposta de apoio coletivo pelos individualistas era de fato improvável; mas o próprio livro de Amorim mostra bem claro que o improvável se realizou: que não somente os marginais absorveram a proposta, como também a puseram em prática com mais rigor, eficiência e amplitude do que os próprios militantes políticos; e, organizando-se melhor do que eles, chegaram ainda a coordenar o "apoio coletivo" da população pobre dos morros cariocas, superando tudo o que em matéria de arregimentação popular os guerrilheiros haviam sequer sonhado: "Os alunos tornaram-se professores."

De que vale o argumento de improbabilidade, diante da prova do fato consumado? Diante desse fato, o que vemos é o argumento do dr. Tórtima voltar-se a favor da tese que ele enfaticamente repudia, contra a que defende. Se era pouco provável que os individualistas anárquicos absorvessem a proposta de apoio coletivo mesmo quando esta lhes fosse transmitida por hábeis e solícitos professores de guerrilha, muito menor, para não dizer nula, seria a probabilidade de que o fizessem tão-somente pelo esforço próprio e sem nenhuma ajuda pedagógica. O esforço necessário para aprender sozinho é significativamente maior do que o requerido para seguir as lições de um bom professor. Se, portanto, os individualistas desorganizados se tornaram eficientes organizadores coletivos, o mérito muito provavelmente não é só deles, nem só deles a culpa pelo tipo de coisa que vieram a organizar.

De passagem, a desastrada argumentação do dr. Tórtima derruba também as opiniões do próprio Amorim em favor do caráter fortuito e impremeditado dos ensinamentos de guerrilha. Se os bandidos comuns eram uns individualistas anárquicos, como poderiam colocar em boa ordem fragmentos de informação colhidos aqui e ali em conversações casuais, a ponto de compor com eles uma técnica racional apta a desenvolver-se em amplas e notáveis aplicações práticas? Seria preciso um QI fora do comum, mas mesmo gênios teriam alguma dificuldade em aprender organização tão desorganizadamente. Com toda a

franqueza: pedir que acreditemos que homens primitivos, bárbaros, indisciplinados e volúveis conseguiram apreender os complexos princípios de organização político-militar da guerrilha urbana tão-somente ciscando aqui e ali uns pedaços de conversas e depois transformar essa maçaroca informe numa técnica de grande eficácia, é realmente fazer pouco da nossa inteligência.
Contar com a credulidade alheia é aliás um vício da esquerda brasileira, adquirido nos anos que se seguiram à queda da ditadura. A revelação das torturas, dos cadáveres escondidos, confirmando denúncias que antes a opinião oficial desqualificava como invencionices de agitadores, desmoralizou a direita e elevou às alturas a credibilidade da esquerda. Desde então esta vem abusando do crédito para nos fazer engolir patranhas e calúnias de toda sorte, sem outra garantia senão a de terem sido proferidas por quem nos disse a verdade uma vez. Até quando as atrocidades da direita serão fiadoras das mentiras da esquerda?
O que o dr. Tórtima nos impinge como testemunho não poderia mesmo valer nada, pois a "testemunha" saiu da cadeia em 1971, antes, portanto, da fase decisiva de formação do Comando Vermelho, sobre a qual ele sabe só o que leu nos jornais, se é que os leu. Isto aliás confirma o caráter muito provavelmente calunioso de insinuações que o acusem de envolvimento pessoal no ensino de guerrilha aos bandidos. Mas o fato de ele estar inocente não o qualifica para inocentar outros, dos quais nada sabe. Qual, no entanto, o esquerdista brasileiro que recusará falar em público sobre um assunto do qual ignora tudo, se o convite lhe servir de ocasião para dar umas alfinetadas na "direita"?
Acreditar que o "testemunho" do dr. Tórtima baste para absolver alguém além dele mesmo exigiria que a nossa fé removesse montanhas. Destituídos da fé, façamos algo que, no Brasil de hoje, se tornou sinal de impiedade: raciocinemos.
Raciocínio I - O livro de Carlos Amorim informa que os militantes esquerdistas, uma vez encarcerados, procuraram fortalecer a unidade disciplinar de suas organizações, para poderem resistir ao ambiente hostil. De outro lado, o mesmo livro deseja que acreditemos que homens assim afeitos a uma disciplina espartana deixaram escapar, em amenas conversas informais com os detentos comuns, todos os segredos de técnica militar e de organização política que constituíam o sangue e os nervos da revolução. Quer que acreditemos que esses homens de ferro, capazes de resistir à tortura física e psicológica para não entregar nenhum segredo aos policiais, deram tudo aos bandidos, de mão-beijada, por mera desatenção; que de conversa em conversa foram deixando vazar teoria marxista, princípios de agitprop, técnicas militares, métodos de organização, enfim todo o conhecimento de guerrilha urbana então

disponível, sem jamais se dar conta de que estavam ensinando guerrilha nem ter a mais mínima intenção de fazê-lo. Nunca ouvi uma coisa mais doida na minha vida.

Raciocínio II - Se, ao contrário dos presos comuns, individualistas anárquicos, os militantes eram socializados, politizados e disciplinados, então certamente nada faziam de importante sem prévia consulta ao "coletivo". Logo, das duas uma: ou a transmissão de ensinamentos de guerrilha aos bandidos foi autorizada pelo coletivo, ou foi feita em flagrante desobediência à sua proibição. Nesta última hipótese, devemos entender que, malgrado o alto grau de politização ali reinante, reinava também a mais completa anarquia, de modo que o coletivo não conseguia controlar as veleidades individuais de seus membros e os deixava à solta para que, como verdadeiros individualistas anárquicos, fizesse cada qual o que bem lhe desse na telha. É claro que, neste último caso, os presos políticos não teriam podido resistir às pressões do ambiente nem muito menos fazer, como disse o dr. Tórtima, "que os bandidos se acomodassem às nossas regras". Então não há dúvida: transmitir aos bandidos ensinamentos de guerrilha não pode ter sido uma decisão deixada ao arbítrio individual. Amorim diz muito claro que, pelo menos a partir de 1975, etapa decisiva na formação do Comando Vermelho, as relações entre presos comuns e presos políticos não se davam de indivíduo a indivíduo, mas de comitê a comitê.

Raciocínio III - Se os livros, os manuais de guerrilha, estavam proibidos de circular em todo o território nacional, muito mais o estavam entre os muros da prisão. Introduzi-los ali e fazê-los circular, mesmo exclusivamente entre militantes, era grande temeridade. Transferi-los a bandidos comuns, gente isenta de qualquer compromisso ideológico e de toda confiabilidade moral, era certamente expor-se a risco de delação, a não ser que houvesse um acordo prévio entre o comitê dos políticos e o dos presos comuns, com previsão de graves sanções contra os faltosos. Hipóteses contrárias, só há duas: ou os presos políticos entregavam aos bandidos obras de Ché Guevara e Carlos Marighela por mero descuido, folgadamente como quem distribui a crianças exemplares de Luluzinha e Tio Patinhas; ou então os presos comuns é que tinham um organizadíssimo serviço de espionagem capaz de burlar a vigilância dos políticos e surrupiar uns quantos exemplares das obras explosivas ciosamente guardadas. Mas, se era improvável que militantes tão descuidados sobrevivessem na Ilha Grande, muito mais o seria que os "individualistas" anárquicos lograssem montar um serviço de espionagem tão eficiente.

O testemunho de Tórtima e as opiniões de Amorim, portanto, caem por terra. O que fica de pé é a narrativa de Amorim, a sustentar, com eloquência terrível, a conclusão que o autor não quis endossar pessoalmente: ou os militantes de esquerda ensinaram guerrilha aos bandidos com um propósito deliberado, ou então a aquisição desse conhecimento pelos líderes do Comando Vermelho é o mais prodigioso milagre de absorção espontânea já registrado nos anais da pedagogia universal. Deixo esta hipótese para os adeptos da tese segundo a qual Deus é brasileiro. Quanto à outra, resta discutir se o propósito dos esquerdistas foi cooptar os bandidos para a luta armada sob seu comando ou simplesmente o de vingar-se pela derrota da guerrilha deixando para o governo militar a semente do futuro tormento do banditismo organizado. Pode ter sido uma mistura das duas coisas. Alguns policiais apostam na primeira, jurando que o Comando Vermelho é uma extensão e recrudescimento da guerrilha urbana, um novo braço armado das esquerdas. Esta certeza tem o mesmo fundamento daquela do dr. Tórtima: uma opção ideológica prévia que faz ver tudo torto, ou tórtimo. Deixarei esta questão para outra oportunidade, advertindo apenas que ela não pode ser resolvida pelo método das apostas sentimentais. Mas, qualquer que tenha sido o caso, uma coisa é certa: se os militantes da esquerda armada treinaram bandidos-guerrilheiros dentro da prisão, os da esquerda desarmada, fora dela, estão dando seguimento coerente à sua iniciativa, na medida em que ajudam o Comando Vermelho a conquistar uma posição de força como "liderança popular" legitimada artificialmente, e o integram assim na estratégia global da esquerda, já não como força militar, e sim política. Se os jovens guerrilheiros de l968 não tinham uma estratégia definida para aproveitar-se politicamente do banditismo, os velhos políticos esquerdistas de 1994 estão lhes dando uma, retroativamente. Não se trata de uma ponte entre gerações: é que estes velhos, simplesmente, são aqueles jovens, adestrados pelo tempo. Os jovens matavam e roubavam pela revolução; os velhos tiram dividendos políticos de assaltos e homicídios praticados por outros. Servem-se do banditismo duplamente: ao protegê-lo e ao denunciá-lo. No primeiro caso, ganham - ou pelo menos tencionam ganhar - os votos da população pobre, que supõem obediente ao Comando Vermelho; no segundo, servem-se dele como pretexto para denunciar a corrupção da sociedade capitalista. Alimentam o mal para poder acusá-lo, o que é, sem exagero, o tipo da malícia propriamente diabólica, imitando o tinhoso no seu duplo e inseparável papel de tentador e acusador. Se a idéia de cooptar os bandidos para a luta armada era uma fantasia insensata, se o desejo de vingar-se da ditadura era uma pirraça juvenil, uma esquerda mais madura e experiente está sabendo reaproveitar e tirar vantagem

política daquilo que, entre névoas, foi gerado na Ilha Grande. A quem poderia ser doce esse fruto senão a quem, de olho no futuro, plantou a sua semente?

Apêndice II.
O Brasil do PT

A entrevista do teórico do PT, Marco Aurélio Garcia, no Jornal da Tarde de 12 de janeiro, mostra que, por trás de uma tranquilizante fachada moderninha, esse partido não tem nada a propor senão o bom e velho comunismo.

1. Segundo o entrevistado, o governo do PT não será socialista. Os ingênuos tomam esta promessa como uma garantia. Mas, prossegue Marco Aurélio, esse governo será uma "democracia popular" e constituirá "um aperfeiçoamento do capitalismo" com vistas a "um horizonte socialista" - um horizonte vago e indistinto o bastante para não alarmar o eleitorado. O que o eleitorado, novo e inculto, ignora por completo é que aperfeiçoar o capitalismo para chegar ao socialismo não é nenhuma proposta nova, mas sim a única estratégia de governo comunista que já existiu e a única que poderia existir, já que, segundo Marx, o socialismo não pode ser implantado antes que o capitalismo desenvolva suas potencialidades até o esgotamento. A função do governo de transição, "democrático-popular", é acelerar esse esgotamento. Na Rússia, essa fase intermediária chamou-se NEP, Nova Política Econômica, implantada por Lênin logo após a tomada do poder pelos comunistas. Se o próprio Lênin, subindo ao poder no bojo de uma revolução armada, não implantou logo o comunismo, e sim apenas um "capitalismo aperfeiçoado", por que o PT haveria de fazer mais, levado ao poder pela via gradual e pacífica do gramscismo?

2. Marco Aurélio Garcia, prosseguindo na linha tranquilizante, assegura que os empresários nada perderão e terão tudo a ganhar no Brasil petista: "Se queremos desenvolver um grande mercado de massas, é claro que grande parte da burguesia vai tirar proveito disso." Mas é exatamente o que dizia Lênin: não se pode fazer a transição para o socialismo sem que, na passagem, a burguesia ganhe um bocado de dinheiro com o incremento dos negócios. Nisto consistiu precisamente a NEP. Mas não se pense que os comunistas fiquem tristes com a súbita prosperidade dos seus desafetos. Ao contrário: acenando com a promessa de ganhos rápidos, o governo comunista faz trabalhar em favor da revolução a cobiça imediatista dos burgueses, cumprindo a profecia de Lênin: "A burguesia tece a corda com que será enforcada." O truque é simples: com o progresso rápido do capitalismo, cresce também rapidamente o

proletariado, base de apoio do governo comunista. Tão logo esta base esteja firme para sustentar o governo sem a ajuda dos burgueses, o governo puxa o laço. Em seguida os burgueses mortos ou banidos são substituídos em suas funções dirigentes por uma nova classe de burocratas de origem proletária ao menos nominal.
3. Garcia diz que o PT quer um "Estado forte", dotado de "mecanismos de controle do Parlamento, da Justiça, do Tribunal de Contas e das estatais". Mas que diabo é isto senão o totalitarismo mais descarado? Nas democracias, a autonomia dos três poderes tem sido um mecanismo confiável e suficiente para o controle do poder. O que o PT advoga é que dois desses poderes sejam controlados por um terceiro, o Executivo, desde o momento em que este caia nas mãos do sr. Luís Inácio Lula da Silva. Nesta hipótese, dará na mesma que o Executivo policie os outros dois poderes diretamente, numa ditadura ostensiva, ou que o faça por intermédio de organizações autonomeadas representantes da sociedade civil - sindicatos, ONGs, grupos de intelectuais, grêmios estudantis - e controladas, por sua vez, pela facção política dominante, isto é, pelo PT: em ambos os casos, o que teremos será o crescimento hipertrófico do poder e seu absoluto descontrole.
4. Interrogado sobre o destino que o governo petista dará às Forças Armadas, Garcia responde, com toda a clareza de quem diz exatamente o que pensa: mudar a Constituição, para que as Forças Armadas deixem de ter, entre suas atribuições, a de combater inimigos internos, e passem a se incumbir exclusivamente da defesa das fronteiras nacionais. Ora, mandadas para a fronteira, desligadas do combate a inimigos internos, as Forças Armadas estarão duplamente impedidas - pela obrigação constitucional e pela distância - de mover um só dedo contra o crime organizado, que, sob aplausos de uma certa intelectualidade esquerdista, já domina um Estado da Federação. Se, ampliando o que hoje acontece no Rio, uma aliança entre políticos e delinquentes atear fogo ao país inteiro, as Forças Armadas nada poderão fazer contra isso, porque estarão, fiéis ao dever constitucional, aquarteladas num cafundó amazônico, velando contra a iminente invasão boliviana ou talvez dando nos marines uma surra de fazer inveja ao vietcongue.
Mas será estranho que um dirigente petista alimente esse projeto insano, quando seu partido também tem, entre seus principais quadros teóricos, um tal sr. César Benjamin, biógrafo-apologista do fundador do Comando Vermelho? Recordemos: escrito com a ajuda deste teórico petista, o livro em que o quadrilheiro William Lima da Silva faz a apologia do crime foi publicado pela Editora Vozes, da esquerda católica, e lançado, com noite de autógrafos e muita badalação, em cerimônia realizada na sede da ABI em 1991. Apesar do que dispõe o Art. 287 do Código Penal, ninguém foi

processado. Alguns vêem em fatos como esse perigosos sinais de ligações entre as esquerdas e o crime organizado. Se há ou não aí uma aliança política subterrânea, é algo que só o tempo dirá. Mas que as esquerdas estão ligadas ao Comando Vermelho pelo passado comum e por uma profunda afinidade "espiritual" baseada no culto dos mesmos mitos e dos mesmos rancores, é coisa que está fora de dúvida. E como os senhores do crime não haveriam de sentir essa afinidade como um verdadeiro reconforto, diante da promessa petista de tirar do seu caminho o único obstáculo que ainda pode inibir suas ambições?
A proposta petista de aumentar a dotação orçamentaria das Forças Armadas em troca de retirar delas a responsabilidade pelo combate ao inimigo interno é puro suborno, em que o PT veste implicitamente a carapuça de inimigo interno. Se ainda existe consciência estratégica entre os militares, a proposta indecente será repelida.
5. Enfim, se Marco Aurélio Garcia procura aplacar o temor ante o espectro comunista dizendo que o regime petista não será socialismo e sim "democracia popular", também nisto não há novidade alguma: todos os regimes comunistas se intitulavam "democracias populares".
O PT, seguindo a lição de Hitler, não se dá sequer o trabalho de ocultar o que pretende fazer: anuncia seus planos abertamente, contando com a certeza de que o wishfulthinking popular dará às suas palavras um sentido atenuado e inocente, sem enxergar qualquer periculosidade mesmo nas ameaças mais explícitas. Afinal, quanto mais assoberbado de males se encontra um povo, mais ansioso fica de crer em alguma coisa e menos disposto a encarar com realismo a iminência de males ainda maiores. Nessas horas, a maneira mais segura de ocultar uma intenção maligna é proclamá-la cinicamente, para que, tomada como inverossímil em seu sentido literal, seja interpretada metaforicamente e aceita por todos com aquela benevolência compulsiva que nasce do medo de ter medo. Quando Hitler prometeu dar um fim aos judeus, também foi interpretado em sentido metafórico.
A predisposição da opinião pública para não enxergar o risco evidente nasce, por um lado, da própria hegemonia que as ideologias de esquerda exercem sobre o nosso panorama cultural, impondo viseiras psicológicas mesmo a pessoas que, politicamente, divergem da esquerda. A política é apenas uma superfície da vida social, e de nada adianta divergir na superfície se, no fundo - nas convicções morais, nos sentimentos básicos, nas atitudes vitais elementares - copiamos servilmente o figurino mental do adversário.
Nasce, por outro lado, da ilusão de que o comunismo está morto. É um excesso de ingenuidade - ou, talvez, medo de ter medo - supor que o fracasso do comunismo no Leste europeu liquidou de vez as ambições

dos comunistas em toda parte. O ressentimento move montanhas, dizia Nietzsche. Particularmente no Brasil, é muito profunda nas esquerdas a aspiração mítica de alcançar uma vitória local que, pelo seu próprio caráter inesperado e tardio, possa resgatar a honra do movimento comunista humilhado em todo o mundo. Permitir que o PT realize seus planos de "democracia popular", sob o pretexto de que o comunismo é um cavalo morto, é arriscar-se a um coice que provará a vitalidade do defunto.

Ademais, o movimento das idéias no Brasil não acompanha pari passu a evolução do mundo, mas fica sempre atrás. Em 1930, quando o positivismo de Augusto Comte já era peça de museu no seu país de origem, uma revolução tomou o poder no Brasil inspirada no modelo positivista do Estado. O espiritismo, moda européia que morreu por volta da Primeira Guerra sem nunca mais reencarnar, ainda é no Brasil quase uma religião oficial. Nossos intelectuais ainda estão empenhados no combate ao lusitanismo em literatura, quase um século depois de rompido o intercâmbio literário entre Brasil e Portugal. As velhas religiões africanas, que os negros de todo o mundo vão abandonando para aderir ao islamismo, aqui vão conquistando novas massas de crentes entre os brancos. Enfim, o tempo nesta parte do mundo corre ao contrário. Por que o comunismo, morto ou moribundo em toda parte, não poderá ressurgir neste país, fiel ao atraso crônico do nosso calendário mental? Pelo menos é o que nos promete a entrevista de Marco Aurélio Garcia: se depender dele, não falharemos em nossa missão cósmica de coletores do lixo refugado pela História.

Homens de formação arraigadamente marxista, insensíveis durante toda uma vida a quaisquer outras correntes de idéias, simplesmente não podem, no breve prazo decorrido desde a queda do Muro de Berlim, ter feito uma revisão profunda e séria de suas convicções. Mudanças, se houve, foram epidérmicas, para não dizer simuladas. A força atrativa do messianismo comunista não acabou: refluiu para a obscuridade, de onde, vitalizada pelo apelo nostálgico e pela ânsia de um renouveau transfigurador, está pronta a ressurgir ao menor sinal de uma oportunidade. Declarações improvisadas de arrependimento nada significam, sobretudo em homens que, habituados por uma praxe do cerimonial comunista a utilizar-se de rituais de "autocrítica" como instrumentos de sobrevivência política, acabaram por assimilar profundamente o vício da linguagem dúplice, a ponto de torná-la uma segunda natureza. Um século de história do comunismo prova que nada iguala a capacidade da esquerda de tapar os próprios ouvidos à verdade, senão a sua habilidade de desviar dela os olhos alheios. A pressa mesma com que alguns próceres comunistas compareceram ante as câmeras de

TV para declarar a falência do comunismo é suspeita, uma vez que em nenhum deles a desilusão foi profunda a ponto de fazê-lo desejar abandonar a política. Do dia para a noite, desvestiram a camisa soviética, vestiram um modelito novo, e sem mais delonga reapareceram, prontos para outra, com o maior vigor e animação, discursando com aquela certeza, com aquela segurança de quem jamais tivesse sido desmentido pelos fatos. Acredite nessa gente quem quiser.
Da minha parte, não duvido de todos os comunistas. Acredito em Antonio Gramsci, quando diz que o Partido é o novo "Príncipe" de Maquiavel, e acredito em Bertolt Brecht, quando diz que para um comunista a verdade e a mentira são apenas instrumentos, ambos igualmente úteis à prática da única virtude que conta, que é a de lutar pelo comunismo.

Nota
Aos que, lido este apêndice, enxergarem no autor um hidrófobo antipetista, advirto que votei em Lula para presidente e o faria de novo, com prazer, se ele tomasse as seguintes providências:
1. Banir do seu partido o elenco de vedettes intelectuais que, formadas numa atmosfera marxista, e apegadas a ela como um bebê à saia da mãe, insistem em manter aprisionado nela o movimento socialista que anseia por novas idéias. Exorcizar de vez os fantasmas de Marx, Lênin, Débray, Althusser, Gramsci e tutti quanti, e permitir que a idéia socialista cresça livre de gurus e totens. Quando Lula diz que nossas elites viveram "com os olhos voltados para a França e a bunda voltada para o Brasil", não percebe ele que isso é uma descrição exata da elite intelectual petista, e esquerdista em geral?
2. Reprimir o uso de táticas de movimento clandestino e revolucionário, que são indecentes num partido que professa conviver democraticamente com outros partidos num Estado de direito. Infiltração, espionagem, delação, boicote moral podem ser necessários e inevitáveis a um movimento de oposição que queira sobreviver numa ditadura. Em regime de liberdade, são práticas intoleráveis, principalmente em políticos que posam de professores de ética. Quando os apóstolos da ética citam como um exemplo para o Brasil o que os americanos fizeram com Nixon após o caso Watergate, esquecem de dizer que Nixon não caiu por causa de um desvio de verbas, mas por causa da prática de espionagem. Se a corrupção é um crime, a espionagem é um ato de guerra, que destrói, pela base, o edifício democrático.
Lula é um homem decente e, como disse Francisco Weffort, é alguém maior do que o seu partido. Se ele se utilizar da tremenda força do seu prestígio para exterminar esses dois vícios, o marxismo e o

clandestinismo, o Partido dos Trabalhadores se transformará naquilo que seu nome promete, deixando de ser apenas o partido da nostalgia comunista.

Observações finais

Expondo em conferências as idéias que depois viria a registrar neste livro, muitas vezes recebi dos ouvintes a exigência de uma "definição política". Sentiam-se desconfortáveis ante um interlocutor sem filiação identificável, algo assim como um UFO ideológico, e desejavam saber com quem estavam falando.
Minha resposta, invariavelmente, tem sido a seguinte:
O pressuposto dessa exigência é que não se pode criticar uma ideologia senão em nome de uma outra ideologia, dentre as reconhecidas no catálogo do momento. Esse pressuposto, por sua vez, funda-se num preconceito meio historicista, meio sociologista, segundo o qual todo pensamento individual é apenas "expressão" de algum anseio coletivo, e deve a este sua validade. Em oposição a este preconceito e àquele pressuposto, estou profundamente convicto de que somente o pensamento do indivíduo como tal pode ter validade objetiva, pois não há verdade senão para a consciência reflexiva, que só existe no indivíduo. As correntes de pensamento coletivas apenas manifestam desejos, anseios, temores, e jamais se levantam ao nível de autoconsciência crítica no qual a distinção entre verdade e falsidade pode ter algum sentido. Somente a autoconsciência do indivíduo pode captar essa distinção, ascender à esfera dos juízos universalmente válidos e da veracidade objetiva. Logo, é ela quem é juiz do pensamento coletivo.
A monstruosa inversão que submete o juízo da consciência individual ao critério das ideologias coletivas provém de uma mutilação da mente moderna, incapaz de atinar com alguma "universalidade" que não seja meramente quantitativa, reduzida portanto à "generalidade" e, em última análise, à validação puramente estatística. Como, de outro lado, toda prova estatística pressupõe a validade universal das leis da aritmética elementar, cujo fundamento é a evidência apodíctica somente acessível à consciência individual, o primado do pensamento coletivo repousa numa autocontradição pela qual nega sua própria validade.
Para piorar ainda mais as coisas, o pensamento coletivista, não tendo acesso à esfera da validade objetiva, logo perde toda referência ao "objeto" como tal e se fecha num subjetivismo coletivo: da estatística dos "fatos" caímos para a estatística das "opiniões", e a contagem dos votos se torna o supremo critério da veracidade. Este processo, que se inicia na esfera da política, termina por contaminar a ciência mesma, onde hoje

em dia ouvimos apelos generalizados em favor da aceitação de critérios puramente retóricos de argumentação como fundamentos legítimos da credibilidade cientítica. O marketing, em suma, é elevado a ciência suprema, modelo e juiz de todas as outras ciências.
Ou aceitamos esse resultado, ou devemos negar pela raiz o primado do pensamento coletivo, restaurando a consciência individual no posto de dignidade que lhe cabe. E, neste caso, deveremos admitir que o indivíduo humano possa elevar-se acima das ideologias e julgá-las, contanto que não o faça em nome de um protesto pessoal e subjetivo, mas em nome da veracidade universal e apodíctica, da qual ele, com todas as suas fraquezas, com todos os seus condicionamentos limitantes, continua, afinal, o único representante sobre a Terra.
No século XX, a consciência individual sofreu, das pseudociências emergentes, os mais violentos ataques, que pretenderam negá-la, reduzi-la a um epifenômeno dos papéis sociais introjetados, a uma projeção do instinto de sobrevivência, a uma ficção gramatical, a mil e uma formas do falso e do ilusório. De outro lado, no campo das técnicas psicológicas, nunca se investiu tanto na busca de meios para subjugar a consciência individual, quebrar sua autonomia, forçá-la a repetir mecanicamente o discurso coletivo. Se o nosso é o século do marxismo, da psicanálise, do estruturalismo, é também o da hipnose, o das técnicas de influência subliminar, o da lavagem cerebral, o da "modificação de comportamento" e o da Programação Neurolinguística. Se, por um lado, tudo se faz para demonstrar teoricamente a inanidade da consciência individual, de outro lado não se poupam esforços para reprimi-la e subjugá-la. Ora, estas duas séries de fatos, quando confrontadas, sugerem uma pergunta: para que tanto empenho em derrotar na prática algo que, em teoria, não existe? Se o cavalo está morto, para que açoitá-lo com tanta fúria?
Este é alíás o tema de um livro que estou preparando, A Alienação da Consciência. É uma resenha dos ataques teóricos e práticos dirigidos pelas doutrinas pseudocientíficas, em aliança com os governos totalitários ou com o establishment tecnocrático, contra a autonomia da consciência individual. Foi este estudo, precisamente, que me levou à rejeição completa e taxativa de todo pensamento ideológico. Não me perguntem, portanto, em nome de que ideologia combato esta ou aquela ideologia. Combato-a desde um plano que não é acessível ao pensamento ideológico, e que só existe para a autoconsciência individual, quando firmemente decidida a não abdicar de seu direito - e de seu dever - à verdade e à universalidade. Em consequência, também não me dirijo a ouvintes e leitores enquanto representantes desta ou daquela facção ou grupo, mas enquanto portadores de uma inteligência universalmente válida, capaz de sobrepor-se ao discurso de facções e grupos e julgá-lo

objetivamente. Não converso com fantoches coletivos, mas com seres humanos, investidos da dignidade suprema da autoconsciência, que os torna imagens de Deus. Se, enquanto apegada à identidade biológica e sujeita portanto à ilusão passional, a consciência do indivíduo é pura Maya, por outro lado é somente o indivíduo, e não o aglomerado estatístico das coletividades, que pode ascender ao plano da universalidade onde é lícito dizer: Eu sou Brahman.

Rio, março de 1994.